

Marta Sofia Gomes Ventura

# **Património e Turismo em áreas de baixas densidades: O caso das aldeias do Pessegueiro e do Esquio.**

Dissertação de Mestrado em História da  
Arte, Património e Turismo Cultural,  
apresentada à Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra, sob a orientação  
do Professor Doutor João Luís Fernandes.

Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra

2010

## **Agradecimentos**

Durante o ano transacto várias pessoas apoiaram, acompanharam e ajudaram na realização deste trabalho, directa e indirectamente.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor Doutor João Luís Fernandes pela sua orientação, sugestões, apreciações pertinentes e rigorosas, disponibilidade e paciência que sempre demonstrou.

À Câmara Municipal de Penela pelo interesse que demonstraram pelo trabalho, pela disponibilidade de informações e documentos importantes para a realização desta dissertação.

Ao posto de turismo de Penela pelas informações úteis.

Ao arquitecto Pedro Santos e ao Engenheiro Manuel Ferreira (Prolote), pela sua predisposição em prestar informações sobre o projecto Esquio Mountain Reserve;

A todos os ex-habitantes das aldeias do Pessegueiro por me acolherem e partilharem, com enorme simpatia, as suas memórias passadas nas duas aldeias em estudo, que me fizeram reviver com enorme nostalgia toda a cultura rural.

A todos os inqueridos pela pronta disponibilidade que demonstraram em realizar o percurso pedestre, mesmo sabendo do grau de dificuldade do trajecto, e pelo preenchimento dos questionários.

À Dr. Manuela Domingues pela ajuda preciosa a nível informático.

Aos meus familiares e amigos que, mesmo de forma indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente aos meus pais pelo apoio incondicional, à Ana Rodrigues pela sua amizade de longa data e por ter apresentado estas aldeias tão fascinantes e ao Alexandre Anjos pelo seu companheirismo e apoio mesmo nas horas de maior desânimo.

A todos o meu Muito Obrigado.

## Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre as trajetórias, dinâmicas e desenvolvimento das áreas rurais de montanha.

A crescente valorização ambiental das áreas rurais trouxe novos dinamismos e potencialidades a estes espaços de baixas densidades. Outrora afectados por um intenso êxodo rural e por um paulatino e doloroso despovoamento e esquecimento, começam a ser redescobertos e a ganharem multifuncionalidades, vinculando-se a actividades lúdicas, desportivas ou terapêuticas.

As áreas de montanha, sobretudo no sul da Europa, devido às suas características naturais, estruturais e funcionais são, agora, áreas deprimidas e fragilizadas. A descoberta de atractividade e formas de as potencializar económica e socialmente é, na actualidade, um desafio.

Esta dissertação está estruturada em duas partes distintas. Numa primeira fase, com base numa revisão bibliográfica, procedeu-se à caracterização da actual situação das áreas rurais, potencialidades, recursos, modelos, estratégias e políticas de desenvolvimento a nível nacional, regional e local; o que mudou no espaço rural português, como passou de um espaço vivo vinculado às actividades do sector primário a um espaço de consumo urbano. Paralelamente, foi feita a análise da importância do marketing e das formas de promoção empregadas pelo turismo.

Numa segunda fase, realizou-se uma análise histórica e perceptibilidade das aldeias do Pessegueiro e do Esquio e da região envolvente, procedendo à avaliação do património paisagístico, arquitectónico, assim como ao património imaterial. Apontaram-se as potencialidades turísticas destas aldeias e dos territórios envolventes (ambiente rural, proximidade a pontos de interesse, património e biodiversidade), avaliando o perfil de turista que se adequará a estes espaços e que articulações com outras actividades e lugares de proximidade e poderão executar. Para *terminus* enfatizou-se estratégias a adoptar nesta região, de modo a impulsionar o turismo e consequentemente o desenvolvimento local e regional.

## **Abstract**

This work presents a reflection concerning the courses, dynamics and development of mountain rural areas.

The environmental enhancement of rural areas has brought new dynamisms and potentialities to these low density areas. Once affected by an intense rural exodus and a gradual, painful depopulation and sinking in oblivion, they are now heading towards rediscovery and tertiarization, linking themselves to recreational, sport and therapeutic activities.

Due to their natural, structural and functional features, the mountain areas are currently depressed, debilitated areas. The finding of attractiveness and ways to potentiate them both economically and socially is, at present, the challenge at hand.

This dissertation is structured into two distinct parts. In the first half, and based on a bibliographic revision, one has characterized the current situation of the rural areas, potentialities, resources, models, strategies and development politics on a national, regional and local basis; what has changed in the portuguese rural space, from an active space connected with the primary sector to a consumption space. Simultaneously, one has analyzed the marketing and promotion mechanisms used in tourism.

In the second half, one has conducted a historical and cognitive analysis of the Pessegueiro and Esquio villages and the surrounding region, evaluating the landscape and architectural patrimony, as well as the soft patrimony. One has mentioned the touristic potentialities of these villages and the surrounding areas (rural environment, proximity to interest spots, silence, patrimony and biodiversity), evaluating the tourist profile adequate to such spaces and which connections can be done with other activities and proximity spots. As a conclusion, one has highlighted the strategies to be adopted in this region, in order to boost tourism and, thusly, local and regional development.

## 1. Introdução

“A arte é a expressão da sociedade em seu conjunto: crenças, ideias que faz de si e do mundo. Diz tanto quanto os textos do seu tempo, às vezes até mais. (Georges Duby)

Durante séculos, as áreas de montanha foram palco de um equilíbrio inconstante entre o Homem e o meio natural. Esta longa permanência humana deixou marcas profundas na paisagem que hoje os identificam e os tornam tão almejavéis a quem os visita.

O tema desta dissertação relaciona-se com o desenvolvimento do turismo nas áreas de baixas densidades, nomeadamente, as áreas de montanha, devido à crescente valorização do património natural, patrimonial e cultural que estas possuem.

Os espaços rurais europeus têm sofrido várias transformações ao longo das últimas décadas. De espaços vivos vinculados às actividades do sector primário, como a agricultura e a pastorícia, sofreram o flagelo do despovoamento provocado por um intenso êxodo rural que teve o seu apogeu na segunda metade do século XX com a redução da actividade agrícola. Esta paisagem humanizada vai levar a transformações importantes com consequências ambientais, como por exemplo a abundância de vegetação de crescimento rápido que leva à redução da biodiversidade, à desertificação e erosão dos solos.

Estes territórios fragilizados vão ser alvo de debate, preocupação e contemplação nas políticas europeias e nacionais. Em meados do século transacto, surgem políticas produtivistas que dotaram tecnologicamente estes espaços, aumentando a sua capacidade produtiva, contribuindo, no entanto, para a degradação ambiental devido ao uso intensivo de químicos. Face a esta problemática, começam a emergir novas políticas económicas relacionadas com a sustentabilidade, preocupação e conservação ambiental destes espaços.

A degradação ambiental dos espaços urbanos e o stress da vida quotidiana leva a uma mudança de hábitos e costumes, num desejo de regresso às origens, o retorno ao campo. Os espaços rurais, antes conotados como espaço pobres, fechados e subdesenvolvidos, agora são apreciados pelas suas paisagens terapêuticas e pelo seu misticismo hiperbolizado.

O aumento do número de turistas motivados pela cultura, o aumento de atracções patrimoniais, a necessidade de diversificação da oferta, o aumento da sobrecarga dos principais pontos turísticos e dos circuitos tradicionais, o surgimento e

incremento de rotas de descoberta e de rotas temáticas, propicia a procura destas áreas como espaços turísticos.

Existe portanto um rural para viver e outro para visitar (FIGUEIREDO, 2003), com diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento sócio-económico das áreas rurais. Enquanto, a maioria dos habitantes rurais requerem mais apoios económicos e tecnológicos para estas zonas de modo a incrementar a produção e a criação de serviços, e ao mesmo tempo retirar estas áreas da periferia. Os visitantes, sobretudo uma população urbana, pretendem a protecção do ambiente e dos ecossistemas, o sossego e o subdesenvolvimento destas zonas, protegendo-as das consequências da globalização e de uma sociedade e política capitalista.

Deste modo, cresce um sentimento de defesa do património cultural e ambiental, derivado de uma maior consciência ambiental apoiado por políticas e programas que contemplam a sustentabilidade dos espaços.

Sendo uma tese de mestrado de História da Arte, a componente arquitectónica e artística do legado humano presente nestes espaços irá ser um dos pontos-chave desta dissertação, procedendo-se à caracterização uma arquitectura de índole popular, de modo a perceber o quotidiano e o modo de vida das gentes, empregando-a também como recurso.

A aldeia não é só um espaço físico, ela representa a história de uma comunidade com as suas tradições e crenças. Do mesmo modo, “este conjunto de valores, representado pelos significados e símbolos imateriais, projecta-se no espaço geográfico e, ao mesmo tempo em que dele se vai apropriando, imprime marcas como que dizendo isto sou eu e em comunhão com o grupo social, isto somos nós.” (SILVA, 2009:19)

Iremos também abordar a componente paisagística das áreas rurais e as várias formas percepção que Homem pode ter do mesmo espaço, especificando os factores condicionantes.

Por fim, iremos proceder à análise das potencialidades destes espaços, que é o principal objectivo da dissertação, e modo de integração destas aldeias nos projectos já desenvolvidos no concelho.

### **1.1. Temática e objectivos de investigação**

Procederei à descrição dos objectivos desta dissertação, colocando diversas questões e pontos que para mim são as mais pertinentes e que irei explorar durante a exposição do trabalho, a fim de conseguir dar resposta às mesmas.

Na primeira parte do trabalho as principais questões e pontos que irão ser expostas e abordados são:

- A reestruturação do povoamento, a terciarização e as novas realidades sociais.

O que mudou no espaço rural português?

- De um espaço vivo ligado às actividades do sector primário ao despovoamento.

Que marcas são identificativas da presença do Homem nesses espaços? De que forma estes registos são marcas identificativas do território?

- A arquitectura popular como expressão funcional e estrutural;
- Despovoamento, utilizações urbanas, crise funcional – Que novos recursos?
- A paisagem como memória, património e identidade;
- O que identifica estas regiões e que novos recursos poderão ser explorados?

Na análise do caso de estudo as principais temáticas e objectivos serão:

- Caracterização dos espaços e apontar as principais dinâmicas;
- Exploração de narrativas pessoais, reconstruindo a história do local;
- Realização de inquéritos aos visitantes das aldeias de modo a conhecer as

potencialidades dos espaços:

Que património?

Que intervenções?

Que mercados potenciais?

O que os visitantes procuram e porquê?

Que novas propostas podem ser exploradas?

### **1.2 Estrutura metodológica da dissertação:**

Esta dissertação irá ter uma componente teórica, uma componente prática e uma componente teórico prática.

Deste modo, na componente teórica iremos proceder a uma contextualização bibliográfica das políticas, programas e legislações nacionais e internacionais concernentes aos espaços rurais, procedendo à recolha e tratamento das mesma.

No caso de estudo, com uma componente prática e teórico-prática, iremos fazer uma abordagem histórica dos locais em estudo utilizando duas escalas de observação, micro e macro na abordagem dos factos históricos, com análise bibliográfica e de documentos de arquivo. Procederemos, igualmente, à exploração de narrativas pessoais pelo método de entrevista directa e a recolha de informações sobre as potencialidades dos locais através da realização de inquéritos por questionário.

Analisaremos, por fim, toda a legislação concelhia respeitante à actividade turística, assim como todos os programas e projectos das principais empresas turísticas, públicas ou privadas, que actuam no município.



## **2. Compressão do espaço-tempo e fruição do território**

Hoje em dia, tudo é mais rápido, fácil e cómodo. O mundo está em constante mudança e nós em permanente adaptação. A realidade que hoje percebemos é diferente daquela que ontem descobrimos, e o amanhã é cada vez mais difícil de prever. É esta a realidade que constitui o maior dos fascínios do homem, o prazer pela descoberta, a ambição pela conquista, a disputa pelo conhecimento e pela informação. Neste contexto, é fácil entendermos o conceito de globalização, os meios tecnológicos que criámos e as novas formas de energia descobertas que conduziu a uma maior compressão do espaço e do tempo, percorrendo maiores distâncias em menos tempo. Agora, utilizamos o termo distâncias relativas em detrimento de distâncias físicas (distâncias reais), como as distâncias-tempo, distâncias-custo, distâncias-sociais e distâncias-culturais. O mundo parece que se tornou mais pequeno e tudo, ou quase tudo, está agora à distância de horas, minutos ou segundos. Esta compressão abre centralidades em espaços mais remotos e aumenta os espaços de vivência, sociais ou virtuais. Com o aumento da mobilidade aumenta igualmente os espaços de vivência, reais ou virtuais. “Temos, por um lado o território funcional, o espaço da funcionalidade, ligado essencialmente ao trabalho e à residência; e por outro, o território afectivo, o espaço da afectividade, da ligação familiar.” (CAVACO, 2003: 192). Esta multiplicidade de lugares associada a uma mobilidade cada vez mais facilitada, através da compressão espaço-tempo, deu lugar a um certo nomadismo. Vai existir uma maior movimentação entre espaços distintos, existindo, também identidades territoriais cada vez mais complexas (topoligamia). Estamos perante uma sociedade cada vez mais urbana, com melhores condições de vida e poder aquisitivo, e com a alteração dos ciclos de trabalho, a população detém, agora, maior tempo livre, alterando-se, igualmente os hábitos de lazer. Assim, viajar, conhecer e descobrir novos locais e destinos, torna-se, hoje, fácil e acessível, seja de carro ou de avião, ou até mesmo sem sair de casa, através da internet. As pessoas não se vinculam a um espaço único, tendo cada vez mais interesse em conhecer e descobrir novos lugares e destinos, adquirindo residências secundárias em lugares onde se identifiquem, quer pela beleza física e espacial, quer pelo valor afectivo e sentimental ou pelo valor cultural, histórico, artístico ou tradicional que aquele lugar proporciona.

Em Portugal as zonas rurais começam a granjear alguma importância nas primeiras décadas do século XIX, motivados pelo mito “o bom selvagem” de Rousseau. Este era um espaço de vilegiatura apreciado por famílias da burguesia abastada.

“Bastante antes da moda dos banhos de mar e das férias nas estações de montanha, possibilitada pelo acréscimo em acessibilidades conferida pelo caminho-de-ferro, já as férias no campo eram vistas como algo que contribuiria para contrair os malefícios da cidade, através do contacto com a natureza e com as virtudes dos rurais, tidos idealisticamente como a reserva moral das nações.” (MOREIRA, 1994: 66)

Durante séculos, as áreas de baixas densidades foram sempre modelo de representações e tema em produções literárias e artísticas. Pintores e escritores refugiavam-se em arquétipos rurais para reforçar a diacronia entre o campo e a cidade. Autores do Romantismo como Cesário Verde, posteriormente adoptando o Realismo de pendor naturalista, conotam o campo como vitalidade e saúde por contraste à cidade, palco de sofrimento. Os escritores românticos descreviam o campo como espaços de refúgio, nostalgia, de pureza, um espaço genuíno e harmonioso, exaltando a vida pastoril, servindo-se de um lirismo pictórico e Almeida Garrett com a sua famosa obra *Viagens na minha terra*, pretexto para intervenção, denúncia e análise da situação portuguesa, crítica ao capitalismo, materialismo e às desigualdades sociais, evocando o espiritualismo do campo: “O Vale de Santarém é um destes lugares privilegiados pela natureza, sítios amenos e deleitosos em que as plantas, o ar, a situação, tudo está em harmonia suavíssima e perfeita: não há ali nada grandioso nem sublime, mas há uma como simetria de cores, de sons, de disposição em tudo quanto se vê e se sente, que não parece senão que a paz, a saúde, o sossego do espírito e o repouso do coração devem viver ali, reinar ali um reinado de amor e benevolência. As paixões más, os pensamentos mesquinhos, os pesares e as vilezas da vida não podem senão fugir para longe. Imagina-se por aqui o Éden que o primeiro homem habitou com a sua inocência e com a virgindade do seu coração.” (GARRETT, 2003: 68)

No século XIX, com o realismo e/ou naturalismo, esta visão transforma-se. Este movimento vai evidenciar as reais condições de vida dos habitantes rurais, como a pobreza e as graves condições de higiene, embora com algum desfasamento da real situação da vida campestre. Esta diacronia é também visível nas pinturas portuguesas e europeias, como as obras de José Malhoa, Silva Porto, Roque Gameiro, Carlos Reis, Falcão Trigoso, Monet, Courbet e Jean-François Millet, representando a vida quotidiana dos espaços rurais de forma simplicista e austera, revelando, ainda uma grande objectividade na caracterização da realidade envolvente.

### **3. A marginalização dos espaços rurais**

“Durante longo tempo o espaço rural foi sobretudo consagrado à produção de bens capazes de auto-suprir nas suas necessidades e, sobretudo, fazer face às exigências cada vez maiores, quantitativa e qualitativamente, das cidades.” (MOREIRA, 1994: 9). Nestes espaços rurais praticava-se uma agricultura de auto-consumo, criação e posterior venda de gado, produção e venda de produtos tradicionais. A perda de competitividade económica destas actividades artesanais e tradicionais, sobretudo após a Revolução Industrial, com a concentração da indústria e dos serviços nos centros urbanos, leva ao êxodo rural numa busca desenfreada de melhores condições de vida e de novas oportunidades de empregabilidade, que só os centros urbanos podem oferecer. Como consequência, os espaços rurais sofrem o flagelo do despovoamento e de um isolamento cada vez mais profundo, ausência de serviços e de emprego, aumento dos baldios, uma população cada vez mais envelhecida, falta de qualificação profissional e uma maior mecanização nos campos agrícolas para equilibrar a falta de mão-de-obra. Por conseguinte, o espaço rural transformou-se e desruralizou-se.

Logo na década de 50, começam a existir preocupações que advêm das desigualdades entre regiões centrais e periféricas, sobretudo, económicas e sociais. É neste contexto que surge o modelo territorialista que alude “para a necessidade de desconcentrar capital e demais recursos nos meios urbanos, de resto já congestionados e a criação de condições que tenham em conta as pessoas mais desfavorecidas nas políticas de desenvolvimento, tornando-as parceiras activas desse desenvolvimento.” (CARDOSO, 2002: 36) A revitalização dos espaços rurais surgiu de uma preocupação cada vez maior com a preservação desses espaços, tanto ambiental como social e patrimonial. O turismo trouxe a esses territórios um desenvolvimento económico e social. O desenvolvimento local surge então como “um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial que parte da contestação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir de capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, mas em articulação necessárias e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com uma grande diversidade de caminhos, protagonista e soluções.” (HENRIQUES, 1988: 24). Os espaços rurais estão, actualmente, numa situação periférica e era terminante revigorar estes locais, adaptando-os às novas realidades económicas e dotá-los tecnologicamente.

Após a segunda guerra mundial surgem teorias de desenvolvimento rural de modelo difusionista, com uma orientação mais funcionalista, “assente num sistema fordista, de produção em massa e de aparente pleno emprego, este modo de intervenção pressupôs, mesmo para os espaços rurais em despovoamento, uma actuação descendente, pouco participada, acrítica (por parte da população local) e uniformizadora.” (TOMÁS, 2005: 41) Pretendia-se, sobretudo, prover os campos agrícolas de tecnologia, de modo que estes se tornassem mais competitivos, seguindo estratégias que outras zonas periféricas aos centros urbanos tinham já adoptado, acompanhando a industrialização dos centros urbanos. Esta era uma década de apogeu e de ode à tecnologia, à industrialização e ao modelo capitalista e pretendia-se igualar estas zonas de baixas densidades aos centros polarizadores, não contemplando parcerias com actores locais. Este era um modelo com “pressuposto etnocêntricos, elitistas (...), selectivo e hierarquizante, e os territórios menos adoptados a esta realidade acabam por sucumbir.” (idem, ibidem: 42-43)

## **4. O caso português**

### **4.1 O despovoamento e a multifuncionalidade**

O despovoamento dos espaços rurais que se assiste no nosso país é uma realidade notória e incontornável, que se agrava a médio e longo prazo perante a ausência de medidas concretas e exequíveis, motivadoras e sustentáveis. Em resultado desta problemática, habitações, palheiros, ruas, terras de pasto e de cultivo, enfim, todo um conjunto de espaços físicos, públicos e privados, são abandonados e esquecidos. É todo um património físico, visual e paisagístico que fica deformado e degradado, sendo-lhe ainda imputado toda a pressão temporal e ambiental que a própria natureza determina. O abandono dos campos agrícolas e a progressão dos incultos é um flagelo que pode comprometer a sustentabilidade destes espaços. A falta de limpeza e a falta de manutenção dos campos agrícolas e florestais potencializa o risco de incêndios e, em consequência, descaracteriza a paisagem rural.

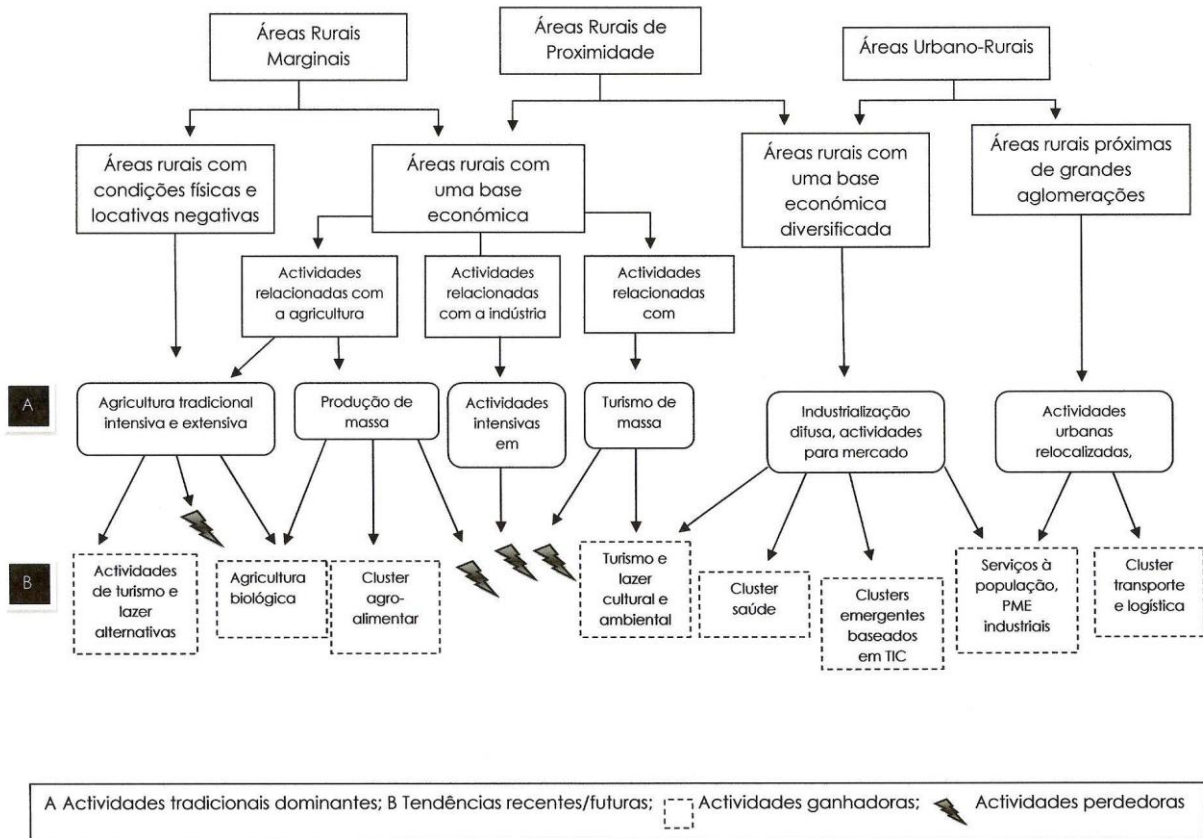
Neste processo de despovoamento, é a identidade de um povo, de uma terra, de uma região, que se perde, muitas vezes para sempre, e património cultural, tradicional e artístico que cai no anonimato e perfeito desconhecimento de quase todos, e quase enquanto existirem alguns, aqueles que ainda sobrevivem e podem testemunhar a sua existência.

A partir da década de 60 do século XX, o abandono dos espaços rurais tem-se acentuado. Este fenómeno atingiu, primeiramente, as zonas de montanha logo nos finais do século XIX, percorrendo, durante a segunda metade do século transacto, todas as zonas do interior do território português. “Em 1991, cerca de 52% dos concelhos de Portugal Continental apresentavam uma máximo de população anterior a 1960” (CRAVIDÃO e FERNANDES, 2003: 423). As zonas rurais foram as mais afectadas pela transição demográfica que ocorreu no Pós-Revolução Industrial, causando um grande aumento demográfico, originado por um contínuo aumento da natalidade e uma exponencial diminuição da taxa de mortalidade (melhores condições de saúde e de higiene são algumas das causas do aumento da esperança de vida). Este aumento da população criou uma “crescente carência de meios de meios de subsistência que suportassem essa demografia de maior dinamismo.” (TOMÁS, 2005: 137). É sobretudo nesta década que se dá um intenso êxodo rural para os centros urbanos e se acentuam os movimentos migratórios, primeiramente, para a América do Sul, posteriormente para a Europa, para países como a França, Suíça e Alemanha. Na década de 60 e 70 houve um intenso fluxo migratório, no qual cerca de 1,5 milhões de portugueses emigraram

sobretudo para França e Alemanha. Estes países alcançaram um acentuado crescimento económico, sobretudo com a adesão ao Mercado Comum, necessitando, por isso, de elevada mão-de-obra, essencialmente nos sectores da construção civil e da indústria transformadora. Estes países estimularam a entrada de imigrantes no seu país. (MEDEIROS, 2006: 89)

Paulatinamente, a agricultura vai ser substituída por outras actividades económicas, sobretudo do sector terciário. A globalização vai trazer a massificação de novos modos de vida e de consumo que não coadunam com os padrões antigos e tradicionais dos espaços rurais. Deste modo, estas zonas vão incorporando novos padrões de consumo, rotinas, hábitos e novos modos comportamentais que vão estreitando as relações entre o urbano e rural.

Hoje em dia, não faz sentido falar apenas de um mundo rural pois, como verificamos em Portugal, muitas zonas rurais foram sofrendo transformações diversas. Deste modo, a profissionalização dos produtos agrícolas levou a uma agricultura intensiva, com uma maior rentabilidade dos solos, recorrendo a alta tecnologia, que irá gerar um maior lucro económico. Estes produtores nada têm a ver com os agricultores tradicionais. Esta realidade aplica-se a espaços denominados “periurbanos” ou “rurbanos”. Por contraste, temos as zonas de baixa densidade, onde a actividade agrícola é extremamente escassa e ainda bastante tradicional e rudimentar. Estas são áreas onde os índices de êxodo rural são bastante acentuados. Por último, existem ainda espaços rurais onde a actividade agrícola tem uma importância secundarizante ou foi completamente preterida em relação a actividades económicas do sector secundário e terciário. São locais onde novos dinamismos económicos tomam importância como o turismo rural (FIGUEIREDO, 2003: 161). (Ver quadro1)



**QUADRO 1: Áreas rurais: situações – tipo e principais trajetórias de evolução.**

Fonte: (FERRÃO, 2003: 249)

Contudo, actualmente, estes espaços têm sofrido várias transformações e novas funcionalidades. O mundo rural, outrora esquecido e excluído, tem vindo, actualmente, a ser redescoberto e enaltecido, como uma herança cultural que deve ser protegida. As zonas rurais são conotadas como reservas naturais de grande valor patrimonial e paisagístico.

Os espaços rurais, passaram por diversas mutações “ao longo de várias décadas (...), foi marginalizado, integrado e valorizado, correspondendo estas fases primeiro a uma situação dicotómica (o rural definido por oposição ao urbano, como o seu negativo) depois a uma situação de *continuum* (que, na prática, continuou a demarcar os dois espaços, uma vez que nem todas as áreas rurais representavam o mesmo nível de interesse para o sistema de desenvolvimento dominante) e finalmente, na actualidade, a uma situação de valorização social e institucional crescente, que parece corresponder à (re)descoberta do mundo rural como salvaguarda de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais”. (FIGUEIREDO, 2001: 2)

A imagem de um mundo rural contrastante de um mundo urbano, cujas principais actividades económicas são a agricultura e a pecuária ligadas, sobretudo, ao

sector primário, entrou em decadência, nomeadamente com a sobreposição de outras actividades económicas como o turismo, que modificaram a concepção de um espaço rural.

Deste modo, estas zonas rurais começam a deter uma função de suporte de actividades urbanas. Os sectores secundário e terciário devem desempenhar um papel primordial na reconstrução, reabilitação, promoção e sustentabilidade dos espaços rurais e naturais. A sua acção deve ser responsável e pró-activa, cooperante e protectora, porque não se trata de uma problemática de interesse só para alguns, mas deve ser vista sim como interesse para todos. Assim, todas as suas actividades devem ser inseridas num plano estratégico consciente e responsável que visa não só o lucro financeiro e económico mas acima de tudo o lucro ambiental e social que tem direito de usufruir. Incumbido nesta conjuntura favorável, o aproveitamento de energias limpas é uma das novas funcionalidades que têm sido atribuídas aos espaços rurais, com a implementação de infra-estruturas de energia eólica, solar, hídrica e geotérmica (Açores). O aproveitamento da biomassa constitui também um importante recurso para a produção de energias verdes, nomeadamente a biomassa florestal (2731 Ktoe em 2006)<sup>1</sup>, a produção de biodiesel (70 Ktoe em 2006) e biogás (0,206 Ktoe em 2006). A maior parte da biomassa sólida provém de produtos a partir da madeira (biomassa florestal), processos de indústria da madeira, devaste da floresta e operações de retirada de lenha constituem bons exemplos do aproveitamento desta energia. Sub-produtos agrícolas, designadamente, a palha e o feno, e outros resíduos de pós-colheitas, são também utilizados para a produção de energia a partir da biomassa. Outros resíduos, nomeadamente, urbanos, podem ser valorizados energeticamente, no entanto, a sua reciclagem é alvo de uma legislação e regulamentação mais restritiva, por conterem substâncias tóxicas e perigosas que podem colocar em causa a sustentabilidade dos espaços. O biogás tem a sua origem nos efluentes agro-pecuários, agro-industriais e urbanos.

Os espaços rurais podem também servir de apoio e auxílio aos meios urbanos pelos seus recursos naturais disponíveis em grandes quantidades, fontes de matérias-primas essenciais para indústrias transformadoras. Este é de resto uma das associações mais antigas entre os dois espaços, muito lucrativa mas em muitos casos esgotável, limitada pouco responsável e por isso fonte de preocupação pelos efeitos negativos, ambientais, patrimoniais e sociais, que provocam.

---

<sup>1</sup> Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013.



O aproveitamento destes recursos naturais pode ajudar a resolver importantes problemáticas como a desertificação, erosão dos solos, risco elevado de incêndios florestais, efeito de estufa, entre outros.

A construção de barragens para a produção de energia eléctrica e abastecimento de água tem sido outra das funcionalidades atribuídas aos espaços rurais, assim como a instalação de antenas de telemóveis, televisão e de rádio, construções de estradas, funções de lazer e recreio aliadas ao turismo e ao bem estar social.

No entanto, estas novas infra-estruturas podem provocar situações adversas e irreversíveis nestas zonas. Podem gerar a perda da identidade da paisagem rural e levar ao desaparecimento patrimonial. A construção de barragens leva muitas vezes à extinção de muitas aldeias, transformando o rural numa paisagem de conflitos.

Deste modo, estes espaços podem estar a perder a sua substância, aquilo que os define como espaços calmos, silencioso, com um ambiente limpo, benéfico e saudável, para dar lugar a um rural intranquilo, de alta tensão!

Paralelamente, podemos verificar dois impactos antagónicos nestas zonas rurais. Assim, as zonas periféricas perto dos centros urbanos foram, paulatinamente, sendo associadas por estes centros de polarização. As zonas mais remotas foram perdendo importância a nível económico, técnico e social ficando “condenadas à extinção”. (FIGUEIREDO, 2003: 159). Com efeito, esta multifuncionalidade exige ornaento: o turismo é apenas uma das valências e muitas destas funções colidem com o turismo sustentável (exemplo: campos de golfe).

#### **4.2 Análise da conjuntura económica e social do espaço rural português**

Inserido no paradigma global, é necessário que Portugal se torne atractivo, estimulante e competitivo. Para concretizar este desafio, é preciso ser “acompanhado de um maior equilíbrio entre regiões e territórios e de aumento do bem-estar das suas populações”. (PEN, Novembro, 2009)

Neste contexto, num quadro de estratégia e planeamento, as zonas rurais necessitam de mais competitividade, de maior especialização das suas populações, como a aposta no conhecimento e informação (know-how), de maior investimento público e privado, optimização dos seus recursos (naturais, humanos e intelectuais), aposta em novas actividades e formas de empreendedorismo, promovendo, assim a eficiência e inovação, e procura de novos segmentos de mercados.

O tecido empresarial rural, nas zonas de baixa densidade, encontra-se, actualmente, em estado vegetativo, sendo necessário, por isso, torná-lo mais forte e sadio. Importa, assim, rejuvenesce-lo para o tornar mais atractivo e incitador. As populações rurais devem tornar-se mais pró-activas e empreendedoras, combatendo o marasmo económico e social que estas populações enfrentam.

O território português apresenta 86,6%<sup>2</sup> da superfície agrícola utilizada (SAU) classificada como região desfavorecida, sendo uma parte significativa zona de montanha (30,8%). Para mais, 16% da SAU está Integrada na Rede Natura<sup>3</sup>.

Portugal tem marcas vincadamente rurais, correspondendo esta ruralidade, maioritariamente, a zonas classificadas como zonas desfavorecidas, 85,7% do território continental corresponde a zonas rurais e 45,1% da população reside nestas zonas.

Outro dado não menos importante, refere Portugal como o país do sul da Europa com solo potencialmente pobre em matéria orgânica e com significativo risco de erosão, factores que potenciam significativamente a desertificação. Esta problemática deu origem ao Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), no final da década passada, tendo como principais objectivos a preservação dos solos e da água, a conservação e recuperação das zonas mais afectadas por estes fenómenos, bem como a sensibilização, consciencialização e fixação de populações nestas áreas.

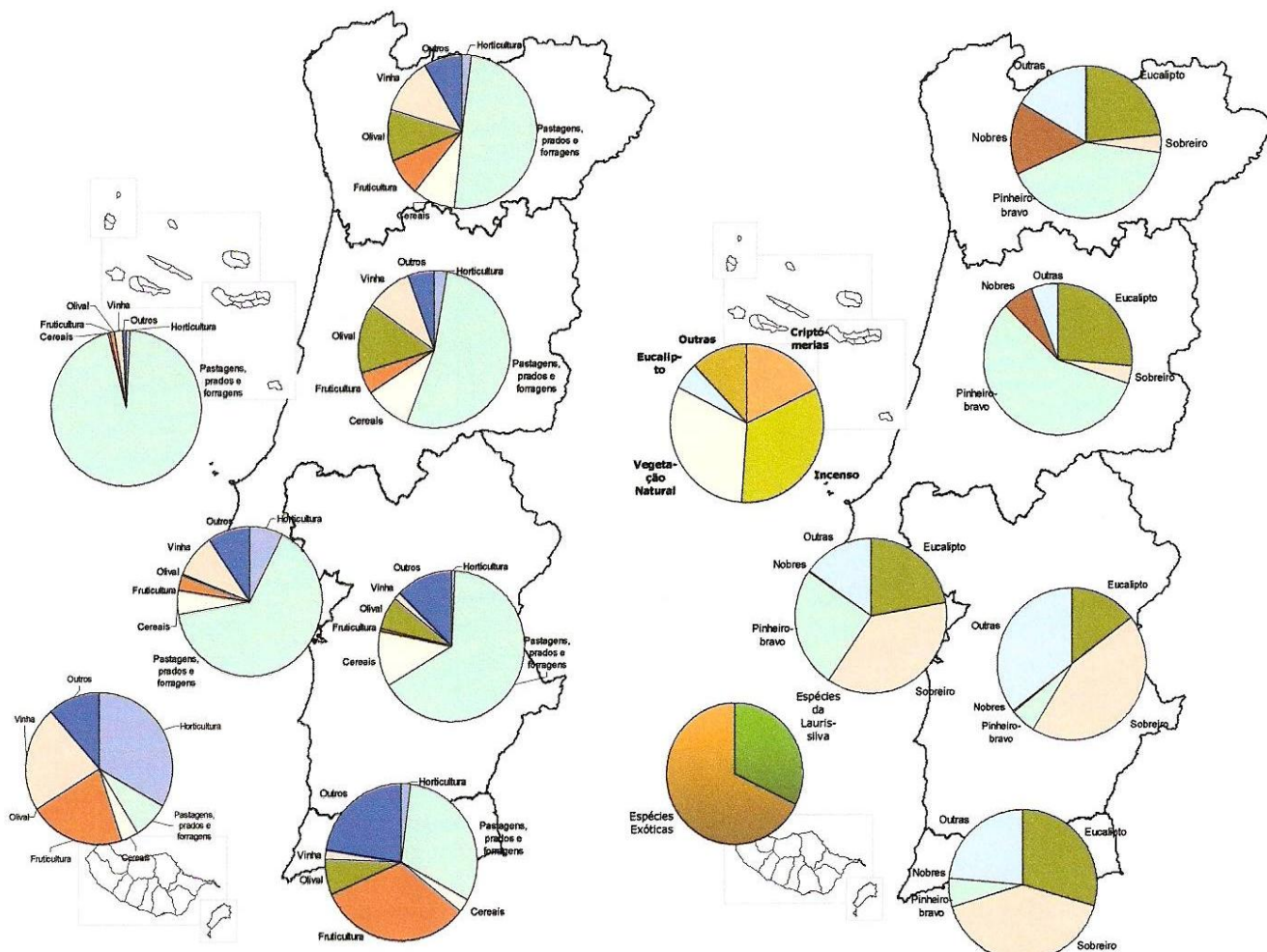
As principais culturas agrícolas, produzidas em território nacional, são: cereais, pastagens, prados, olivais, vinhas, frutas e hortícolas. (ver figura 1)

As principais espécies florestais existentes no território continental são: pinheiro-bravo, sobreiro, eucalipto e folhosas nobres. (ver figura 2)

---

<sup>2</sup> Dados “Plano Estratégico Nacional - Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Portugal”. Revisão Novembro de 2009.

<sup>3</sup> Directivas comunitárias de defesa e protecção de espécies animal e vegetal em risco.



Culturas Agrícolas	Área na SAL (10 <sup>3</sup> ha)
Horticultura	60
Prados, pastagens e forragens	2.215
Cereais	377
Fruticultura	134
Olival	317
Vinha	196
Outros	380
SAU	3680

FIGURA 1: Culturas agrícolas

Fonte: INE, 2005 (inquérito por amostragem 2001 a 10% das explorações).

Espécies florestais	Área (10 <sup>3</sup> há)
Continente	
Eucalipto	672
Sobreiro	713
Pinheiro Bravo	976
Nobres	171
Outras	817
TOTAL	3349

FIGURA 2: Espécies Florestais

Fonte: DGRF/IFN 3ª Revisão

O VAB agro-pecuário e florestal representa 3,3% do VAB total do território nacional, sendo o Alentejo a região onde o peso do sector agrícola é mais elevado (16% do VAB), contrapondo-se a região de Lisboa com 0,6% do VAB. Este sector emprega

14% da população e representa 8% do PIB nacional. Estes indicadores encontram-se acima dos valores médios da comunidade europeia, 2% e 1% relativamente.

Apesar do crescente investimento na agricultura, esta apresenta valores económicos muito similares nos últimos 25 anos, podendo-se falar de uma certa estagnação no sector. Este investimento deveu-se, sobretudo, à evolução dos preços, uma vez que em termos reais o impacto no produto foi pouco significativo, apesar dos elevados investimentos em tecnologia. Nas últimas décadas apesar de se verificar um crescimento da produção e das exportações, este tem sido incapaz de responder e acompanhar o aumento do consumo e das importações.

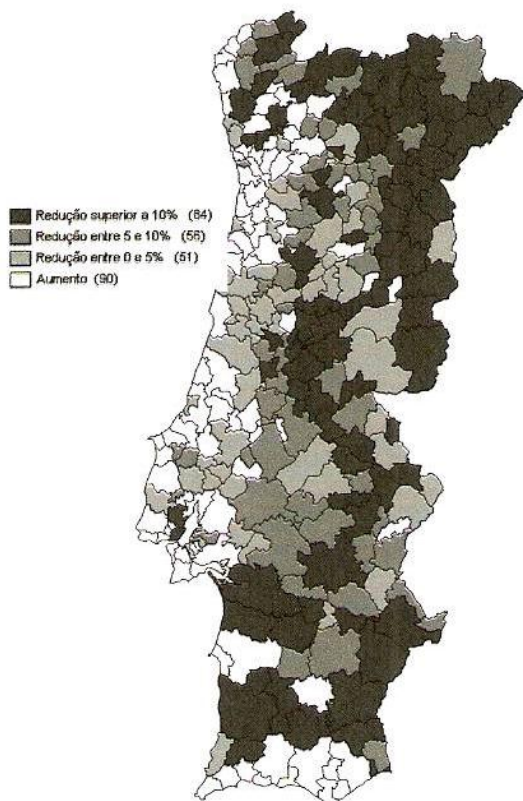
A população agrícola encontra-se extremamente envelhecida (45% da sociedade agrícola tem mais de 65 anos)<sup>4</sup>, apresentando valores médios acima da média europeia. O nível de qualificação e instrução dos mesmos são baixos tendo formação específica na área apenas uma pequena minoria (7,7%). Portugal é constituído por pequenas áreas de cultivo individual e de subsistência. Estes indicadores a médio e longo prazo são preocupantes, pois desta forma, se não forem tomadas medidas adequadas e selectivas, a nossa agricultura tende a perder atractividade, valor e competitividade, reflectindo-se, desta forma, negativamente no plano social e económico das regiões e do país.

Portugal continental caracteriza-se por uma distribuição populacional bastante desigual, apresentando uma disparidade elevada entre as populações rural e urbana. A população rural apresenta valores de 46 hab/Km<sup>2</sup> e 709 hab/Km<sup>2</sup> <sup>5</sup> para a restante população. Existe uma clara concentração e aumento populacional na área metropolitana do Porto, de Lisboa e Algarve e uma menor concentração e diminuição da população no Alentejo e nas áreas rurais do interior do país. (ver figura 3 e 4)

---

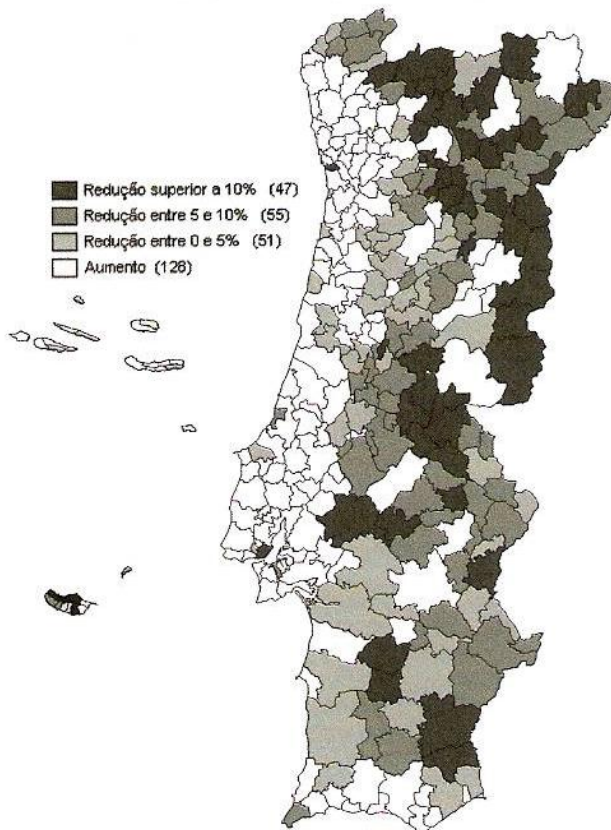
<sup>4</sup> Dados “Plano Estratégico Nacional - Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Portugal”. Revisão Novembro de 2009.

<sup>5</sup> Dados “Plano Estratégico Nacional - Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Portugal”. Revisão Novembro de 2009.



**FIGURA 3: Variação da população residente 1981 – 1991 por concelho**

Fonte: GPPAA a partir de Censos 1991 e 2001



**FIGURA 4 : Variação da população residente 1991 – 2001 por concelho**

### **4.3 À redescoberta do rural: do regresso às origens à importância das paisagens rurais**

Concomitantemente, têm-se verificado um crescente interesse por parte das populações urbanas por estas zonas “guardiãs da natureza”. Estas populações procuram um ambiente calmo, saudável, longe do stress e da poluição do ambiente citadino, mas procuram também o retorno às origens, conhecer os modos de vida da sua infância ou dos seus antepassados.

No entanto, esta população não dispensa o conforto, o acesso a tecnologias e serviços. Por estes motivos, estes espaços vão ser dotados, principalmente com a implementação do turismo rural, de equipamentos, serviços e melhoria de acessos. Como refere Fernando Oliveira Baptista (2002: 13), os “velhos rurais agrícolas” estão actualmente a ser substituídos pelo “rural da indústria e dos serviços”.

Estes espaços vão também ter outras funções, ligadas ao turismo, como o lazer, sobretudo nas zonas agrícolas de baixas densidades. Estas áreas estão a ser, agora,

protegidas tanto a nível de políticas governamentais como por iniciativas privadas. Estas áreas precisam de se tornar mais competitivas e, sobretudo, “oferecer condições de fixação aos segmentos activos e de regeneração do stock demográfico” (NEVES et al, 2004: 3). Podem, também, ser explorados e dinamizados para oferecer um produto final que garanta a satisfação do potencial cliente e que garanta a sustentabilidade ambiental, social e económica numa simbiose perfeita. Cada vez mais se verifica uma valorização patrimonial do legado artístico deixado pelas antigas populações rurais. Estes são territórios que não sofreram grandes transmutações mantendo um património ambiental e cultural intacto. Este antigo espaço rural vivo deixou marcas na paisagem, que são marcas identificativas destes territórios, um património tangível ligado à arquitectura popular de grande valor artístico e estético, e um património intangível como o artesanato, a gastronomia e tradições festivas. “A aldeia, enquanto rede interactiva de meios humanos, económicos, políticos e culturais, assume o papel de pólo gerador de dinâmicas do território e da paisagem envolvente”(idem, ibidem: 10).

Estas zonas são dotadas de um importante património paisagístico, extremamente apreciado pela população urbana, uma paisagem e um ambiente saudável e tranquilo. A imagem que estes espaços transmitem na mente do consumidor é a de um espaço de evasão, onde predomina o verde dos campos e que têm na figura do agricultor “os guardiões principais do património natural”. (MOREIRA, 1994: 92).

As paisagens rurais têm sofrido transformações ao longo dos tempos. Estas paisagens humanizadas transmitem a história e a cultura de um território, num determinado espaço temporal. Estas paisagens diferem de região para região, motivadas por condicionalismos físicos como diferentes tipos de solo, relevo e clima, que obriga à utilização de técnicas e formas de cultivo distintas, por pousios mais ou menos alargados e à produção de diferentes culturas agrícolas e por condicionalismos humanos como densidade populacional, estruturas fundiárias e sistemas de culturas. “A paisagem como um complexo dinâmico de ecossistemas em contínua mutação (...) assenta numa matriz cultural e de valores, em que se combinam os três sistemas, em que a paisagem é vista com cenário ou palco cénico ou palco cénico da vida real, o homem sendo ao mesmo tempo espectador e actor.” (CAVACO, 2005: 75)

Portugal apresenta paisagens rurais ou “paisagens tradicionais (MEDEIROS, 2006: 26) bastante diversificadas. A Noroeste pode-se visualizar um “mosaico” de pequenas parcelas agrícolas (minifúndios), praticando-se uma policultura com espécies diversificadas, com um povoamento disperso. A Norte Interior dominam uma

morfologia agrária em campos abertos (openfield), sem divisórias, praticando-se um sistema de afolhamento bienal com pousio. O Alentejo e áreas contíguas são zonas latifundiárias, onde predomina uma agricultura extensiva em campos abertos, de monoprodução com povoamento muito concentrado. A zona do Algarve possui solos pobres e muito rochosos, praticando-se uma cultura essencialmente hortícola, frutícola e de floricultura, sendo as principais plantações tradicionais a produção de frutos secos como a amêndoa, os figos e as alfarrobas, que tornam a paisagem rurais desta zona tão singular. Nas zonas de montanha é comum praticar-se uma agricultura em socalcos, adaptando-se às características geomorfológicas destas áreas. No Alto Douro predominam as paisagens das culturas vinícolas com plantações em socalcos, sendo um dos ex-líbris desta zona e estando classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO. Na Madeira prevalecem as propriedades de minifúndios, construção de socalcos ou poios. Nos Açores imperam, igualmente, os minifúndios, com uma policultura intensiva, com uma morfologia agrária em campos fechados (Bocage), onde os campos para pastagem e para produção agrícolas são distintos.

Ao analisarmos as paisagens rurais não podemos deixar de apontar a importância do povoamento na transformação das mesmas. Através do património histórico e cultural deixado por estas populações é possível construir-se um retrato das actividades sociais e económicas das mesmas, marcado por uma economia bastante vulnerável e muitas vezes de subsistência. Património cultural este ligado à identidade, à história e aos modos de vida de uma comunidade. A aldeia assumia funções religiosas, sociais e económicas. As habitações e infra-estruturas de apoio às aldeias eram construídas com materiais existentes na região ou nas proximidades. A habitação era “concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra” (GALHANO e OLIVEIRA, 2000: 15). Deste modo, estas casas, sobretudo do norte e centro de Portugal, são normalmente constituídas por um andar que servia de habitação, e por outro, podendo estar dividido em várias áreas, servindo de loja ou celeiro para albergar as alfaías agrícola e para armazenamento das colheitas e de estábulo.

Estas são construções do Homem, sem metodologia erudita, sem preocupações estéticas ou estilísticas, traduzindo a sua identidade, revelando sempre um certo utilitarismo e até um certo individualismo (ver figuras 5 e 6). É, como referiu Bernard Rudofsky (1982), uma “arquitectura sem arquitectos”, uma arquitectura forte/territorial.

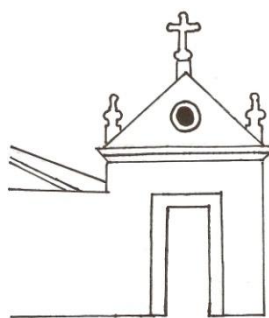
Estas construções estão sempre associadas a factores geográficos como o clima, o relevo, a altitude, entre outros, ou, influenciadas por factores de carácter cultural e social de cada comunidade ou de cada região, com forte ligação ao lugar.



**FIGURA 5: “Casa do Lavrador Abastado” na vila da Lousã**

Fonte: elaboração própria

Em Portugal temos várias tipologias de habitações rurais. A casa-pátio é característica em zonas de planície, podendo-se praticar uma agricultura extensiva, como na região do Alentejo. Contudo, também temos habitações deste tipo na região gandraesa que se estende desde a zona de Aveiro até às terras do Baixo Mondego. Estas são regiões de terras pobres e arenosas e nestas construções são utilizadas materiais pouco estáveis como o adobo ou a taipa, sendo impossível proceder-se a uma construção em altura, utilizando o pátio para armazenamento de estrume e fertilização das terras.



**FIGURA 6: Pequena capela na aldeia de Covelos, pertencente ao concelho da Lousã**

Fonte: Elaboração própria

Outra tipologia de habitações rurais no nosso país é a casa-bloco, que pode ter mais que um piso. Estas casas são típicas no Norte e Centro de Portugal.



Todas estas casas possuem linhas simples e despojadas, e a sua planta, igualmente simples, quadrangular.

Para além das habitações rurais, muitas outras infra-estruturas de suporte às actividades agro-pecuárias, ou até de suporte à gestão da vida quotidiana das aldeias, estão também incluídas nesta arquitectura dita popular, como os espigueiros, palheiros, abrigos de pedra ou de coberto vegetal, moinhos, fontes, tanques, muros agrícolas, fornos comunitários, capelas, fontes de mergulho, cruzeiros, etc.

Nestes espaços rurais ainda é possível verificar traços da vida quotidiana e das actividades económicas das comunidades locais. Estas comunidades possuem tradições e aspectos culturais que são hoje bastante apreciados. É comum a realização de festas e de feiras onde são apresentados os produtos locais, tanto a nível da gastronomia como do artesanato local.

Estas habitações estão associadas a uma Geografia Humana, a uma comunidade que ali existiu e coexistiu e que delegou um importante património, mas que actualmente se encontram reservadas ao esquecimento e ao abandono.

## **5. A política europeia. Os caminhos do nosso rural**

Desde cedo existiram preocupações políticas de protecção ao património rural. Em 1948 dá-se a criação da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) onde, pela primeira vez, se faz a inscrição dos bens naturais na lista do Património Mundial, procurando uma maior consciencialização mundial na salvaguarda e conservação da biodiversidade natural e na garantia da sustentabilidade dos recursos naturais.

Em Dezembro de 1962, em Paris, é redigido o primeiro texto formal do Património da Unesco. Este documento aprovou a Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios. Este texto evidencia medidas de preservação das paisagens naturais e das paisagens transformadas pela acção do Homem. Prevê ainda a protecção e o restauro dos sítios naturais e rurais e a criação de reservas naturais.

As primeiras políticas comunitárias criadas para o desenvolvimento rural, estão confinadas logo no Tratado de Roma, em 1957, que lançou as primeiras bases para a constituição da PAC, Política Agrícola Comum. Apoiando-se numa via produtivista, aparece no Pós-Guerra pretendendo desenvolver estratégias para assegurar o abastecimento alimentar da população incrementando a produtividade agrícola, assegurar um nível de vida equitativo, a estabilização dos mercados, a garantia da segurança dos abastecimentos e preços razoáveis aos consumidores. No entanto, estas medidas criaram, na segunda metade da década de 80, uma crise excedentária de algumas produções como o leite, o vinho, açúcar, carne, cereais, entre outras, com uma acumulação progressiva de excedentes estruturais. Paralelamente, esta política ignorou a sustentabilidade ambiental dos espaços rurais “manifestando-se na degradação da qualidade dos recursos biológicos e dos habitats”. (Rodrigo, 2001:2) Estas problemáticas exigiram a urgência de reformas que culminou com a Reforma da PAC na última década do século XX.

Nos inícios dos anos 90, a problemática de fornecimento alimentar à população europeia já não era plausível, logo novas contingências se afirmavam principalmente a nível ambiental. Com a reforma da PAC, em 1992, vai haver uma redução dos preços de apoio nos sectores excedentários e vai criar-se um sistema de quantidades máximas garantidas. Esta reforma vai ainda garantir uma maior sustentabilidade e preservação da paisagem agrícola e protecção a nível ambiental, dando ênfase a medidas legislativas de promoção de uma agricultura mais tradicional com produtos de elevada qualidade, em

detrimento da quantidade, como a denominada Agricultura Biológica e vai ainda garantir rendimentos estáveis aos produtores agrícolas, criando alternativas e apostando na multifuncionalidade destes produtores. A par desta reforma, publicou-se no mesmo ano os regulamentos comunitários nº 2081/92 e 2082/92, que normalizavam “a protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, a atribuição de certificados de especificidades e a regulamentação do modo de produção biológica.”<sup>6</sup> Estes produtos podem tomar várias denominações, mas são comumente conhecidos como produtos biológicos.

Em 2000, no conjunto de reformas da Agenda 2000, a União Europeia voltou a reforçar o papel do desenvolvimento rural, com o respeito pelo ambiente, como premissa fundamental. Salienta, também, a necessidade do uso de métodos mais saudáveis na produção agrícola. Toda esta regulamentação comunitária tem, de facto, muitos objectivos. Para além dos evidenciados, pretendem aumentar a confiança dos consumidores nos produtos, aumentar o número de agricultores biológicos, potencializar todas as redes de informação sobre este método agrícola e explorar a variedade de produtos possíveis e, sobretudo, incrementar a produtividade agrícola. Deste modo, “as políticas para o mundo rural europeu evidenciam duas tendências principais que, por sua vez, configuram outras tantas concepções de desenvolvimento: uma, de cariz agrícola, centrada no papel da agricultura e direccionada para os agricultores e suas organizações; outra, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural.” (CARVALHO e CORREIA, 2008: 3) A actividade agro-pecuária deixa, paulatinamente, de ser o principal vector económico das zonas rurais, sobretudo, com a grave crise social que norteia os campos, com o êxodo rural e o despovoamento acelerado de algumas zonas rurais, e com a crise económica que actualmente sofre o sector agrícola. Assim, é necessário encontrar novas garantias económicas e de desenvolvimento para estes espaços, e são estes novos desafios que estas políticas vão contemplar.

Na actualidade, as políticas comunitárias evidenciam uma acentuada preocupação com a sustentabilidade destas áreas tanto a nível ambiental como paisagístico, nomeadamente a incrementação de novas actividades, ligadas sobretudo ao sector terciário, que fomentem a economia destes locais, em detrimento das primeiras políticas comunitárias, com preocupações mais centradas na dilatação e desenvolvimento de actividades ligadas ao sector primário. Concomitantemente, é

---

<sup>6</sup> Despacho normativo nº47/97

visível uma crescente valorização e aproveitamento dos recursos patrimoniais, culturais e históricos que estas zonas rurais oferecem.

O programa LEADER II (1994-1999) “tem como objectivos permitir aos agentes e territórios rurais valorizar as suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre municípios, freguesias e lugares, de modo a despertar solidariedades que reforcem o desenvolvimento das regiões ..., sensibilizar a população para a riqueza do património da região, responsabilizando-as pela preservação e valorização e criar hábitos de convívios entre a população local, favorecendo os contactos entre os residentes e os visitantes.” (Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 1995).

O funcionamento burocrático do Estado conduziu a novos desafios e reformas. A descentralização do poder e a partilha de meios e recursos torna-se assim importante para a dinamização, promoção e desenvolvimento dos lugares e espaços rurais. Deste modo, é de máxima importância o papel das organizações sociais, das colectividades, associações de carácter cultural, recreativo e social, que envolvam e sensibilizam as comunidades locais e periferias na participação de inventos e periferias, na realização de festas, feiras e exposições. Estas redes sociais juntamente com as autarquias e outros actores locais e exteriores formam alianças e parcerias estratégicas, resultando das suas sinergias a incrementação do valor destes espaços. As redes funcionam, então, como forma de superação das baixas densidades de relações.

Com o declínio da actividade agrícola nas zonas rurais, estas, como já vimos, têm sofrido diversas mutações, adoptando novas funcionalidades. O desenvolvimento das zonas de baixas densidades passa, actualmente, pela criação de parcerias e interacção entre vários actores sociais locais ou não. José Francisco Veiga (2007: 356-360) formula uma tipologia de actores sociais, classificando-os em actores locais e actores não locais. Dentro dos actores locais este autor faz a seguinte subdivisão (ver quadro 2 e 3):

Actores Locais	Perfil/ Rendimentos	Contributo para a economia local
<u>Actores locais não rentáveis ou com remuneração extremamente baixa</u>	- Pequenos proprietários rurais, cujo único rendimento provém de pensões ou de reformas.	A contribuição destes actores para a economia local é muito baixa ou incipiente, visto que são fracos consumidores dos serviços locais oferecidos.  As suas estratégias “prevêem apenas a

		realização de investimento de substituição/manutenção ou mesmo desinvestimento”, ou seja, muitos deste actores são proprietários de minifúndios com uma produção para auto consumo; (idem, ibidem: 356)
<u>Actores locais com baixa rentabilidade ou remuneração</u>	- Pessoas com rendimento igual ao salário mínimo nacional. - Pequenos comerciantes, agricultores assalariados temporários ou não, cujos rendimentos provêm da sua actividade profissional ou de fundos de desemprego.	Alguns destes actores procuram aumentar a sua formação integrando cursos profissionais. No entanto, tal como os actores anteriores o contributo deste é reduzido e o seu consumo local, igualmente fraco.
<u>Actores locais com média ou elevada rentabilidade ou remuneração</u>	- Rendimentos superiores ao salário mínimo nacional - Assalariados agrícolas permanentes, empresários, agricultores familiares, industriais, construtores civis, comerciantes, etc.	Parte destes actores realizam novos investimentos principalmente no sector secundário e terciário, como a construção civil, restauração e outras pequenas indústrias ou adoptando novos métodos agrícolas como a agricultura biológica.
<u>Actores locais que utilizam os capitais nacionais com média ou elevada rentabilidade e remuneração</u>	- Organizações públicas (autarquias privadas) e organizações privadas locais (sem fins lucrativos), que recorrem a capitais públicos; - Actores privados (de origem urbana): área da restauração, comércio, residencial, agricultura.	Actores de enorme importância para o desenvolvimento local. Grandes estratégias de atractividade local, atraindo capitais públicos e privados.

**QUADRO 2 : Contributo para economia local dos Actores Locais**

Fonte: Adaptado (VEIGA, 2007: 356-360)

Nos actores não locais este autor apresenta a seguinte caracterização:

Actores não Locais	Perfil/ Rendimentos	Contributo para a economia local
<u>Actores regionais com média ou elevada rentabilidade ou remuneração</u>	- Grandes proprietários fundiários, agricultores familiares, empresários. - Rendimentos provenientes da agricultura (directa ou indirectamente) ou/e apoios do Estado.	- Contributo reduzido: grande autonomização face ao espaço físico, não negociando no espaço local, o escoamento dos seus dividendos é a nível regional e nacional. - Coopera apenas na oferta de emprego.
<u>Actores nacionais com média ou</u>	- Grandes e médios	- Grande contributo na formalização

<p><u>elevada rentabilidade ou remuneração</u></p>	<p>proprietários fundiários, agricultores empresários detentores de sociedades agrícolas e empresas de indústria e serviços. - Rendimentos provenientes de actividades não agrícolas.</p>	<p>de estratégias inovadoras a nível da agricultura e dos serviços, adoptadas à especificidade local. Apesar do objectivo ser o mercado de âmbito nacional, o conceito e marca do produto tem denominação local.</p>
--	---	--

**QUADRO 3: Contributo dos Actores não Locais para a economia local**

Fonte: Adaptado (VEIGA, 2007: 356-360)

No seguimento destas concepções, o Regulamento ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), para 2007 – 2013, pretende atenuar as diferenças económicas entre regiões e contribuir para a redução da dicotomia entre espaços rurais e urbanos. Pressupõe o desenvolvimento económico das áreas rurais, principalmente das zonas de baixas densidades populacionais, parcerias entre agentes locais, desenvolvimento local, incremento do emprego nessas áreas, medidas inovadoras de desenvolvimento para aumentar a competitividade entre regiões, assegurando sempre a sustentabilidade das mesmas, e financiamento de infra-estruturas que torne estes locais mais competitivos. Este fundo prevê o “desenvolvimento do potencial endógeno, através de medidas que apoiem o desenvolvimento regional e local. Essas medidas incluem apoio e serviços a empresas, especialmente PME, criação e desenvolvimento de instrumentos de financiamento tais como capital de risco, fundos de empréstimo e de garantia, fundos de desenvolvimento local, bonificações de juros, trabalho em rede, cooperação e intercâmbio de experiências entre regiões, cidades e intervenientes sociais, económicos e ambientais pertinentes.” (REGULAMENTO CE 1080/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 5 de Julho de 2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento CE nº 1783/1999).

## **6. Ambiente: uma questão social**

Ao longo das últimas décadas o Homem tem-se deparado com um novo paradigma, um novo conceito, que pretende alterar, renovar e consciencializar mentalidades, atitudes, valores, por vezes algo complexos, mas na sua maioria passando por pequenos e simples gestos. O Homem e a sua relação com o ambiente é tão próxima e dependente quanto perigosa e cada vez mais em risco de colapso. As marés negras nas costas atlânticas, as chuvas ácidas ou a explosão de um reactor em Chernobyl e a precipitação radioactiva, as dioxinas na carne de frango belga, a BSE ou a febre aftosa, são catástrofes que suscitaram uma tomada de consciência por parte dos cidadãos, cuja sensibilização face aos problemas do ambiente não pára de aumentar. As reivindicações de melhoria da qualidade do ambiente e de preservação dos recursos naturais passaram a ser preocupações globais.

No dia 5 de Junho (que passou a ser o Dia Mundial do Ambiente) de 1972 realiza-se a Conferência de Estocolmo. Nesta conferência é reconhecido que o progresso e desenvolvimento económico dos países industrializados cria, em muitos locais, problemas ambientais graves para a saúde pública e coloca em causa o bem-estar das comunidades, resultando a célebre «Declaração sobre o Meio Humano». Esta enuncia alguns princípios que evidenciam uma visão antropocêntrica, não só pela designação utilizada – Meio Humano – para exprimir a noção de Ambiente, como também pela importância atribuída à investigação, formação e educação nesta área.

Em 1973, com a necessidade de se criar uma organização internacional que actue junto dos governos dos diversos países, a fim de se abordarem os problemas ambientais, a nível de acção política, educativa e tecnológica, surge o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que estabelece dois vectores orientadores: Educação Ambiental e Formação Ambiental. (FIGUEIREDO, 2003:31-36)

No ano de 1984 é constituída a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por “Comissão Brundtland”. Daí resulta um documento com o título: “O nosso futuro comum” publicado em 1987, onde se reconhece que o futuro depende da adopção imediata de políticas decisivas que promovam a utilização racional dos recursos naturais, em ordem a um desenvolvimento sustentável, isto é, assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1991).

Em 1992, no Rio de Janeiro, é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92) com a presença de mais de 100 Presidentes de República e de primeiros ministros e outros tantos presidentes das maiores companhias do mundo, onde foram debatidos temas como: biodiversidade, florestas tropicais, alterações climáticas, agenda XXI (os grandes desafios ambientais a enfrentar no Século XXI). Seguiu-se uma série de reuniões que culminaram na de Quioto (1997), dedicada ao Aquecimento Global, e mais recentemente na Dinamarca, em Copenhaga (2010).

Foi sobretudo durante a revolução industrial que a população urbana, cansada da poluição, da soturnidade da paisagem, da miséria e más condições laborais que norteava as cidades, começou a idealizar o retorno ao campo como um sonho idílico. “It was within this social environment that the countryside was set in opposition to the “evils” of industrial cities, and the image of rural idyll established within much of the urban mind.

In the twentieth century, the media often continue to portray images of a simpler, somehow “purer” country life to its primarily urban audience, through television , radio, and lifestyle magazines” (BUTLER et HALL, 1997:116).

Vivemos numa sociedade com crescentes preocupações ambientais, impulsionada sobretudo pelos meios de informação. Os *mass media*, desde muito cedo, têm-se revelado como um elemento relevante e impulsionador desta consciência global. Chernobyl (em 1986) foi o caso mais mediático, com uma cobertura a nível internacional nunca antes vista. Os meios e órgãos de comunicação social tornam-se cada vez mais preponderantes e decisivos na divulgação de mensagens. A tomada de consciência das problemáticas ambientais deu origem a grupos ambientalistas e à criação de ONG cada vez mais influentes na vida política e social internacional (talvez a mais importante e com maior destaque mediático seja a Greenpeace).



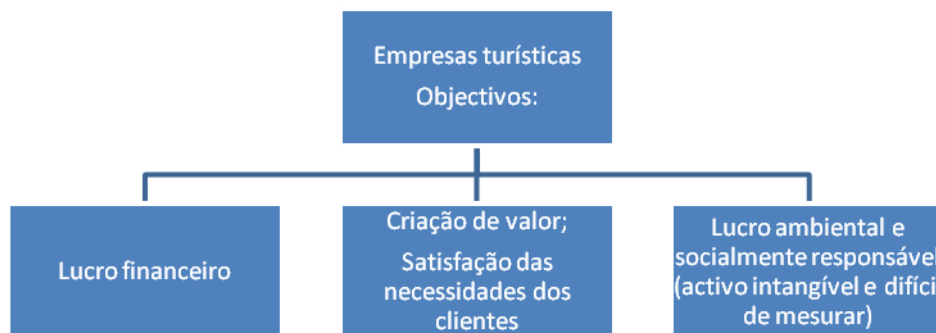
## 7. Turismo rural

### 7.1 Do Ecoturismo ao Turismo de Natureza e Turismo Rural

O turismo pressupõe uma deslocação voluntária e temporária de um indivíduo ou de grupos de pessoas fora da residência habitual, normalmente, com motivações de lazer, descanso, culturais, saúde, negócio, estudo, religiosas, desportivas, entre outras. Essa deslocação tem de ser superior a 24 horas.

O turismo é um fenómeno geográfico, provocando a transformação da fisionomia dos espaços, gerando mobilidades espaciais, reabilitando lugares e patrimónios e, em alguns casos, uniformizando costumes. Paralelamente, o turismo pode gerar, igualmente, desigualdades.

As empresas turísticas começam a ter preocupações de sustentabilidade. O meio ambiente é um recurso limitado que precisa de ser preservado, sendo também “um factor chave de desenvolvimento de competitividade no sector turístico.” (CARDOSO, 2000: 64) Existe, actualmente uma maior consciencialização a nível dos impactos ambientais, existindo um desenvolvimento dos meios tecnológicos de modo a poupar e a reduzir os impactos ambientais (ver gráfico 1).



**GRÁFICO 1: Desenvolvimento sustentável: objectivos a incrementar pelas empresas turísticas**

Fonte: elaboração própria

As práticas turístico-desportivas têm registado cada vez mais importância a nível mundial. A preocupação ambiental e a busca de novos segmentos turísticos em detrimento dos mais convencionais e ao turismo de massas, como por exemplo o turismo de sol e praia, levaram a criação de um segmento turístico voltado para a educação ambiental e para a aventura. Um turismo sustentável com actividades desenvolvidas para um maior contacto com a natureza e com valores ambientais.

Deste modo, surge o ecoturismo um segmento do turismo cultural em grande emergência, com apoios por parte de políticas nacionais e internacionais, sobretudo, pela sua componente de desenvolvimento com sustentabilidade, praticado em espaços

pouco humanizados, tendo como objectivo básico a protecção dos habitats naturais e o respeito pela integridade dos ecossistemas, contemplando a descoberta e educação ambiental dos espaços naturais. Este nicho do mercado turístico tem sido implementado, em Portugal, nas Áreas Protegidas, tendo como principal potencial “fazer a ponte para o turismo da natureza para o turismo rural para formas de turismo sustentável” (BURNAY, 2000:25).

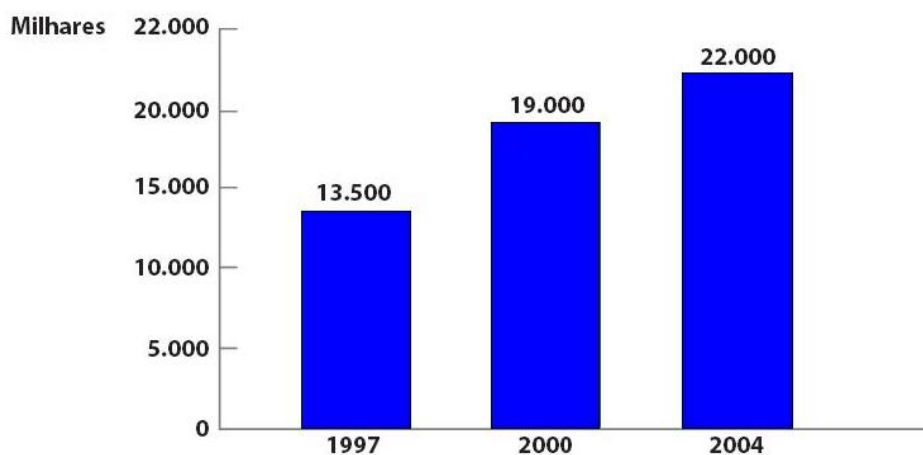
A criação de áreas protegidas apoiou-se no conceito de desenvolvimento sustentável com a conservação do seu património natural e ambiental e cultural, sendo também, uma espécie de laboratório de implementação de medidas que garantam a sustentabilidade de espécies e espaços. As formas de lazer e turismo praticadas nestas zonas visam a conservação da natureza criando-se a nível nacional o programa de Turismo de Natureza e Desporto de Natureza.

O turismo de natureza contempla vários vectores como a conservação da Natureza, o desenvolvimento local e regional, a diversificação da oferta turística e a qualidade turística. A implementação deste tipo de mercado no panorama nacional tem sido lenta, apesar de apresentar-se como um produto estratégico para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

Apresentando um crescimento de 7% por ano no espaço europeu, entre 1997 e 2004 (Ver gráfico 2), este sector divide-se em dois mercados distintos, Turismo de Natureza *Soft*<sup>7</sup> e Turismo de Natureza *Hard*. O turista que procura um pacote de Turismo de Natureza *Soft* são normalmente adulto de média idade que viajam com a família ou amigos que procuram descanso do stress urbano, contactar e interagir com meio natural praticando diversas actividades ao ar livre de baixa intensidade, como passeios pedestres partindo à descoberta de novas culturas e paisagens, observação de fauna e flora e fotografia. Por contraste, o perfil de turista que procura o Turismo de Natureza *Hard* são, normalmente, jovens e jovens adultos que procuram o contacto com a natureza, aventura e prática de desportos radicais ao ar livre como BTT, Rafting, Kayaking, entre outras.

---

<sup>7</sup> Referências Turismo de Portugal



**GRÁFICO 2: Evolução do volume de viagens de turismo de Natureza. Período 1997-2004**

Fonte: Turismo de Portugal

Os principais consumidores turísticos deste segmento de mercado são a Alemanha e a Holanda representando em conjunto 45% do total de viagens de natureza realizadas por europeus.

Vocacionado para um consumidor jovem, as plataformas de marketing utilizadas na divulgação e difusão destes destinos turísticos são normalmente as redes de informação como a internet. Deste modo, 98% das empresas turísticas que comercializam este tipo de produto utilizam a internet como modo de publicidade.

Em Portugal, os principais consumidores deste nicho turístico são provenientes de um mercado interno. O nosso país possui óptimas condições para a sua implementação, no entanto o desenvolvimento e dinamização a um mercado externo tem sido insuficiente e ineficaz. As empresas turísticas vocacionadas e implementadas para realizações de actividade no âmbito deste sector turístico são sobretudo de pequenas dimensões com amplitude regional e local, muitas vezes não certificadas para o efeito.

## **7.2 O Turismo Rural em Portugal**

Outro segmento de mercado em grande crescimento no território nacional é o Turismo Rural. O maior poder de compra da população vai originar uma abertura a novos mercados internos e alternativo e neste sentido, dá-se a implementação de novas formas de turismo.

O turismo rural tem como funções garantir a sustentabilidade paisagística e ambiental, das antigas actividades e tradições rurais, travar a abandono dos campos, criar serviços e infra-estruturas adaptadas às novas necessidades sociais, tendo, contudo,

em conta, a sustentabilidade desses territórios. O turismo rural aparece como uma “consequência das vantagens comparativas que este espaço oferece em relação ao urbano-preço do solo, mão-de-obra mais barata, maior descongestionamento da rede viária, exigências ambientais mais favoráveis e até incentivos de vária ordem” (MOREIRA, 1994: 36).

Várias formas de turismo podem-se implementar nestas zonas rurais e uma delas é o turismo rural, um subproduto do turismo cultural, que presta serviço de hospedagem em casas rústicas particulares que se apresentam com uma arquitectura e materiais da região.

O turismo rural em grande crescimento em Portugal (quadro 4 e 5) e o desenvolvimento destes espaços rurais podem ter impactos positivos a vários níveis mas também impactos negativos.

<i>Capacidade de Alojamento</i>	<i>2006</i>		<i>2007</i>		<i>2008</i>	
	Estabelecimentos	Camas	Estabelecimentos	Camas	Estabelecimentos	Camas
<b>Turismo de habitação</b>	232	2.678	232	2.719	233	2.733
<b>Turismo rural</b>	388	3.847	390	3.893	390	3.893
<b>Agro-turismo</b>	138	1.749	136	1.739	140	1.781
<b>Casa de campo</b>	229	1.677	234	1.793	246	1.893
<b>Turismo de aldeia</b>	7	249	7	249	8	281
<b>Hotel rural</b>	18	666	24	934	30	1.111
<b>Total</b>	<b>1.012</b>	<b>10.866</b>	<b>1.023</b>	<b>11.327</b>	<b>1.047</b>	<b>11.692</b>

**QUADRO 4: Turismo em espaço rural 2006/2007/2009**

Fonte: TP - Turismo de Portugal

<i>Capacidade de Alojamento</i> <i>- Nuts II</i>	<i>Estabelecimentos</i>			<i>Camas</i>		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Norte</b>	450	448	459	4.809	4.741	4.841
<b>Centro</b>	220	224	232	2.354	2.501	2.656
<b>Lisboa</b>	26	27	27	281	335	335
<b>Alentejo</b>	163	162	166	2.010	2.102	2.201
<b>Algarve</b>	30	31	32	323	367	377
<b>Açores</b>	74	82	82	585	682	683
<b>Madeira</b>	49	49	49	504	599	599
<b>Portugal</b>	<b>1.012</b>	<b>1.023</b>	<b>1.047</b>	<b>10.866</b>	<b>11.327</b>	<b>11.692</b>

**QUADRO 5: Capacidade de Alojamento por Nuts II**

Fonte: TP – Turismo de Portugal

O turismo pode criar emprego à população local, cria novas actividades económicas, auxilia o desenvolvimento local, pode ajudar a cessar o isolamento social, trazendo nova vida a essas zonas, combate ao despovoamento, “promove um espírito de equipa comunitário especialmente através do desenvolvimento de actividades culturais e lúdica, cria condições para salvaguarda e reforça identidades culturais locais.” (Gannon, 1994), impulsiona a conservação e a preservação da paisagem rural e a limpeza das matas. Por contraste, o turismo pode também levar à extinção da actividade agrícola, à valorização do sector secundário e terciário em detrimento do sector primário, aumento dos custos de vida para a população local, aumento do preço dos solos, incremento do crime e da poluição e descaracterização da paisagem rural. Pode não trazer benefícios económicos a toda a população e poderá não evitar a despovoamento destes espaços, sendo um processo quase sempre irreversível.

O turismo de massas raramente se implementa no turismo rural, podendo apenas, implementar-se em espaços termais ou em estâncias de ski, em espaços de montanha. Este é um turismo muito diversificado, podendo ser considerado turismo de enclave, um turismo voltado para o consumo, ignorando cooperações entre as populações locais, reservando a esta última um papel insignificante neste mercado turístico. “Local involvement in the tourism industry depends to a large extent on access to the market. In many cases local benefits are greatest in the informal sector; the return on local skills and services is often maximised where the scale of capital investment is low. This aspect is sometimes neglected in tourism planning, and access to tourists for the informal sector is often restricted” (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2002: 39).

O turismo rural deve proporcionar actividades lúdicas nos seus visitantes que se integrem nesse espaço verde e que permita ao visitante um conhecimento e uma

interacção com a paisagem local, como práticas desportivas como escalagem, rapel e parapente, práticas artesanais e agrícolas, passeios pedestres e fluviais, de bicicleta ou motorizados, actividades equestres, caça ou pesca.

Outras infra-estruturas que acompanham o turismo em espaço rural são os museus ou circuitos interpretativos, restaurantes que proporcionem ao turismo uma experiência com a gastronomia local, workshops que dêem a conhecer ao turista os produtos locais em, ainda, workshops de plantas medicinais e aromáticas. Várias empresas e associações colaboram com o turismo rural, como por exemplo os parques de campismo, pousadas de juventude, clubes desportivos.

O conceito de Ecomuseu nasceu em França na década de 70 que pretendia reavivar estas zonas rurais, apelar à cooperação dos habitantes locais, conservar o património cultural e ambiental, reconstituir as memórias e tradições locais e apelar à consciencialização patrimonial. Hoje, este conceito vai gradualmente sendo adoptado e incorporado com maior frequência no nosso país, de forma a revitalizar o legado histórico e cultural destas zonas rurais.

As autarquias têm que ter um papel cada vez mais preponderante na dinamização e desenvolvimento do turismo a nível local, sobretudo, pela debilidade das redes que estão próximas do local. A nível do turismo no espaço rural, o poder local, deve ter uma função decisiva na sensibilização dos habitantes dessas zonas rurais para este novo fenómeno, apontando as vantagens que poderão advir de uma política turística bem planejada e estruturada, apelando à conservação, recuperação e reabilitação das antigas habitações rurais e das explorações agrícolas.

Na década de 60, com a implementação das férias pagas, o desenvolvimento dos transportes e vias de comunicação com um maior poder económico e uma diminuição do tempo de trabalho, aumenta significativamente o número de residências secundárias. Uma maior parcela da população adquire uma segunda residência, normalmente, em zonas rurais ou em zonas de praia, devido à pressão da vida citadina e da poluição, para habitar aos fins-de-semana ou nas férias.

Uma família pode adquirir ou alugar durante o ano uma segunda habitação sem perder o estatuto de residência secundária. A principal função destas residências é o lazer, mas também pode ser adquirida para investimento imobiliário ou de aluguer.

O turismo rural oferece aos turistas um conhecimento mais profundo destes espaços rurais, a nível social e histórico, incutindo nos visitantes uma maior sensibilidade de conservação ambiental e patrimonial.

Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem-se agrupar em casas de campo, agro-turismo e hotéis rurais. Estes empreendimentos devem, a nível arquitectónico, integrar-se no ambiente rural onde estão localizados “de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico”<sup>8</sup> dessas regiões.

Estes empreendimentos podem ser habitações recuperadas, que mantiveram intacto o traçado arquitectónico da habitação já pré-existente. Os imóveis que sejam construídos de raiz devem utilizar materiais construtivos e fachadas arquitectónicas que se integrem no traçado arquitectónico da aldeia.

Os empreendimentos de agro-turismo situam-se em explorações agrícolas e oferecem aos seus hóspedes uma participação activa e o contacto com a actividade agrícola.

As casas de campo e os empreendimentos de agro-turismo são destinados a alojar um número máximo de 15 hóspedes.

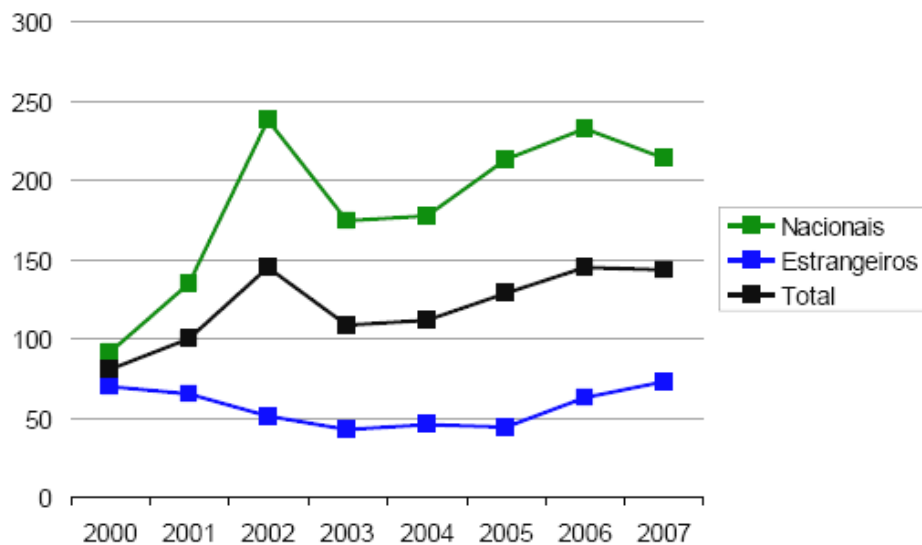
A maioria dos estabelecimentos são de natureza familiar, empregando normalmente entre 2 a 5 funcionários, alguns destes pertencentes à mesma família. A pluralidade destes empregados possui o 1º ou o 2º ciclo. Muitos alojamentos rurais oferecem aos seus clientes em número alargado de infra-estruturas e equipamentos, pensando no conforto, comodidade e distração destes, como piscina, sala de jogos, ginásio, spa e campo de ténis.

A maior parte dos estabelecimentos rurais, promovem os seus serviços através da internet, criando sites especializados, recorrendo a fotografias previamente preparadas e seleccionadas para cativar o consumidor. Outros meios utilizados para a promoção dos seus serviços são as brochuras, portefólios, guias e revistas turísticas. Alguns destes estabelecimentos estão integrados em rotas ou em circuitos turísticos, podendo criar parcerias externas com empresas de eventos e animação turística.

Embora o destino de “sol e praia” continue a ser o destino de preferência pelo mercado interno, a procura destes espaços pela população portuguesa tem vindo a crescer nos últimos anos, revelando, deste modo, um maior interesse por um turismo alternativo, fruto de novas necessidades de lazer como também de todo o esforço e trabalho, que tem vindo a ser valorizado e estimulado neste sector (ver gráfico 3).

---

<sup>8</sup> Decreto-lei nº 39/2008 de 7 de Março



**GRÁFICO 3: Evolução anual do nº médio de hóspedes por estabelecimento**

Fonte: Estudo de Caracterização do turismo no espaço rural e do turismo de natureza em Portugal, IESE, 2008

Contudo, este turismo também é bastante apreciado por um mercado externo, sendo que, a maioria dos turistas estrangeiros que afluem a estes espaços e que usufruem dos estabelecimentos rurais são, sobretudo, provenientes da Alemanha, Espanha, Holanda, Reino Unido e da França.



## **8. Paisagens multissensoriais, a Imagem e o Marketing Territorial**

O conceito de turismo é indissociável do conceito de imagem. A imagem funciona como uma motivação do turista em conhecer determinado lugar. Como refere Martine Joly (1994: 20) “ as imagens não são as coisas que elas representam, mas que se servem delas para falar de outra coisa”. Com a intensificação do turismo, intensificam-se as formas de comercialização e de marketing, através da inoculação de uma imagem de um produto intangível ou tangível, que pretendem transmitir o imaginário individual e colectivo. “Hoje, parece que tem que parecer para poder ser, iludindo-se ou ocultando-se por incorporação, a rudeza da componente material, quando se sublinha/evidencia e, portanto, se hiperboliza a componente imaterial, o que em parte explicará, a estetização do campo em detrimento da substância/lugar de produção.” (TRIGO, 2008: 3)

Actualmente, estamos perante uma “sociedade da imagem” e é exequível salientar o papel das imagens para o desenvolvimento dos espaços rurais. Os instrumentos de marketing publicitam uma visão estereotipada das zonas rurais, zonas idílicas e espaços mágicos, que pretendem seduzir e cativar o leitor. Assim, mais importante do que promover um espaço físico, procura-se criar sensações, emoções, experiências, laços afectivos que unam sentimentos e estreitem relações com os espaços e valores daquela região (topofilia). Deste modo, conta-se uma história, descrevem-se lugares, paisagens bucólicas e imateriais, gestos e aromas, de uma forma lírica e poética, podendo ocultar a realidade. “O sol desmaia na linha do horizonte e a natureza maquilha-se de tonalidades douradas e alaranjadas, numa sinestesia que contagia os sentidos. Os olhos passeiam pelas paisagens, feitas de campos de cultivo e adornadas por flores campestres. À beira da estrada, as mimosas abrem alas ao olfacto, libertando um aroma fresco a campo. As árvores de fruto e as pastagens desenham a paisagem irregular do Alentejo profundo. Os ouvidos escutam o chilrear dos pássaros e acostumam-se ao chocalhar dos badalos das ovelhas...Dlim, dlim. A pele recebe carícias suaves da brisa amena.” (Revista Evasões, Maio de 2009)

O turismo explora a imagem cognitiva, relacionada com o conceito de percepção e conhecimento do indivíduo sobre um objecto ou destino, e a imagem afectiva, relacionada com os sentimentos e as emoções do indivíduo sobre esse objecto e destino. Estas duas imagens estão inter-relacionadas e não se podem dissociar uma da outra. Estas influenciam o turista na selecção de um objecto ou de um destino.

Os “media” e as NTCI (novas tecnologia de informação e das comunicações) contribuem para a construção e divulgação de imagem. O turismo rural promove a importância de um ambiente natural e a beleza deste património visual. Cria uma imagem na mente do consumidor que seja facilmente identificável e reconhecida por este. (Ver gráfico 4)

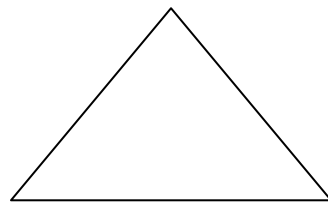
Turista (Mercado)

**Imagem Global** - Desejo de sair da sua rotina e conhecer novos lugares, influenciado ou incentivado pelos meios publicitários e de marketing. Novas necessidades e motivações. Espaço idealizado.

**Imagem Tradicional** – Memórias afectivas, vivências e experiências de vida (imagem tradicional) que valoriza e intensifica o desejo de visitar certo local. Espaço Vivido.

Receptor (Destino)

Zonas, áreas ou lugares que irão receber o turista e proporcionar novas formas de lazer e de evasão do quotidiano, usando os seus recursos naturais.



Organismos de viagem (intermediários)

Agências de turismo, publicitários e marketeers, com funções de seleccionar espaços que correspondam aos gostos e expectativas do turista.

#### GRÁFICO 4: O Marketing Territorial

Fonte: Elaboração própria

Deste modo, o turismo rural irá explorar os vários sentidos do corpo humano como a visão, o olfacto e a audição para cativar este público-alvo (target), a denominada paisagem sensorial. A paisagem constitui a matéria-prima para o turismo. A imagem é utilizada como promoção de um imaginário insuflado no consumidor, imagens escolhidas para seduzir o olhar do consumidor, podendo recorrer-se à manipulação de imagens criando um paradigma de um lugar ilusório e irrealista, expondo apenas ângulos que irão favorecer a imagem, imagens essas que não traduzem a identidade cultural de um lugar. É, também, frequente a utilização da “hipérbole visual ...”, com aumentações a que podem corresponder atenuações; as elipses do suporte, e mesmo do produto ..., assim como as comparações visuais.” (JOLY, 1994: 17)

O geógrafo J. Douglas Porteous terá sido o primeiro a utilizar o termo “smellscape”. Para este, “o Homem, no seu processo de evolução social, perdeu muito

da sua capacidade olfactiva: na actualidade, 90% das percepções são adquiridas visualmente grande parte das restantes adquirem-se através do tacto e do ouvido” (GASPAR, 2001: 89). A paisagem olfactiva consegue deter fortes marcas na memória das pessoas. Através do olfacto o Homem é capaz de reconhecer, de localizar e estabelecer juízos. “Ainda hoje, há uma grande diferença na paisagem olfactiva das aldeias do norte e sul, em Portugal. Nas Beiras, Trás-os-Montes e Minho, é forte o cheiro do fumo das lareiras e, embora menos que noutros tempos, o cheiro do gado bovino (estrume...) povoa a atmosfera de grande parte dos aglomerados rurais. Já no Alentejo, as aldeias não só são mais “limpas”, como são quase inodoras – nalgumas épocas do ano destaca-se apenas o odor da flor de laranjeira, quando as ruas estão arborizadas com esta espécie” (GASPAR, 2001: 89). As paisagens olfactivas são um instrumento para o turismo, sobretudo, no turismo rural. Muitas pessoas que procuram estes lugares verdes, com uma paisagem “virgem”, pretendem, principalmente, um ambiente saudável, longe da poluição que caracteriza os espaços urbanos. Estas pessoas procuram um ambiente mais “limpo”, onde possam desfrutar e respirar ar livre de impurezas, com todos os cheiros que caracterizam os espaços rurais, com o odor das plantas, dos campos agrícolas, dos animais, etc.

Os espaços rurais são espaços de evasão da poluição sonora que caracteriza os centros urbanos. Muitas pessoas procuram estes espaços calmos e silenciosos em detrimento do stress e do barulho que a cidade oferece. Como refere Jorge Gaspar “A paisagem sonora é, muitas vezes, a que selecciona, a que apreendemos quando fechamos os olhos – a derradeira lembrança que queremos levar de um lugar. (GASPAR, 2001:92).

Apesar do despovoamento que o êxodo rural provocou em muitas aldeias, estas continuam a deter um grande valor patrimonial. Este património visível, de um rural vivo, detém uma forte concepção histórica. Estas paisagens biográficas, encenam na memória do observador, através do legado deixado por estas gentes, a história desses locais, e através da imagem pode proceder-se à reconstrução do dia-a-dia destas antigas populações. No entanto, enquanto alguns visitantes apreciam a ruína e o genuíno (ex. turismo de ruínas), opondo-se à recuperação desses legados, outros não pretendem visualizar o património genuíno de um espaço, pretende sim, como consumidor, que o turismo corresponda aos seus desejos. Deste modo, a imagem que o turismo pretende trespassar é a de um espaço idílico e encenado, criando “uma visão distanciada e estereotipada, ... utilizando elementos do passado que não se pode vivenciar mas sim

utilizar-se num sistema mercantilista onde a memória é sacralizada pelo consumo.” (PÉREZ, 2006: 15). O turista não pretende visualizar aldeias em ruínas e sem vida e, por este motivo, muitas vezes o turismo pressupõe a reconstrução de infra-estruturas e habitações e em criar um espaço rural vivo, muitas vezes recorrendo a encenações, como festas, feiras e eventos gastronómico, que poderiam nada ter a ver com a realidade cultural dessa aldeia.

O turismo trabalha com o marketing territorial, pois, segundo Philip Kotler, um território “ou evolui ou definha, não fica parado.”<sup>9</sup> (2009) Ainda segundo o mesmo autor, o marketing territorial trabalha com três pressupostos “renovação, inovação e marketing. (...) A renovação diz respeito à manutenção e infra-estruturas; a inovação refere-se à criação de novos produtos de acordo com as necessidades e interesses dos consumidores (residentes e visitantes); e o marketing será responsável pelo enquadramento da oferta.” (KOTLER, 2009)

Para se proceder a um plano estratégico de marketing é necessário conhecer o potencial endógeno e formulação de estratégias de aproveitamento desses recursos, procedendo a uma análise SWOT, analisando e identificando pontos fortes e pontos fracos do território e, ainda, as oportunidades e ameaças. Deste modo, é necessária “a manutenção e a evolução das infra-estruturas e equipamentos que possam incentivar a mobilidade e a dinamização de pessoas e investimentos. Impõe-se, igualmente, o conhecimento do comportamento dos seus utilizadores e as diferentes formas de utilização e as características da sua macro e micro-envolvente.” (RUIVO, 2006: 27). É fundamental proceder-se à segmentação do mercado e definir o público-alvo, e criar uma imagem e propostas de valor que seja facilmente reconhecida e identificada por este público-alvo.

É essencial atrair investimentos privados e públicos, podendo actuar em parceria (cross marketing). O desenvolvimento destas zonas rurais pressupõe a colaboração dos habitantes locais e das autarquias de modo a incrementar e potencializar os produtos e serviços do território, criando uma imagem positiva do local.

Para o desenvolvimento e incremento das zonas rurais poder-se-á recorrer à criação de marcas (Branding). Uma marca é um símbolo, um logótipo que caracteriza e distingue um destino, que promove promessas de emoções e experiências distintas. A sua existência permite um conhecimento mais claro e profundo do objecto, da ideia ou

---

<sup>9</sup> Entrevista a Philip Kotler no lançamento do seu livro “Marketing 3.0”

do local, neste caso os espaços rurais. Promove a aproximação e a familiaridade com o cliente, estreita laços e relações, tornando assim o produto apelativo e desejado. Uma das marcas de referência, na promoção e desenvolvimento de zonas rurais é o programa das Aldeias de Xisto. Este programa teve a sua implementação em 2001 através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro. Este projecto de requalificação, que actualmente integra 24 aldeias, tem como principais objectivos “a recuperação das tradições, a valorização do património arquitectónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente”<sup>10</sup>, pretendendo, sobretudo, melhorar a qualidade de vida dos habitantes destas aldeias, promovendo a sua qualificação e uma participação activa neste projecto de desenvolvimento, criando postos de trabalho. Este projecto engloba a recuperação e preservação das aldeias, com a instalação de saneamentos, requalificação das habitações, instalação de água e electricidade. Promove ainda experiências lúdicas, desportivas e gastronómicas, entre outras actividades.

---

<sup>10</sup> Site: [www.aldeiasdoxisto.pt](http://www.aldeiasdoxisto.pt)

## **9. Áreas de Montanha – principais dinâmicas sócio-económicas**

Neste subponto iremos abordar algumas ideias já expostas anteriormente sobre os espaços gerais em geral, contudo, cingindo especificamente às áreas de montanha.

As áreas de montanha são um importante património natural e cultural. A nível global estas regiões têm sido marginalizadas pelas políticas mundiais. Não obstante esse motivo, estas regiões possuem importantes recursos hídricos que são fundamentais para a sobrevivência da população mundial. São, também, produtoras de recursos alimentares e minerais. São detentoras de paisagens, de biodiversidades exclusivas e portadoras de importantes valores e tradições culturais. Áreas de grande diversidade cultural, devido à longa permanência do Homem nestes espaços. A falta de políticas específicas para as zonas de montanha, torna-se inexplicável, sobretudo, porque um quinto da superfície terrestre são áreas de montanha, que albergam um décimo da população mundial (GRAÇA, 2006: 373- 374).

As áreas de montanha cobrem cerca de 18 % do território português, 12% destas com elevações acima dos 700 metros e apenas 0,2% com elevações ultrapassando os 1200 metros (ver figura 7). As montanhas de maior altitude localizam-se, sobretudo, a norte da linha do Tejo. São espaços de grande diversidade cultural que deriva da longa permanência do Homem.

As principais serras portuguesas são: a de S. Mamede, Gerês, Arrábida, Estrela e a Serra da Malcata.

A serra de S. Mamede é o ponto mais alto localizado a sul do rio Tejo, com cerca de 1020 metros no pico de S. Mamede. Contém cristas quartzíticas, que se podem ver em toda a serra formando nascentes e fontes termais com níveis altos de pluviosidade comparada com a restante região alentejana provocando uma vegetação característica e diversificada com inúmeras espécies que se adaptam à seca e à aridez, coexistindo com outras mais setentrionais. Foram contabilizadas mais de 800 espécies vegetais e uma fauna bastante diversidade representando 70% das espécies de répteis descritas em Portugal e 80% dos anfíbios, incluindo a rã ibérica, que só existe nesta região. (CORREIA, 2000:41)

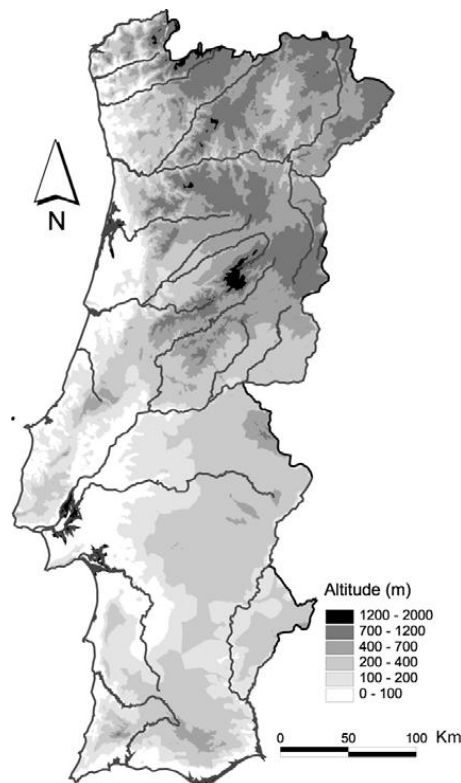
O aspecto paisagístico mais característico da serra do Gerês é a volubilidade de declives e “o contraste entre os interflúvios e as íngremes vertentes dos vales que constitui a impressão imperante da paisagem, dando a sensação que os topos das serras são relativamente planos. (PEIXOTO, 2008:10) A nível climático possui índices pluviométricos muito elevados sendo considerada uma das regiões mais chuvosas da

Europa. É detentora de uma importante fauna e flora que devem ser protegidas pelo seu interesse a nível medicinal.

A serra da Estrela possui a maior elevação de Portugal continental com cerca de 1993 metros. A paisagem superior desta cordilheira possui características excepcionais e uma morfologia peculiar por ter sofrido forte influência da glaciação do quaternário. A nível da biodiversidade vegetal são características: os zimbrais, os cervunais secos e húmidos, os arrelvados, vegetação rupícola e lacustres. (MOURA, 2006: 43)

O ponto de maior altitude da Serra da Arrábida tem apenas 501 metros, onde persiste o calcário. É detentora de uma grande diversidade geológica, geomorfológica, botânica e climática. Constitui um exemplo raro de vegetação típica de ecossistemas mediterrâneos considerada de alto valor científico “pela persistência de núcleos de vegetação natural, única no mundo.” (GUERREIRO, 2008:27)

A serra da Malcata alberga uma espécie extremamente ameaçada e praticamente condenada à extinção, o Lince-Ibérico.



**FIGURA 7: Mapa hipsométrico de Portugal Continental**

Fonte: (CUNHA, 2003:178)

Segundo Cunha (2003: 177) “a montanha tem sido encarada, quer como espaço-barreira (fronteira política, por exemplo), quer como espaço sagrado, de identificação e

de união; como espaço sublime, grandioso, belo e romântico e apaixonante, logo purificante e revigorante, mas também como espaço vazio, temido, e por vezes, maldito e odiado; como espaço selvagem e vazio, portanto também como espaço de conquista e de refúgio”

Gonçalo Poeta Fernandes (2003: 192) aponta várias etapas de ocupação destes espaços, sobretudo no sul da Europa:

- Até ao século XIX, vai existir uma maior valorização e reconhecimento das potencialidades naturais destes lugares. Nutre-se ainda um maior conhecimento científico dos diferentes ecossistemas e biodiversidades. O crescente interesse por estas áreas levou à criação e melhoramento de acessibilidades;
- No período compreendido entre finais do século XIX e inícios do século XX, assiste-se a uma fixação intensiva da população e a uma maior exploração dos seus recursos, sobretudo, hídricos e derivados do subsolo;
- Na segunda metade do século XX estas áreas vão sofrer um abrupto e contínuo despovoamento, contribuindo para a desarticulação do sistema económico e social;
- A partir da década de 70 começam a ser criadas medidas de valorização e salvaguarda do património cultural e ecológico das regiões de montanha. Vai existir uma crescente procura destes espaços por uma população urbana, para actividades de lazer e recreio.

Estas zonas apresentam um solo acidentado com fortes declives, com perigo, constante, de deslizamentos de terra, com um solo susceptível a inundações, que dificulta a implementação de culturas agro-pastoris. As condições climáticas, com Invernos muito rigorosos, com períodos de neve, nevoeiros serrados e de geada constante “implica uma organização do espaço e dos modos vida para a subsistência, originando um trabalho pouco produtivo, penoso, irregular e de baixa rentabilidade”, praticando-se uma economia de subsistência. (FERNANDES, 2009: 2971). Esta orografia gera pequenos aglomerados habitacionais dispersos pela montanha, normalmente localizados nos vales, ao longo das linhas de água e um emparcelamento das terras de cultivo levado ao extremo.

Estes espaços tiveram sempre ligados a actividades do sector primário como a agricultura, a silvicultura, a pastorícia e, também, alguma indústria, sobretudo, têxtil. Estas áreas foram perdendo competitividade económica. Com a melhoria dos acessos e dos transportes torna-se desnecessários a implementação de indústrias perto das matérias-primas. Assim, as principais indústrias como a têxtil e de massa de papel deixam de se localizar nas áreas de montanha.



Estas populações encontraram, neste espaço de difícil ocupação populacional, formas e infra-estruturas que permitissem a sua implementação nestes espaços. Isto implicou transformação nestas paisagens. No entanto, é esta relação do Homem com o espaço envolvente que irá conferir traços individuais, peculiares e uma identidade a estas áreas.

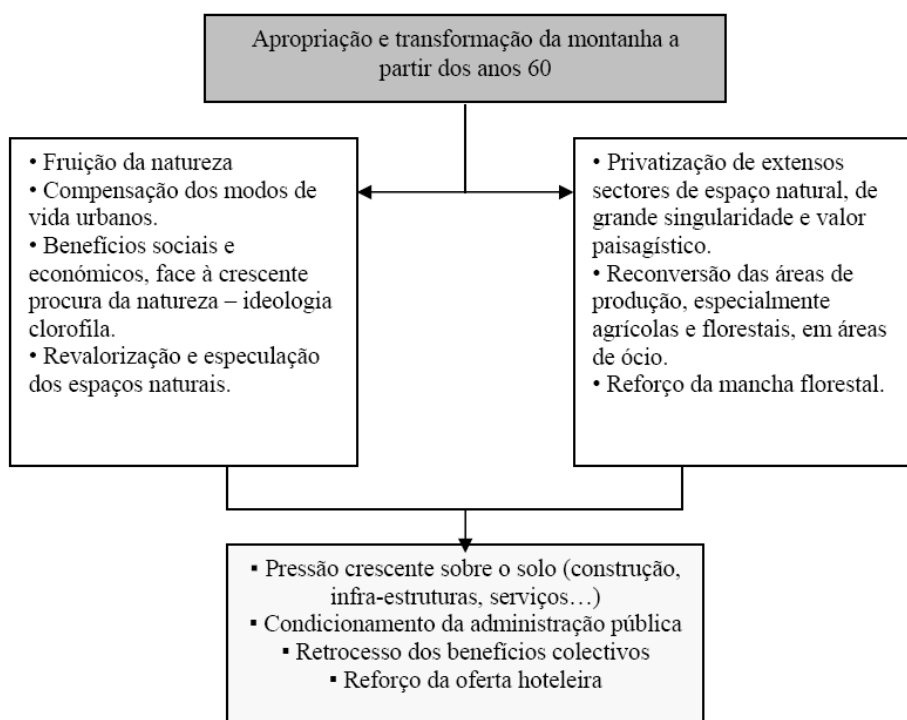
A nível historiográfico, estas regiões foram, também, aproveitadas como zonas de refúgio pelas suas características orográficas. Era na montanha, que em caso de ataque ou de guerra, as populações se refugiavam a fim de controlar as movimentações do inimigo e se proteger contra possíveis ataques. Durante séculos, estes espaços foram aproveitados para exploração mineira, florestal e dos seus recursos hídricos. Possuem, também, características rurais particulares como a transumância. Durante o Inverno os pastores levavam os seus rebanhos para altitudes mais baixas, para vales e planícies, onde a neve não cobria os pastos e no Verão seguiam, novamente para as áreas de maior altitude.

Em muitas regiões estas áreas sofrem, actualmente, o flagelo do despovoamento acelerado. Como já foi referido na primeira parte do trabalho, o êxodo rural afectou gravemente as regiões de montanha (desde a década de 60 estas áreas perderam cerca de 50% da sua população) (FERNANDES, 2003: 193).

A montanha já não possuía recursos para suportar a população. Estas áreas foram perdendo competitividade económica. Com a melhoria dos acessos e dos meios de comunicação, tornou-se desnecessário a implementação de indústrias próximas das matérias-primas. Deste modo, as principais indústrias como a têxtil e a massa de papel deixam de se localizar nestes espaços. (CUNHA: 2003:180) Esta mudança de paradigma concentrou as populações serranas nas cidades e nas regiões de soupé.

Esta crise demográfica crónica “não permitiu a dotação de equipamentos colectivos e serviços básicos e infra-estruturas (nomeadamente de transportes e de comunicações), o que agravou ainda mais as já difíceis condições de vida da montanha, e favoreceu, em definitivo, a espiral de despovoamento que as condições físicas e económicas (sobretudo a escassez de oferta de trabalho) haviam iniciado muito tempo antes.” (FERNANDES, 2008:40)

É, sobretudo, na década de 60 do século transacto que se acentuam as migrações das populações serranas para os aglomerados urbanos. Este fenómeno vai provocar diversas transformações económicas, sociais e paisagísticas (ver gráfico 5).



**GRÁFICO 5:** APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA MONTANHA A PARTIR DOS ANOS 60  
FONTE: FERNANDES, 2009: 2973

Com baixas densidades populacionais, muitas aldeias, ficam despovoadas, devido à falta de serviços nessas regiões, as fracas acessibilidades e deficientes vias de comunicação de acesso aos centros urbanos. Concomitantemente, a população que resiste a este isolamento profundo é bastante idosa. Muitos habitantes rurais deixam para trás toda uma vida, recordações e memórias, de modo a quebrar o isolamento profundo que estas zonas oferecem.

O abandono dos campos agrícolas e a falta de limpeza das matas aumenta o risco de incêndios. Todos os anos milhares de hectares são devastados pelo fogo, transformando as paisagens naturais e agrícolas das serras portuguesas e provocando a erosão dos solos. Esta problemática irá originar uma florestação acentuada com espécies de crescimento rápido, como é caso do eucalipto e dos fetos, alterando o ecossistema florestal natural dessas regiões.

Vai-se, então, assistir a uma decadência das tradições culturais e económicas, com o abandono das actividades agro-pecuárias, expansão dos incultos e dos baldios. Com o declínio das actividades agro-pastoris, começa a proliferar a produção florestal, plantação de pinheiro e, sobretudo, do eucalipto, principalmente para suporte industrial.

As características naturais destas áreas, com paisagens verdejantes, pouco humanizadas e com ambiente saudável e calmo, contrastante com a poluição e o ruído da cidade, vão ser sobretudo valorizados e apreciados pela população citadina e imigrantes, que ali adquirem residências secundárias, recuperando casas antigas ou abandonadas. Vão ser espaços de implementação de neo-rurais, que deixam os grandes aglomerados populacionais, para se refugiarem no ambiente calmo e saudável da serra.

Estas áreas começam a despertar cada vez maior interesse a nível económico. Existem hoje pequenos e grandes investidores, públicos e privados, nacionais e estrangeiros com interesse e atracção por estas zonas, com projectos urbanísticos e turísticos e na exploração dos seus recursos naturais. Vai-se assistir a uma capitalização das paisagens singulares que a montanha pode oferecer.

Estas zonas estão, actualmente, a adquirir novas funcionalidades sobretudo de suporte às áreas urbanas. Existe, uma preocupação crescente com a valorização patrimonial, de preservação e manutenção das suas paisagens singulares, com recuperação de muitas aldeias. Dentro das novas funcionalidades está o lazer, associado às suas potencialidades lúdicas e desportivas, ligadas ao turismo e construção de infra-estruturas para produção de energias renováveis (energia eólica, solar, hidroeléctrica, biomassa). Deste modo, “o rural adquire, com uma visão renovada que começa a projectar, significados menos depreciativos, assume funções e papéis que o vão retirando das periferias, geográficas e mentais, para onde progressivamente foi sendo remetido. (SILVA, 2009:5)

As áreas de montanha foram sempre muito apreciadas para actividades de lazer pelas suas características extraordinárias. Com o recuo da actividade agro-pecuária e com o abandono progressivo destas áreas, a montanha carecia de novas estratégias e de novos empreendimentos que trouxesse uma nova vitalidade, novos dinamismos e rentabilidade a estes espaços.

O interesse crescente pelas áreas de montanha está hoje intimamente associado à vulnerabilidade e fragilidade daqueles espaços e a uma mudança de valores culturais. Espaços, estes, cada vez mais alvo de uma preocupação de salvaguarda ambiental e de uma procura crescente. Estamos perante um novo paradigma. Se por um lado, se assiste ao abandono de muitas áreas, por pessoas (residentes) que nasceram, viveram, trabalharam e por isso, caracterizaram e identificaram aqueles lugares (paisagística, culturalmente) por outro lado, assiste-se à procura destas regiões pelos espaços naturais, lazer e bem-estar que as identificam, havendo um aproveitamento do rural pelo urbano.

Estas regiões pelas suas características inerentes motivaram a denominação destas regiões de zonas desfavorecidas (directiva 75/268/CEE). Esta directiva tinha como principais objectivos prestar apoios financeiros aos agricultores destas áreas e assim travar o êxodo rural com a manutenção da actividade agrícola e tornando estas explorações viáveis. Estão classificadas como zonas desfavorecidas 56% das áreas agrícola utilizada, sendo 20% desta, regiões de montanha (NUNES, 2007: 15). A actividade agrícola toma aqui especial importância “a fim de salvaguardar o espaço natural, nomeadamente por razões de protecção contra a erosão ou para compreender a necessidade em matéria de tempos livres.” (directiva 75/268/CEE).

A nível europeu foi aprovada, em 1976, a Carta Ecológica para as áreas de montanha pelo Comité de Ministros do Conselho Europeu a 21 de Maio de 1976. Esta carta tinha como principais objectivos a salvaguarda do património natural e cultural destas regiões. De modo a reavivar a importância a nível ecológico e cultural destes espaços, a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) determinou o ano de 2002 como o ano internacional da montanha. No entanto, esta iniciativa teve pouca expressão no território português.

Para a manutenção e protecção deste património natural e cultural foi criada a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o programa Rede Natura 2000. São “classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar” (Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro). A Rede Natura 2000 (Directiva 79/409/CEE) foi criada para protecção dos habitats naturais em “zonas espaciais de conservação”. O programa Europeu Leader + destina-se a promover o desenvolvimento económico, social e cultural das áreas rurais, fixando as populações rurais, reforçando a identidade local, promovendo as atracções regionais e os seus produtos endógenos (Comunicação 2000/C 139/05), contemplando sobretudo as áreas de montanha como a Zona do Pinhal Interior Norte.

A 12 de Fevereiro de 2003 foi redigido um relatório do Comité das regiões relativo à política comunitária para as zonas de montanha, onde se reconhece as especificidades destas áreas e necessidade “de uma política europeia que reconheça e

valorize o papel da montanha e os benefícios que esta comporta para os habitantes de toda a União” (Boletim UE 1/2-2003).

As iniciativas internacionais para a protecção e desenvolvimento destas zonas são, igualmente, incipientes. No entanto, podemos destacar a Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992, que restringe o Capítulo 13 da Agenda 27 ao desenvolvimento sustentável em zonas de montanha, prevendo a “criação e consolidação de conhecimentos sobre ecologias e desenvolvimento sustentável dos ecossistemas de montanha e promoção do aproveitamento integrado das bacias hidrográficas e de modos de vida alternativos.” (GRAÇA, 2006: 375).

A Organização Mundial das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 1945 para a salvaguarda e conservação do Património Cultural e Natural em risco. Estão inscritos na Lista do Património Mundial 890 bens, sendo 176 bens naturais. Contemplam várias áreas de montanha como as montanhas Wudang na China (1994), montanha Huangshan na China (1990), Kilimanjaro em Masai (1987) e a montanha de Pirin na Bulgária (1983).

Estas zonas têm sido marginalizadas, igualmente, pelas políticas portuguesas. A falta de medidas proteccionistas e de desenvolvimento das áreas de montanha elevou o índice crónico de êxodo destas zonas. Esta exclusão põe em causa, também, a sustentabilidade dos nossos maciços montanhosos.

O turismo irá trazer a estes espaços rurais um novo dinamismo, no entanto, várias externalidades podem advir destas novas actividades e novas funcionalidades da montanha. Estas podem estar a perder os seus traços culturais e a converter-se “num espaço de consumo” (FERNANDES, 2008:2974). Os principais consumidores são com já foi referido, a população urbana, pelas suas características eco-culturais e pelas suas paisagens quase românticas. Estes vão trazer novos hábitos sociais e culturais, que não coadunam com os antigos valores tradicionais e civilizacionais. As “genuínas” comunidades serranas partilhavam um sentimento de comunidade envolta na aldeia. Por se encontrarem isoladas dos centros populacionais, estas populações possuíam hábitos de partilha e entreatajuda, num ambiente quase familiar. Por contraste, estes novos habitantes possuem valores culturais mais individualistas.

A actividade turística deve ser sustentável, respeitando e preservando os ecossistemas montanhosos, pois “a importância dos traços naturais intensifica-se perante a constatação de que, enquanto nas restauração arquitectónicas pode-se até reconstruir o modelo original, na natureza isso seria muito difícil, senão mesmo impossível” (SILVA,

2009:21). Esta pode também provocar transformações nas paisagens como a proliferação de estâncias de esqui, praias fluviais e residências secundárias, que irão encenar uma paisagem que não caracteriza a verdadeira identidade destes local.

## 10. Dinâmicas territoriais e assimetrias de desenvolvimento

### 10.1 Pinhal Interior Norte - Localização

O Pinhal Interior Norte (ver figura 8) é uma sub-região NUTS III (Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos), que compreende 14 concelhos do distrito de Coimbra e de Leiria: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares. Possui uma área 2617 km<sup>2</sup> e uma população total de 137.636 hab/km<sup>2</sup><sup>11</sup>.

Esta sub-região engloba 14 concelhos de baixa densidade populacional.

Na maioria dos concelhos tem-se registado uma diminuição demográfica (ver quadros 6 e 7), excepto nos territórios da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares, devido, sobretudo, às boas acessibilidades a Coimbra, à concentração de serviços nestas regiões e devido ao facto de possuírem alguma centralidade.

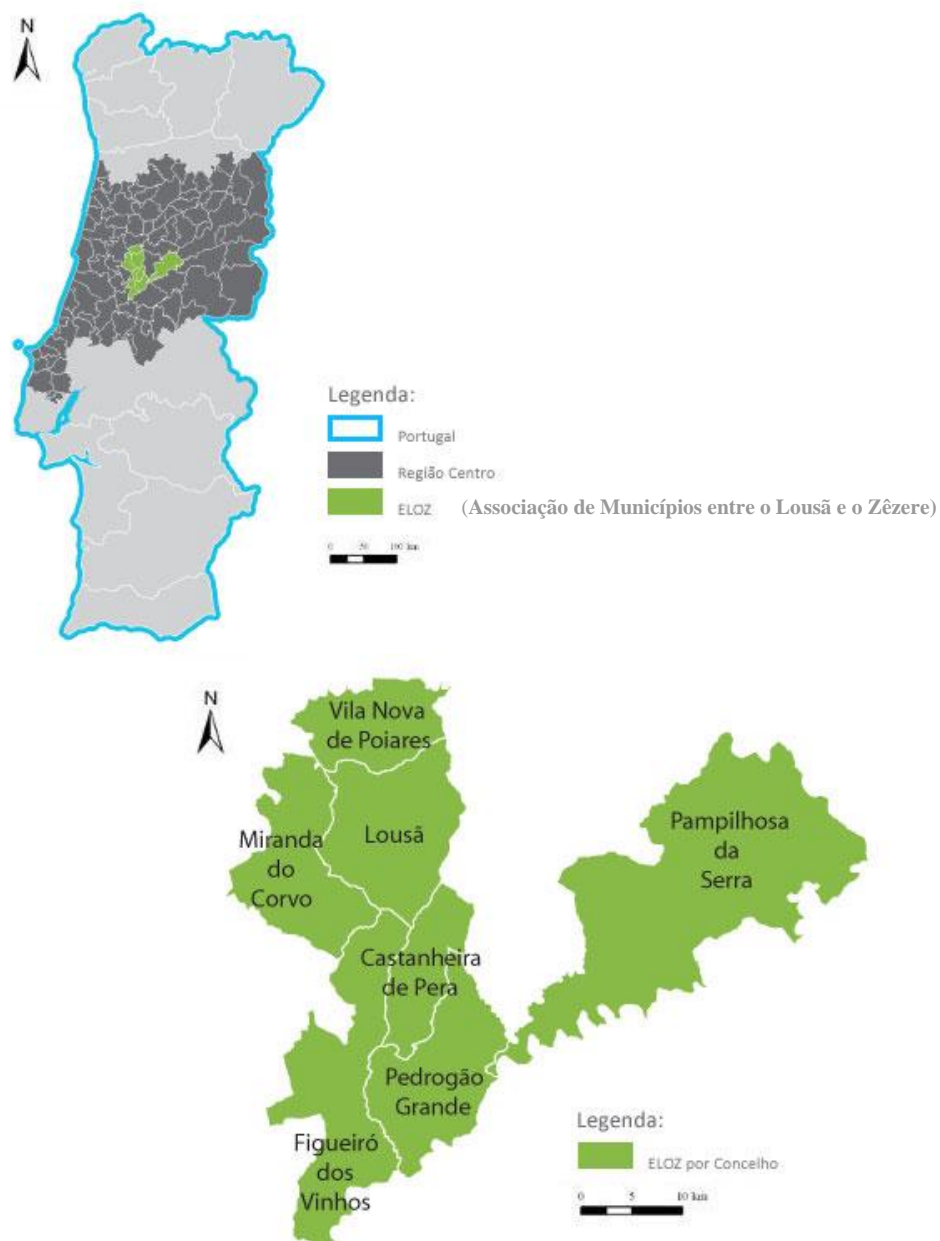
Zona Geográfica (por concelho)	População residente em 2001			População residente em 2007		
	HM	H	M	HM	H	M
<b>Pinhal Interior Norte</b>	138.535	66.447	72.088	137.636	66.430	71.206
<b>Alvaiázere</b>	8.438	3.979	4.459	7.827	3.730	4.097
<b>Ansião</b>	13.719	6.587	7.132	13.591	6.529	7.062
<b>Arganil</b>	13.623	6.521	7.102	12.799	6.103	6.696
<b>Castanheira de Pêra</b>	3.733	1.757	1.976	3.250	1.533	1.717
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	7.352	3.489	3.863	6.901	3.257	3.644
<b>Góis</b>	4.861	2.289	2.572	4.446	2.153	2.293
<b>Lousã</b>	15.753	7.609	8.144	18.786	9.188	9.598
<b>Miranda do Corvo</b>	13.069	6.379	6.690	13.686	6.711	6.975
<b>Oliveira do Hospital</b>	22.112	10.652	11.460	21.714	10.495	11.219
<b>Pampilhosa da Serra</b>	5.220	2.428	2.792	4.416	2.098	2.318
<b>Pedrógão Grande</b>	4.398	2.097	2.301	4.111	1.985	2.126
<b>Penela</b>	6.594	3.197	3.397	6.287	3.089	3.198
<b>Tábua</b>	12.602	6.061	6.541	12.331	5.855	6.476
<b>Vila Nova de Poiares</b>	7.061	3.402	3.659	7.491	3.704	3.787

**QUADRO 6: População residente no Pinhal Interior Norte 1991 e 2001**

Fonte: Censos 2001, revisão final

Anuários Estatísticos Regionais, Região Centro, 2007

<sup>11</sup> FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS, REGIÃO CENTRO, 2007



**FIGURA 8: Caracterização geográfica Pinhal Interior Norte**

Fonte: [http://www.dueceira.pt/trilhos/imgs/mapa\\_territorio.jpg](http://www.dueceira.pt/trilhos/imgs/mapa_territorio.jpg), consultada a 16 de Abril de 2010

Lousã e Miranda do Corvo possuem caminho-de-ferro da CP (Linha do Ramal da Lousã) e o concelho de Poiares é atravessado pela estrada da Beira (nº 17). O preço dos terrenos e dos imóveis são acentuadamente mais económicos nestes concelhos que na cidade de Coimbra, o que levou a alguma deslocalização de população activa.



<i>Distribuição Geográfica</i>	<i>Densidade populacional</i> <i>Hab./km<sup>2</sup></i> <i>2007</i>	<i>Taxa de crescimento efectivo</i> <i>%</i>	<i>Taxa de crescimento natural</i> <i>%</i>	<i>Nº de freguesias</i>	<i>Área</i> <i>Km<sup>2</sup></i>
<b>Portugal</b>	115.3	0.17	-0.01	4.260	92.094
<b>Centro</b>	84.6	0.00	-0.29	1.335	28.200
<b>Pinhal Interior Norte</b>	52.6	-0.19	-0.66	115	2.618
<b>Alvaiázere</b>	48.8	-1.45	-1.42	7	161
<b>Ansião</b>	77.2	-0.32	-0.54	8	177
<b>Arganil</b>	38.5	-1.35	-1.28	18	333
<b>Castanheira de Pêra</b>	48.7	-2.04	-0.97	2	67
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	39.8	-0.84	-0.82	5	174
<b>Góis</b>	16.9	-1.19	-1.05	5	263
<b>Lousã</b>	135.7	2.77	0.34	6	139
<b>Miranda do Corvo</b>	108.3	0.47	-0.34	5	127
<b>Oliveira do Hospital</b>	92.6	-0.36	-0.40	21	235
<b>Pampilhosa da Serra</b>	11.1	-2.77	-2.08	10	397
<b>Pedrógão Grande</b>	31.9	-1.11	-1.43	3	129
<b>Penela</b>	46.6	-0.78	-0.92	6	135
<b>Tábua</b>	61.7	-0.58	-0.83	15	200
<b>Vila Nova de Poiares</b>	88.7	0.45	-0.54	4	84

**QUADRO 7: Densidade populacional, taxa de crescimento efectivo e taxa de crescimento natural no Pinhal Interior Norte**

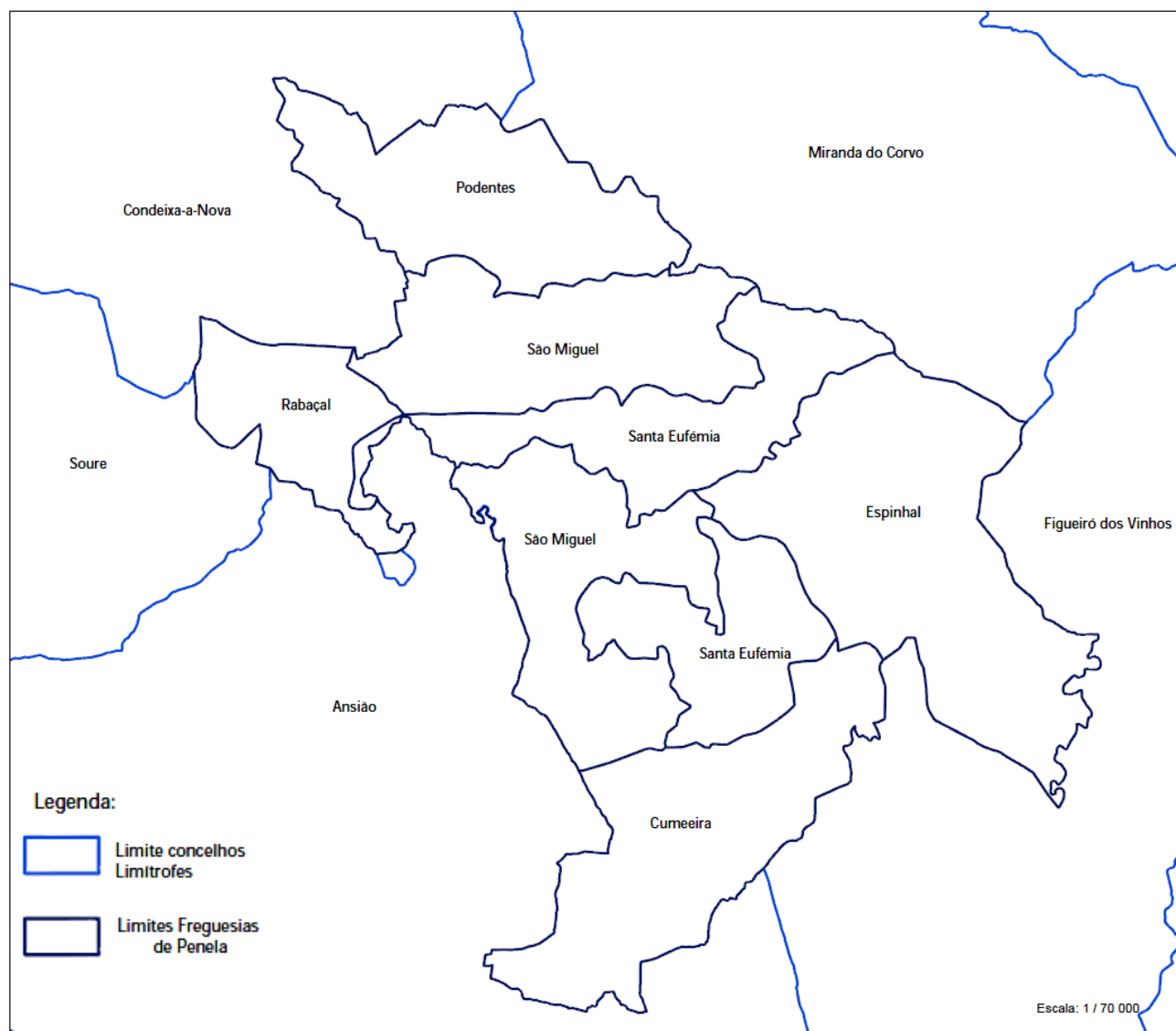
Fonte: Anuários estatísticos regionais, Região Centro, 2007

É sobretudo nas áreas de montanha que se verifica uma acentuada e crónica descida da densidade populacional, como nos casos de Castanheira de Pêra (com uma taxa de crescimento efectivo de -2.04) e Pampilhosa da Serra (com uma taxa de crescimento efectivo de -2,77). Este factor é muito importante para nos ajudar a compreender todo o processo de despovoamento das aldeias serranas do Espinhal, que iremos abordar mais à frente, e facto de verificação no caso de estudo deste trabalho.

## 10.2 Concelho de Penela – Caracterização sócio-económica

O concelho de Penela ocupa uma área de 135 km<sup>2</sup> e 6336 habitantes (em 2006), estando subdividido em seis freguesias: Cumieira, Espinhal, Podentes, Rabaçal, Santa Eufémia e São Miguel (ver figura 9). Possui uma localização estratégica, situando-se a poucos quilómetros de Coimbra<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Mapa apresentado em anexo – fig.2

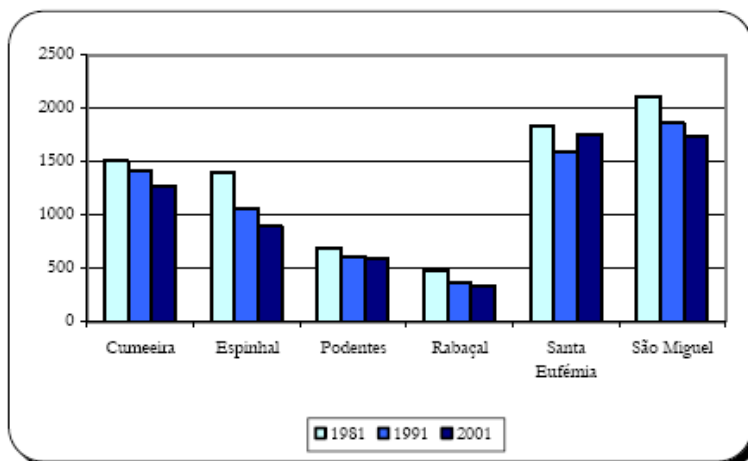


**FIGURA 9 : Mapa de enquadramento geográfico do concelho de Penela**

Fonte: Câmara Municipal de Penela

Nos últimos anos o concelho de Penela tem assistido a um decréscimo populacional progressivo, registando maior densidade populacional nas freguesias de Santa Eufémia e São Miguel, sendo nestas freguesias que se concentram a maior parte dos serviços. (ver quadro 8)

ano	População			Variação %	
	1981	1991	2001	1981-1991	1991-2001
Pinhal Interior Norte	152056	139413	138535	-8,3%	-0,6%
Penela	8023	6919	6594	-13,7%	-4,7%



**QUADRO 8: População no Concelho de Penela, nas freguesias e NUT III (1981, 1991 e 2001)**

Fonte: Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o município de Penela, Dezembro 2006

Tem se verificado um elevado decréscimo de população activa e um aumento da população idosa, representando esta última 40% da população do município. (ver quadro 9)

	1991				2001				Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	total	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
NUT III	24596	19152	65698	29967	20053	17435	68352	32695	-0.6	-18.5	-9.0	4.0	9.1
Penela	1065	919	3217	1718	823	784	3191	1796	-4.7	-22.7	-14.7	-0.8	4.5

**QUADRO 9: População por grupo etário em 1991 e 2001**

Fonte: Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o município de Penela, Dezembro 2006

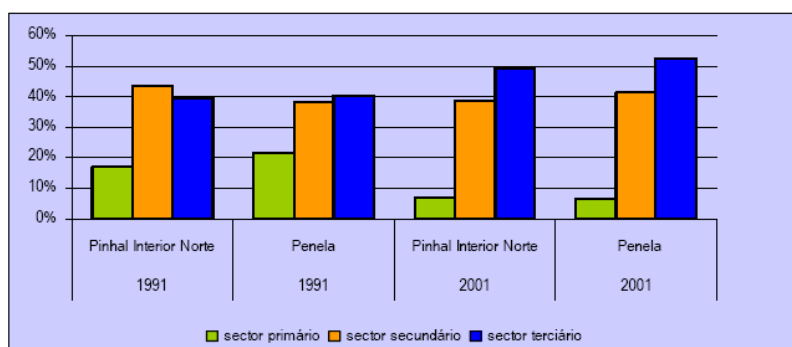
A maior parte da população do município possui um baixo nível de instrução, 71% possui apenas o nível de instrução primária e apenas 9% possui um nível de instrução superior (ver quadro 10).

População Residente Empregada	
Sem nível de ensino	48
Ensino Básico	1 719
1º Ciclo	1 005
2º Ciclo	420
3º Ciclo	294
Ensino Secundário	426
Ensino Médio	10
Ensino Superior	223
Bacharelato	59
Licenciatura	156
Mestrado	7
Doutoramento	1

**QUADRO 10: População residente no município de Penela empregada por nível de instrução**

Fonte: Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o município de Penela, Dezembro 2006

Cerca de 1/5 da população activa trabalha no sector primário, sobretudo nas áreas florestal, agro-pecuária. Outro sector de grande aposta por parte do município e com bastante representatividade a nível económico é o turismo. O principal sector de actividade no concelho é o sector terciário de serviços e apoio à população, seguido do sector secundário, que tem registado um aumento, embora pouco significativo (ver gráfico 6).



**GRÁFICO 6: População empregada por sector de actividade no concelho e NUT III (em 1991 e 2001)**

Fonte: Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o município de Penela, Dezembro 2006

As principais indústrias presentes no município e com maior representatividade económicas são as indústrias transformadoras, sobretudo, do sector agro-alimentar (queijo do Rabaçal), bebidas e tabaco.

O concelho de Penela tem promovido iniciativas de promoção e desenvolvimento do turismo no município. Para tal, aposta, essencialmente, no turismo cultural.

### 10.3 A Vila do Espinhal – Uma abordagem histórica

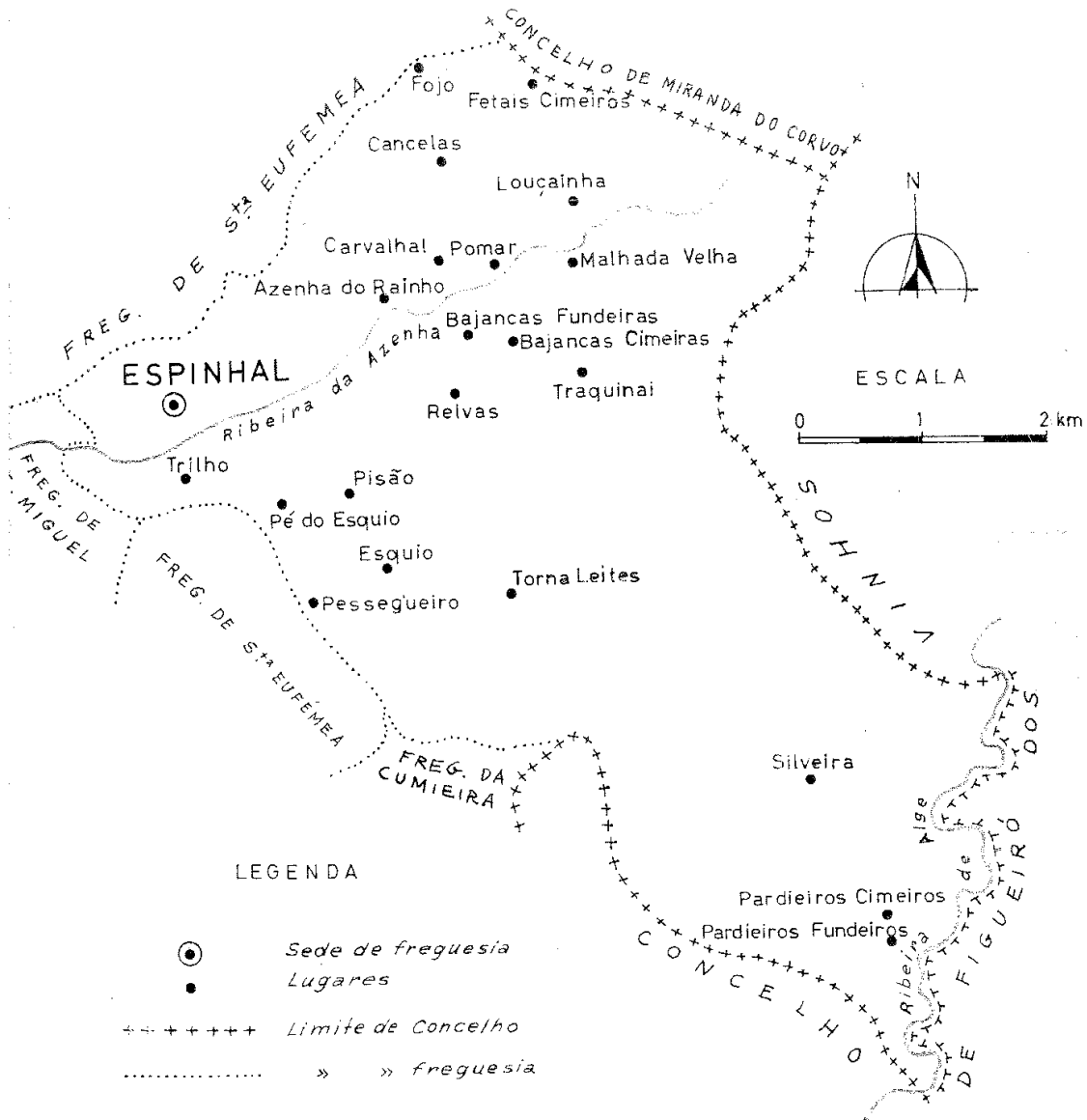


FIGURA 10: Mapa de enquadramento geográfico da freguesia do Espinhal

Fonte: (CARVALHO, 1974: 1)

Neste subcapítulo iremos proceder a uma exposição história sobre a freguesia do Espinhal para demonstrar a centralidade deste lugar e que aqui existiu vida outrora, uma outra Geografia Humana, que não existe mais.

A vila do Espinhal é sede de freguesia, pertencendo ao concelho de Penela e ao distrito de Coimbra e sub-região do Pinhal Interior Norte. Possui uma área de 29.930 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de 30,5 habitantes por km<sup>2</sup><sup>13</sup>. (ver figura 10)

A freguesia do Espinhal integra as seguintes povoações: Bajancas Cimeiras, Bajancas Fundeiras, Cancelas, Carvalhal da Serra, Esquio, Espinhal, Fetais Cimeiros, Fojo, Louçainha, Malhada Velha, Pardieiros Fundeiros, Pessegueiro, Relvas, Silveira Pequena, Traquinai, Trilho e Tarrasteira. O ponto de maior altitude da freguesia localiza na serra do Amparo, actualmente denominada serra do Espinhal, com uma cota de 850 metros. Esta vila possui uma paisagem marcadamente rural.

A freguesia começa a ganhar maior notoriedade, a partir da primeira metade do século XVIII, como se pode verificar por este excerto escrito pelo padre António Carvalho da Costa:

“O Espinhal, com uma igreja paroquial dedicada a São Sebastião, tem cento e sessenta vizinhos, com um Vigário colado para lhes administrar os Sacramentos. É lugar rico, e tem pessoas nobres destes apelidos: Velasques, Sarmentos, Abreus, Bacelares, Colaços, Arnaus, Quintanilhas, Sousas, Teles, Meneses e Barretos. Tem duas ermidas, e estes lugares anexos: Esquio. Pé do Esquio, e parte do Lugar das Cerejeiras, e muitos casais pela serra que chamam do Concelho, onde está uma ermida de S. João de Alconchel, de muita romagem e devoção. Têm estes lugares e casais cento e sessenta vizinhos.”<sup>14</sup>

Em 1757, os órgãos da Câmara Municipal de Penela eram totalmente compostos por personalidades naturais do Espinhal como Miguel de Sousa Melo Freire, João de Mendonça Mexia e João Neto Arnaut Sarmento (CARVALHO, 1996: 40). Estes dados provam a crescente importância da vila do Espinhal.

Era por esta freguesia que passava a Estrada Real, que seguia depois em direcção a Tomar, o que lhe conferia uma localização central, e grande importância a nível comercial. Por aqui, se instalaram diversas estalagens para os viajantes descansarem, aproveitando para abastecerem as suas provisões.

Segundo João Manuel Saraiva de Carvalho, no principio do século XIX, “se a vizinha Penela, a uma légua de distância, era mais importante e possuía um castelo, era no Espinhal que grande parte da nobreza tinha as suas casas e as suas quintas”. (idem, ibidem: 45) Esta freguesia foi palco de residência de muitas personalidades ilustres.

---

<sup>13</sup> Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Penela, 2006

<sup>14</sup> Excerto publicado em CARVALHO, João Manuel Saraiva de, *Espinhal 800 anos de história*, Câmara Municipal de Penela, Lousã, 1996, pág. 35

Podemos enumerar: Bernardo Salazar Sarmiento, Desembargador da Casa da Suplicação; D. João Velásquez Sarmiento, Desembargador e Conselheiro da Fazenda; Bernardino Arnaut Machado, Juiz de Fora na Vila de Soure e Ega e ouvidor da Praça de Massagão; João Neto Arnaut, desembargador e corregedor de Coimbra; João Neto Arnaut (neto da personalidade anterior), ouvidor de Montemor-o-Velho; Rodrigo dos Reis Correia, Corregedor do Crime em um dos bairros de Lisboa; José Joaquim Mattoso Pestana, Juiz de Fora em Freixo de Espada à Cinta; José Maria de Mendonça, Juiz de Fora de Mangualde e Provedor da Guarda; D. Maria da Piedade de Melo Sampaio Salazar, viscondessa do Espinhal, a maior personalidade desta vila.

Possuía um mercado todos os Domingos, onde afluíam os habitantes da vila e a população das aldeias serranas circundantes. Este mercado passou no princípio do século XX a realizar-se à segunda-feira, na rua do Comércio.

“Longos tempos, o domingo foi, no Espinhal, o dia de mercado. Depois da missa, as ruas povoavam-se de gente, com o seu traje domingueiro, espevitando, traquilhando, namorando. Hoje, por disposição da lei, o mercado passou a realizar-se à Segunda-feira. O que aconteceu? Muita dos arredores deixou de vir à missa ao Domingo porque não era dia de mercado e deixou de vir ao mercado à Segunda-feira porque não era dia de guarda.” (SANTOS, 2003:24) Talvez por esse motivo, actualmente, se realiza novamente ao Domingo.

Era aqui que a população se abastecia de todos os géneros e víveres, sobretudo, queijo, legumes, vestuário, peixe e louça. Este mercado é bastante antigo, apontando-se o seu início durante a Idade Média, sendo instalado por causa da localização estratégica da Vila do Espinhal. Esta feira realiza-se na Praça que antigamente era denominada de Praça Franca.

A partir de 1919 começou a ser realizada outra feira bastante importante realizada, no largo da feira onde está instalada à Junta de Freguesia, a feira do gado, realizada na terceira quinta-feira de cada mês. Este era um importante local de abastecimento para a população serrana, sobretudo porque esta é uma população essencialmente rural.

Existia várias fontes na vila, no entanto, a mais importante seria uma fonte localizada na aldeia do Carvalhal que devido ao seu extenso fluxo de água todo o ano, os habitantes utilizavam a água para regar os campos de cultivo.

A mais antiga indústria existente nesta vila foi a metalúrgica, devido à existência de minério de ferro em abundância nesta zona. A principal fábrica era a Quinta do

Engenho, que começou a laborar em 1498 e que continuou a coexistir até ser encerrada no princípio do século XX. Outra fábrica de grande importância nesta freguesia foi a fábrica de Aires Quaresma fundada em 1874 junto à Ponte do Espinhal. Esta tinha dupla funcionalidade, sendo uma fábrica de papel e ao mesmo tempo de fiação de lã. Apesar da importância desta fábrica, esta acabou por fechar pouco tempo depois. Existiam, também, várias indústrias de moagem aproveitando os diversos cursos de água que existem nesta freguesia. Havia vários teares artesanais para a tecelagem de lã, assim como um número considerável de curtumes. Outras indústrias de grande representatividade na freguesia eram: a panificação, a indústria de madeiras (a mais importante foi a Sociedade Estrela Espinhalense de Madeiras, Ld<sup>a</sup> fundada em 1961) e a apicultura, produzindo-se cera e mel. (CARVALHO, 1996: 237-156)

Os habitantes desta freguesia são extremamente religiosos. No dia 24 de Junho, comemorava-se o dia de S. João Baptista, o dia festivo mais importante da freguesia do Espinhal. Neste dia é feita uma romaria até à ermida de S. João do Deserto. Nesta festividade a população angaria fundos para a manutenção e melhoria da capela que existe em S. João do Deserto. Era feito um peditório para a realização da festa e venda de produtos diversos (normalmente bolos e biscoitos artesanais). Esta festa podia ou não realizar-se no dia 24, conforme este coincidissem ou não com um Domingo.

Este costume é bastante antigo, rezando a S. João por bons anos agrícolas, poupar os habitantes das epidemias e doenças, como se pode verificar por este excerto:<sup>15</sup> “Na rais deste grande monte e serra de Conxelloesta colocada naquelle deserto junto a rais do monte huma Ermida de Sam Joam Baptista, que nam há noticia de quem a mandasse fazer, e supposto esteja na freguesia de Santa Euphemia de Penella, com tudo os moradores deste lugar tem posse immemorial de hirem buscar aquelle santo para na Igreja do mesmo lhe fazerem preces pedindolhe sol ou agoa quando dela nascessitam, e ainda para aplacar quais quer doensas de contagio, ou eppidemicas no que tudo recebem grandes fauores daquelle santo obrando prodígios e milagres euidentes e de nenhuma outra parte, nem da freguesia em que esta o procuram, ou tem posse de o tirarem daquella Cappella em que esta p.<sup>a</sup> o Louuarem.

No seo dia que he há vinte e quatro de Junho, acode aquelle deserto em romagem munta gente, e vam ao mesmo algumas freguesias em procissam.”

---

<sup>15</sup> Carta de resposta de Manuel Leal da Gama, Vigário do Espinhal, ao interrogatório enviado pelo Governo aos párocos, após o terramoto de 1755. Esta carta está datada de 5 de Junho de 1758 e está transcrita na íntegra João Manuel de Almeida Saraiva e Carvalho, *A Freguesia do Espinhal do Concelho de Penela de 1812 a 1862 (Estudo de Demografia Histórica, Coimbra, 1974.*



“A imagem talhada em pedra nada possui, artisticamente, que a recomende ... tornou-se crença que este São João, além de casar os rapazes e as raparigas que lá forem, tem o milagroso poder de, nas largas estiagens, fazer com que a chuva caia do céu sobre os campos ressequidos. Para isto é necessário, porém, que o povo, de manhã muito cedo, vá em penitência à capela, oiça a missa e depois desça a imagem do altar e a conduza, procissionalmente, rezando, pelos ásperos caminhos da serra, até à igreja da vila.” (CARVALHO, 1996:58). Antigamente, a figura apenas regressava ao seu destino quando a chuva caísse em abundância de modo a regar os campos agrícolas. Não se sabe em que data foi construída esta pequena capela, nem quem a mandou erguer, datando, supostamente do século XVI.

Talvez um dos episódios mais marcantes e devastadores da freguesia do Espinhal tenha sido as invasões francesas, mais concretamente, a terceira invasão francesa, que deixou um rasto de destruição e morte incalculáveis e que poderá ter marcado o declino económico e demográfico desta vila. Como já foi dito a estrada real passa por esta freguesia, por este motivo o Espinhal era um ponto-chave de passagem de tropas e foi uma das freguesias fortemente afectada pelo confronto das tropas francesas e aliadas e representa um marco importante na historiografia desta vila. Belisário Pimenta relata, na Revista Militar (1931), que a 2ª divisão Aliada estabeleceu-se algum tempo na vila do Espinhal, aguardando a vinda de reforços dos Regimentos de Infantaria nº12 e 13. Relata ainda que um regimento comandado por um oficial inglês Wilson recolheu a esta vila após uma investida francesa com um regimento de 2000 soldados.

Afirma ainda que após a retirada do regimento de Wilson do Espinhal, o general francês Marcognet chega a fixar-se na vila. Assim começa a ocupação francesa no Espinhal. Reynier comandante do 2º corpo do exército francês assentou quartel na Casa do Castelo, ocupando esta vila de 10 a 14 de Março de 1811. Segundo o relatório redigido pelo vigário José Simões Martins ao governo relatando os estragos e pilhagens causadas pelos franceses, pode-se retirar o seguinte excerto que diz respeito à freguesia do Espinhal:

“... Esta freg.<sup>a</sup> do espinhal de 436 fogos, não houve um só morador ~q. não fosse roubado pellos Inimigos Franceses naquillo ~q. tinham de fructos gados e moveis; cuja perda he incalculável, pois sendo m.<sup>tos</sup> moradores ricos e tendo abundância ...; quase todos ficarão sem ter de ~q. se sustentar com seos moveis destruídos, roubados, e assim

aproporção, os pobres, tendo m.<sup>tos</sup> morrido sem aver q.<sup>m</sup> os pudesse socorrer na sua miseria.

Neste lugar mais de trinta moradas de casas forão destruídas, ficarão inhabitaveis, cahiam algumas pellos lugares desta freg.<sup>a</sup>. Enq.<sup>to</sup> aos Templos avendo nesta freg.<sup>a</sup> seis Capp.<sup>as</sup> p.<sup>cas</sup>, todas forão profanadas e revolvidas; e do numero destas duas so ficarão com as paredes, e telhados; nenhuma, por acaso, escondido ... se pofsa diser Mifsa.

Nesta Igreja de que festerão os Inimigos Franceses cavalharica (sic) não ficou Altar, Imagem, ornato ~q. não fofse destruído, e a sua perda com vasos sagrados, trastes de prata, e paramentos escondidos, e roubados excede ... se tem calculado a seis mil Crosados.

As pefsoas mortas pellos Franceses nesta freg.<sup>a</sup> se contão sincoenta e duas, ... ter sido de homens de 20 the 50. an.<sup>s</sup> – 20. e de 50 an.<sup>s</sup> 14. E de 50 an.<sup>s</sup> p.<sup>a</sup> sima 6...”

Desde da década de 30 do século XX tem havido uma diminuição demográfica, devido essencialmente ao êxodo rural que se começou a processar no pós-guerra, como se pode comprovar no quadro 11. Apesar de a emigração na freguesia não ter tido grande expressão, desde o século XIX até às primeiras décadas de do século transacto se efectuou alguma emigração para o Brasil e para os Estados Unidos. Existir também alguma emigração para o Ultramar, sobretudo para S. Tomé. A partir de meados do século XX muitos espinhenses emigraram para França e para a Suíça.

<i>Data</i>	<i>Número de fogos</i>	<i>Número de Habitantes</i>
<b>1875</b>	523	1977
<b>1878</b>	540	1994
<b>1884</b>	550	2400
<b>1889</b>	601	2354
<b>1911</b>	711	3321
<b>1920</b>	601	2194
<b>1930</b>	622	2079
<b>1966</b>	582	1845
<b>1991</b>	232	439
<b>2001</b>	<b>307</b>	<b>505</b>

**QUADRO 11: Evolução demográfica da freguesia do Espinhal 1875 - 2001**

Fonte: Junta de Freguesia do Espinhal

A Serra do Espinhal é um prolongamento da Serra da Lousã. Esta serra situa-se a oriente do Maciço Sicó. A nível geológico, caracteriza-se pelas “superfícies de contacto entre as rochas mais antigas da Era Paleozóica (248-543 Ma) e os afloramentos da orla Mezo-Cenozóica e pelas camadas de arenitos do Triássico (206-248 Ma), de cor avermelhada e escura”<sup>16</sup>. Nos pontos de maior altitude é constituída por xistos.

Nos Invernos rigorosos, a neve cobre parte da serra durante meses. É ainda comum a existência de frequentes nevoeiros e geadas. Apesar do elevado índice pluviométrico, o solo destas regiões é bastante permeável, não atingindo muita humidade. (SOARES, 1869: 487-488)

Ao longo do curso de água da Ribeira da Azenha são ainda visíveis diversos engenhos de água, actualmente desactivados, como azenhas que aproveitavam o fluxo do ribeiro para moagem de cereais, geralmente para panificação e moinhos de maré que aproveitavam as represas para fazer mover as mós. Já no século XVIII é apontada a existência destes engenhos, assim com lagares de azeite: “O Ryo chamado da Louçainha tem em todo seo curso trinta e seis asenhas e muinhos, e hum lagar de aseite, e neste lugar trabalha com a sua agoa hum grande engenho e fundiçam de cobre, no qual se obra por mestres que no mesmo trabalham tudo o que se pode fabricar deste género de metal. Ena outra Ribeira chmada do Trilho junto deste lugar há outro lagar de aseite e hum engenho engenho de cobre da mesma qualidade e em todo o seo curso tem desassete asenhas e muinhos que todos trabalham ao mesmo tempo com a mesma agoa... Os donos dos engenhos e asenhas pagam de cada huma retirada de agoa para os mesmos cem reis aos rendeiros da Exm.<sup>a</sup> Casa de Aveiro em cada hum anno.”<sup>17</sup>

A implantação de culturas nesta região é bastante difícil, devido à orografia do terreno e ao solo pouco fértil. É, portanto, corrente o cultivo de cereais, com pousios de grande duração, de dois ou mais anos, em socalcos. As comunidades serranas praticavam uma agricultura de subsistência, cultivando nos pequenos vales que se estendem ao longo da serra. Semeavam, sobretudo, milho grosso, deixando o solo em pousio até à próxima sementeira, cultivavam ainda o painço, centeio e feijoeiros. As árvores de fruto cultivadas são, sobretudo, as cerejeiras, os castanheiros e ginjas galegas.

---

<sup>16</sup> Site Roteiro das Terras de Sicó. Descrição do circuito 2 de Penela ao Rabaçal, in *terrassico.lac.pt*, consultado a 14 de Abril de 2010.

<sup>17</sup> Carta de resposta de Manuel Leal da Gama, Vigário do Espinhal, ao interrogatório enviado pelo Governo aos párocos, após o terramoto de 1755. Esta carta está datada de 5 de Junho de 1758 e está transcrita na íntegra João Manuel de Almeida Saraiva e Carvalho, *A Freguesia do Espinhal do Concelho de Penela de 1812 a 1862 (Estudo de Demografia Histórica*, Coimbra, 1974.

Nas terras de baixa altitude, por contraste, o solo é bastante fértil. Praticava-se uma cultura intensiva, com uma produção regular. Os principais produtos cultivados são o milho, o trigo, a cevada e o centeio.

As zonas de maior altitude estavam reservadas a pasto para o gado. Estas eram zonas de campo aberto para uso comum da comunidade serrana.

No século XVIII há relatos de existência de lobos que causavam grandes prejuízos à população local ao devorarem o gado. Por outro lado, os javalis destruíam as culturas dos campos agrícolas.

As comunidades locais também aproveitavam o leito dos rios e dos ribeiros para pescar e regar os campos de cultivo.

A serra do Espinhal era dividida, no século XVIII, em sete serras. “Os Nomes principais das serras junto das quais esta situado este lugar chamam-se dos Milagres, do Amparo, do Esquio, de Torna Leites, dos Malhadises, e da Sylveira, as quais estão emlaçadas umas com outras tendo por dauixas seis grandes vales além de outros menos extensos, e todos munto fragosos”<sup>18</sup>. Por estas serras passavam várias linhas de água, ribeiros e rios, como o rio da Louçainha, a ribeira do Trilho e o ribeiro da Cabrela, que desaguavam posteriormente, no rio Dueça.

Existem várias capelas erguidas ao longo da serra como a capela da Senhora do Fetal, actualmente, capela da Senhora dos Milagres, erguida na aldeia dos Fetais onde era palco de romarias a esta santa, actualmente extintas. Na aldeia de Bajancas Cimeiras está localizada a Capela da Nossa Senhora do Amparo. Na aldeia da Silveira existe a capela de Nossa Senhora de Guadalupe, no Trilho a Capela de S. Pedro e a mais importante, sobretudo devido à romaria que se realiza todos os anos no dia 24 de Junho a S. João, a Capela de S. João do Deserto no lugar de S. João do Deserto, o ponto com maior altitude desta serra. De construção contemporânea podemos apontar a Capela de S. João “Soberbo” em Bajancas Cimeiras e a Capela do Senhor dos Bons Caminhos na Tarrasteira.

A indumentária das populações “assentava nos fatos de saragoça, pano ou casimira e chapéu de abas largas, para os homens, saia de estamena, blusa de chita ou lã lavrada, xaile de casimira com franja e capote comprido de pano preto de cor de pinhão, lenço de algodão ou de seda, de diversos padrões, para a cabeça, sapato ou chinela aberta, tamancos, meias e cabelo penteado, formando duas tranças presas atrás por ganchos de arame, para as mulheres” (CARVALHO, 1996: 10)

---

<sup>18</sup> Idem, ibidem

Nestas aldeias praticava-se uma agricultura de auto-consumo, venda de gado ou venda de queijo. É comum a criação de gado miúdo como coelhos, galinhas, porcos e ovelhas. Existe também produção de mel e de cera para comercialização. Podemos visualizar ao longo da montanha várias colmeias, algumas já desactivadas. Esta produção era comum a todas as aldeias da serra.

#### **10.4 Aldeias do Pessegueiro e do Esquio – Estrutura e organização interna / Potencialidades**



**FOTOGRAFIA 1: Capela de Santa Quitéria, aldeia do Esquio**

O Esquio localiza-se no esporão da Serra do Espinhal, a uma altitude de 750 metros. Possui 65 habitações em acentuado estado de degradação, uma fonte pública e uma pequena capela que tem como padroeira Santa Quitéria. Esta é uma igreja bastante simples, com uma frontaria despojada de ornamentação, edificada no início do século XX, por diligência dos moradores locais. Na fachada da capela foi construído um nicho de pedra com umas Alminhas.

No Pessegueiro existem 64 habitações, no geral, em menor estado de degradação do que as da aldeia do Esquio, no entanto, muitas delas são já revestidas a cal. Esta aldeia localiza-se a uma altitude de 550 metros de altitude<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Planta da Aldeia do Pessegueiro e do Esquio apresentada em anexo – Fig.5 e 6

<i>Localidade</i>	<i>1889</i>		<i>1891</i>		<i>1915</i>	
	Total de indivíduos residentes	Total de Alojamentos	Total de indivíduos residentes	Total de Alojamentos	Total de indivíduos residentes	Total de Alojamentos
<b>Esquio</b>	67	20	56	24	45	14
<b>Pessegueiro</b>	75	23	79	14	81	22
<b>Espinhhal</b>	824	229	725	205	828	222

<i>Localidade</i>	<i>1991</i>		<i>2001</i>	
	Total de indivíduos residentes	Total de Alojamentos	Total de indivíduos residentes	Total de Alojamentos
<b>Esquio</b>	13	10	0	18
<b>Pessegueiro</b>	16	10	0	14
<b>Espinhhal</b>	439	232	505	307

**QUADRO 12: Densidade populacional na aldeia do Pessegueiro e do Esquio em 1991 e 2001**

Fonte: Câmara Municipal de Penela

Com o despovoamento destas aldeias, os campos ficaram abandonados e as casas foram-se, paulatinamente, degradando, principalmente, devido a pilhagens e vandalismo que ocorreram após o abandono destas.



**FOTOGRAFIA 2: Alminhas na aldeia do Pessegueiro**

A partir da segunda metade do século XX, estas aldeias foram perdendo densidade populacional (ver quadro 10) e os poucos residentes que ficaram, era uma população bastante envelhecida. E mesmo esta população idosa acabou por ir viver para o Espinhhal ou para Penela por não existir, na serra, assistência social nem cuidados de saúde, devido à falta de acessos a estas duas localidades.



**FOTOGRAFIA 3: Habitação aldeia do Esquio**

Actualmente, estas aldeias são de difícil acesso. O único caminho de comunicação é de terra batida e bastante estreito, permitindo, apenas, a passagem de um veículo ligeiro. Devido ao abandono, às condições climáticas e à falta de limpeza, o acesso às aldeias torna-se ainda mais difícil devido à queda de árvores, de ramos e aos buracos que se formam ao longo do caminho. Por este motivo, muitos habitantes da vila de Penela desconhece a existência destas aldeias.

A electricidade chegou à aldeia do Pessegueiro e do Esquio no ano de 1983<sup>20</sup>, no entanto, continuava a não existir água canalizada. A água para consumo e para rega dos campos era obtida do ribeiro que atravessava a aldeia do Pessegueiro e do Esquio. Concomitantemente, a população juntou esforços para a obtenção de água através da criação de um depósito de água, proveniente de uma mina localizada a poucos metros da aldeia.

---

<sup>20</sup> As informações sobre estas aldeias foram obtidas através de entrevistas a antigos habitantes das mesmas.



**FOTOGRAFIA 4: Vista parcial da aldeia do Esquio**

Os últimos moradores do Pessegueiro abandonaram a aldeia há 11 anos, sobretudo devido ao isolamento e às fracas vias de comunicação com a vila mais próxima. Por esta altura, a aldeia do Esquio encontrava-se totalmente abandonada há mais de 10 anos. A população desta última era, na sua maioria uma população extremamente idosa, que precisavam de constantes cuidados de saúde, razão essa que coadjuvou para o abandono da aldeia. A maior parte da população destas aldeias vive agora na vila do Espinhal, em Penela e em aldeias próximas.

A pluralidade dos moradores destas aldeias não possuía viatura própria. Deste modo, a deslocação à vila do Espinhal era feita a pé ou de táxi (extremamente dispendioso para as posses económicas desta pequena comunidade). Esta população serrana deslocava-se à vila todos os Domingos para assistir à missa e à segunda-feira para se abastecerem de bens essenciais no mercado semanal (actualmente realizado ao Domingo). As compras eram transportadas à cabeça para facilitar a subida pelos caminhos declivosos da montanha.

Os cuidados de saúde eram prestados na vila do Espinhal, assim como era nesta vila que se encontrava a escola mais próxima. Deste modo, as crianças acordavam às cinco horas da manhã para fazerem um percurso a pé, de aproximadamente uma hora, moroso e difícil até à escola. Não existia transporte escolar para as aldeias da serra. No final do dia os pais acompanhavam os filhos até à aldeia, regressando já de noite.

A principal actividade económica destas populações era a agricultura de subsistência. Os produtos semeados destinavam-se ao auto-consumo não tendo como fim o comércio desses proveitos. Existia também criação de animais e alguma



pastorícia, também para consumo próprio. Os principais animais criados eram galinhas, coelhos, ovelhas, cabras, alguns porcos e muito raramente uma vaca (apenas uma, nas famílias mais abastadas). Nestas aldeias também havia produção de mel e broa. Algumas habitações possuem forno para cozinhar e cozer broa e estabulo para os animais, armazenar feno, lenha e utensílios da agricultura.

A orografia da região (relevo irregular e montanhoso, inclinação acentuada), não permitia a acessibilidade aos terrenos por máquinas ou até por animais de carga (por ex. o burro), tendo que ser obrigatoriamente as pessoas a fazer esse trabalho árduo. Todo o trabalho agrícola era feito manualmente, os alimentos, lenha e materiais era tudo transportado à cabeça, aos ombros e aos braços.

O tanque de lavar a roupa era para uso comunitário. Construído no largo da aldeia, aproveitava a água do ribeiro, sendo financiada pela Câmara Municipal de Penela. Existe também um outro tanque mais antigo com dupla funcionalidade, lavar a roupa e para a rega das terras de cultivo. Depois da construção do tanque de lavar a roupa este ficou destinado exclusivamente à rega das culturas agrícolas.

Com a chegada das linhas telefónicas às aldeias serranas, foi entregue um telefone para uso comunitário da aldeia que ficava localizado na casa de um dos habitantes. Aos poucos outras famílias foram adquirindo um telefone próprio.

Durante muitos anos também se realizavam festas no Esquio. A comunidade local e da aldeia do Pessegueiro juntavam-se nestes dias festivos, e era nestes dias que a capela do Esquio era aberta para os actos litúrgicos. Nos últimos anos de vida desta aldeia (Esquio) estes dias festivos extinguiram-se.<sup>21</sup>

Ao nível paisagístico, a serra do Espinhal possui uma grande mancha florestal com uma diversificada flora. Dentro da vegetação rupícola<sup>22</sup> podemos apontar várias espécies como as orquídeas, os lírios (lírio de amor perfeito e lírio roxo dos montes), urzes e giestas. Existe também uma grande variedade de vegetação ripícola<sup>23</sup> como o amieiro, o loureiro, vidoeiro, azevinho, hipericão-do-gerês e o feto-real. É comum, também, encontrar outras variedades de plantas como o pinheiro bravo, o eucalipto, o carvalho, o castanheiro, salgueiros, canaviais, campainhas e a rosa albardeira.

---

<sup>21</sup> Planta de uma habitação do Pessegueiro em Anexos – Fig. 7

<sup>22</sup> Vegetação que cresce sobre as pedras, adaptando-se a ambientes agrestes, com capacidade de retenção de água.

<sup>23</sup> Vegetação que cresce ao longo dos cursos de água.

A serra possui uma importante e diferenciada fauna. Dentro das espécies cinegéticas<sup>24</sup> podemos referir o curso, o javali, o veado, o coelho. É comum, a visualização de outras espécies como a poupa, o milhafre-preto, águia-cobreira, bufo-real, peneireiro-comum, a raposa, o vedo, corço, o javali, o coelho-bravo, o esquilo, o morcego de ferradura grande, morcego de peluche, o sapo-comum, o tritão-marmorado, a osga-comum e a lagartixa do mato. Na Ribeira da Azenha é possível visualizar espécies como o barbo e a truta arco-íris.

Estas são zonas com grandes declives e irregularidades de terreno, atravessados por pequenos riachos e pequenas cascatas, a mais imponente e de maior importância turística é da cascata da Pedra Ferida.

A nível cultural estas aldeias possuem um vasto conjunto de infra-estruturas de grande valor patrimonial, reflexo de uma arquitectura popular que é símbolo da identidade de uma população. A salvaguarda deste património passa pela revitalização de edifícios, preservando a traça tradicional dos mesmos.

A casa-bloco térrea ou de andar é característica do Noroeste do país, zona onde o clima se caracteriza, normalmente, como temperado e húmido, com períodos de grande índice pluviométrico.

Como denota Joaquim Lino da Silva (1986: 122-123), estas habitações de planta rectangular, são bastante antigas, sendo representadas no *Livro de Fortalezas* de Duarte D'Armas no século XVI, apresentado uma tipologia e fachada idênticas às actuais, apresentado apenas uma cobertura em colmo de duas águas, actualmente substituída por telha.

Joaquim Lino da Silva (1986) propõe uma distinção entre as várias habitações que se inserem na arquitectura popular procedendo à seguinte divisão:

- Casas pequenas: constituídas por uma única divisão, muitas destas não se destinam para habitação, mas sobretudo, para celeiro ou curral. São habitações, geralmente, térreas e de pequenas dimensões. Apresentam uma construção tosca, arcaica, com aspecto atarracado, devido ao grosseiro emparelhamento da pedra. As casas que possuem andar são, geralmente, mais robustas com uma construção mais cuidada.
- Casas médias: casas com uma divisão, mas de maiores dimensões, ou duas divisões, nalguns casos procedendo-se a acrescentos de outras divisões. Habitações com um andar, servindo o térreo de estábulo, loja ou celeiro. Na maioria destas casas denota-se, ainda um maior cuidado construtivo.

---

<sup>24</sup> Espécies muito apreciadas para a actividade de caça.

- Casas grandes: habitação de proporções maiores com três a cinco divisões, tanto no piso térreo como no andar superior.

Enquadrando-se nesta tipologia arquitectónica, as habitações destas duas aldeias são, sobretudo, de andar. O rés-do-chão é destinado à arrumação das alfaias agrícolas, para armazenamento de produtos agrícolas ou estábulo. São construções de pequenas dimensões, bastante simples e modestas. São construídas em xisto, calcário, quartzito, barro e em madeira, materiais em abundância nas redondezas. Têm uma fisionomia bastante semelhante.

Em algumas casas, são ainda visíveis pequenas gaiolas, coelheiras e galinheiros. Nos currais encontram-se várias manjedouras e um grande conjunto de tabuado de madeira com uma escada na perpendicular para armazenamento da palha e do feno. O chão do piso térreo é em terra batida.

Algumas destas habitações possuem um pequeno pátio fechado utilizado, normalmente, para secagem dos cereais, como o trigo e o milho.

Apresentam um telhado de duas águas com telha portuguesa assente sobre ripas de madeira suportadas por grandes barrotes.

As construções mais antigas não ostentam, na generalidade, um rectângulo perfeito, formando um ângulo recto em cada vértice da casa, apresentando uma planta quase sempre desnivelada ou irregular, no entanto, pouco perceptível a olho nu.

Os animais alojados no andar térreo da habitação permitiam o aquecimento do andar superior e o fornecimento de estrume para as terras de cultivos, quase sempre recolhido na Primavera.

Em muitas habitações é ainda possível visualizar acrescentos na construção primitiva. Na origem, estas casas deveriam possuir apenas o andar térreo, posteriormente, tendo em conta os rendimentos da família e as suas necessidades, foi-se acrescentado um andar superior. Em alguns casos, foi construída uma segunda habitação contígua à primeira, aproveitando a parede lateral.

As casas possuem escassas janelas com uma abertura bastante pequena para proteger a habitação do frio rigoroso do Inverno. As construções mais antigas não contêm vidro, apenas portadas de madeira.

A maioria das casas não possui chaminé, adereço que existe apenas nas mais recentes. A saída dos fumos da cozinha era efectuada por um pequeno orifício no telhado. Este facto torna a cozinha bastante escura devido ao enegrecimento das paredes e tecto.

O primeiro andar é constituído, nas habitações mais antigas, por uma única divisão subdividida por uma taipa (parede de madeira) de pequena espessura, em um ou mais quartos, raramente excedendo os dois quartos, e sala. Os quartos são bastante pequenos, geralmente, detendo espaço apenas para albergar uma pequena cama.

A cozinha está quase sempre localizada no primeiro andar. Neste espaço é ainda possível visualizar o forno de lenha, uma pequena lareira e grandes nichos cravados na parede de pedra, revestidos a madeira onde se depositavam os utensílios domésticos. O forno localiza-se, normalmente, perto da lareira, podendo em alguns casos localizar-se num anexo junto à habitação no piso térreo. Restam ainda nas proximidades destes, os suportes em madeira que carregavam as pás que transportavam a comida para dentro do forno.

As casas mais pequenas não possuem forno, o que demonstra que apenas as famílias que possuíam maiores recursos económicos podiam conter forno.

Em alguns celeiros é visível pequenas cubas para fazer vinho (construções em pedra em forma de cubo, bastante alta e funda, com um pequeno orifício na parte inferior por onde sai o líquido). Os currais podiam estar divididos por pequenas traves de madeira, podendo albergar vários animais no mesmo espaço.

Muitas habitações foram construídas aproveitando a rocha previamente existente e, em muitos casos, ainda é visível no andar térreo, que algumas paredes laterais foram aproveitadas da rocha pré-existente, procedendo à escavação da mesma para dar um aspecto mais rectilíneo. A aldeia do Pessegueiro possui um tanque agrícola comunitário, de média dimensão, para armazenamento de águas para os terrenos agrícolas. Esta aldeia está, estrategicamente, localizada junto a uma linha de água.

## 11. Processo de privatização das aldeias rurais

São sobretudo as aldeias mais isoladas, com fracas acessibilidades, as que conservam traços de uma cultura rural bastante enraizada. Estas aldeias, actualmente em emergência, ganham novas funcionalidades, principalmente ligadas ao turismo, lazer e desporto. A redescoberta destes espaços deveu-se a uma maior consciencialização e a uma mudança de valores sociais, patrimoniais e ambientais. Começou a existir uma crescente necessidade de proteger todo o património destes locais (ambiental, paisagístico e cultural), havendo um maior interesse na procura e aquisição destes espaços.

Após o êxodo rural, grande parte das populações destes espaços emigraram para países que lhes podiam oferecer melhores condições de vida. Os imóveis, entretanto abandonados, são recuperados por estes emigrantes, agora com maiores posses financeiras, destinados a residências secundárias. Estas habitações “são frequentemente híbridas, procurando associar modelos locais com outros provenientes dos países de residência” (SOBRAL, 2004, 247). Estas habitações vão ser dotadas de todas as infra-estruturas necessárias para as necessidades de conforto actuais, como casas de banho, revestimentos contra humidade e infiltrações e isolamento térmico.

Do mesmo modo, estes imóveis são adquiridos por particulares e reconstruídos, devido às potencialidades turísticas dos locais onde se inserem, sendo posteriormente, vendidos para residência secundária. Quem adquire estes imóveis são, sobretudo, habitantes dos meios urbanos, cansados do stress, da velocidade e da poluição citadina. Outros, simplesmente, pretendem o regresso às suas raízes rurais.

Hoje em dia, assiste-se, de igual forma, à aquisição destes espaços por empresas privadas, dedicadas à reconstrução e revitalização de locais há muito esquecidos no tempo. O turismo é, desta forma, o mercado alvo. Este sector representa a principal fonte de receita e é o vector central de desenvolvimento e dinamização destas áreas.

A requalificação das aldeias do Pessegueiro e do Esquio está a cargo de actores privados com a parceria e envolvimento de actores públicos. O objectivo destes actores visa a refuncionalização destas aldeias, aproveitando o seu património cultural e paisagístico circundante, de modo a fomentar a atractividade destes locais. Estas aldeias foram adquiridas, em 2007, por uma empresa privada de Pombal, *Prolote*.

Para a nossa investigação é necessário conhecer os projectos em curso para a revitalização e requalificação destes espaços rurais e como se processou o processo de privatização destas aldeias.

O empreendimento *Esquio Mountain Reserve*<sup>25</sup> pretende ser um projecto à escala internacional que pretende captar um público abrangente, isto é, todos os segmentos de mercado.

Este projecto está enquadrado no turismo de desporto e lazer, que tem como principal objectivo aproveitar a centralidade do nosso país e as excelentes condições climáticas para a prática de BTT. Pretende-se a criação de uma referência nacional e internacional no âmbito do lazer e do desporto.

O projecto *Esquio Mountain Reserve* é um empreendimento turístico que visa a recuperação e requalificação de duas aldeias actualmente abandonadas, o Esquio e o Pessegueiro. Este é um empreendimento de 130 hectares com um investimento de 35 milhões de euros.

Segundo Manuel Ferreira (2009), a escolha destas duas aldeias foi “um acaso. Um dia a fazer uma viagem até Castanheira de Pêra ao passar junto ao Parque Eólico da Louçainha avistei uns muros de pedra no meio da vegetação, do mato! Fui até alto do monte para ver melhor o que era e como poderia lá chegar, percebi então que era uma aldeia. (...) Segui pelo Trilho e (...) ao fim de algumas tentativas lá cheguei! (...) Comecei logo a idealizar um projecto para aquele lugar. Fui até à câmara para pedir auxílio para a minha ideia, (...) desde descobrir a quem eram os donos de cada uma daquelas casas, até reuni-los todos para comprar. A aldeia do Pessegueiro, surgiu numa das viagens até ao Esquio, ao ver naquele vale as casas que pareciam 'penduradas' nas encostas. Achei tudo aquilo muito bonito, com casas sobre o ribeiro. Mais uma vez comecei a idealizar algo para aquele lugar, decidimos então aumentar o projecto “Vila Esquio”. Criando assim, dois espaços distintos, mas que se complementam, o Esquio a “Aldeia Rural” mais ligada ao turismo de repouso natureza e o Pessegueiro a “Aldeia Típica Desportiva”, dedicada ao turismo de lazer e desportivo.”<sup>26</sup>

Os principais objectivos deste projecto são:

- aquisição dos imóveis públicos;
- aquisição dos imóveis privados;
- aquisição de terrenos agrícolas e baldios envolventes;
- revitalização florestal (abate do eucalipto e plantio de carvalhos, cerejeiras e pinheiros) visando a recuperação de um ecossistema florestal primitivo;
- reflorestação e limpeza das matas;

---

<sup>25</sup> Entrevista feita presencialmente, com o arquitecto Pedro Santos, responsável pelo projecto turístico das aldeias do Esquio e do Pessegueiro a 21 de Maio de 2010.

<sup>26</sup> Entrevista concedida ao Jornal semestral *Infante* 6/2009

- Recuperação dos imóveis, procedendo-se à remoção de materiais de construção de intrusão como o cimento. Manutenção do traçado arquitectónico de imóveis públicos e privados, com revestimento interno das paredes em placas serradura e desperdícios de madeira;

- construção de raiz de novas infra-estruturas de apoio:

- Aldeia do Esquio: Ovil, campo de plantas aromáticas, mini-golfe, piscina, ginásio, restaurante, museu, biblioteca e spa;
- Aldeia do Pessegueiro: Bar, centro desportivo, posto de informação, centro hípico, campo de futebol, campo de ténis, campo de paintball;
- S. João do Deserto: Bar com esplanada;
- Santo Estêvão: Estacionamento, recepção e paragem de transfer;
- Construção de uma zona desportiva situado entre as duas aldeias (Esquio e Pessegueiro) o PADDOCK;

- construção de novos imóveis destinado a alojamento dos turistas. Estas novas infra-estruturas respeitarão o conceito de arquitectura ecológica, sendo revestidas a fardos de palha. Trata-se de uma técnica oriunda do Norte da Europa. A estrutura destes imóveis será em madeira (proveniente de locais destinados ao abate e consumo), sendo, posteriormente, revestidas em palha, cal hidráulica e manto vegetal. Esta cobertura final dar-lhe-á um efeito visual verdejante e natural, camuflando-as no meio natural envolvente;

- construção de um parque de estacionamento, na aldeia de Santo Estêvão, destinando-se, sobretudo, aos visitantes. Circulará um mini-bus eléctrico que transportará visitantes e turistas pelas 4 aldeias já identificadas, tendo como fim a redução do tráfego automóvel e desta forma a redução da poluição atmosférica e sonora;

- construção de uma telecadeira que fará a comunicação entre as aldeias do Pessegueiro, Esquio e S. João do Deserto;

- criação de um mini parque eólico, com duas torres de dois megawatts, por forma a garantir a auto-suficiência energética das aldeias;

- criação de cisternas para o reaproveitamento das águas da chuva, nomeadamente para abastecimento do Spa, piscinas, campo de mini-golfe e rega de campos agrícolas;

- criação de um centro de reciclagem.

Este aldeamento será sobretudo destinado para atletas de alta competição de BTT, no entanto, oferece também, outras modalidades como balonismo. Pretenderá também comercializar produtos endógenos.

## **12. Análise do Caso de estudo**

### **12.1 Análise perceptiva. Contextualização metodológica**

Como já foi referido na primeira parte do trabalho, as áreas rurais têm adquirido novas funcionalidades. Estes espaços multifuncionais têm perdido a sua principal função produtiva, estando associados, cada vez mais, a espaços de consumo. A principal oferta de consumo é a paisagem.

A montanha, pela sua altitude, orografia, fauna, flora, um certo misticismo e mistério, desperta ao observador determinadas sensações e memórias. Todos os indivíduos identificam a montanha como uma realidade concreta, o mesmo não se aplica à experiência individual do subconsciente. Embora haja aspectos universais nessa experiência que se possam inter-relacionar, como os estágios das visões cognitivas e os fosfenos, o conteúdo dos estímulos sensoriais diferem para cada indivíduo e para cada cultura.

“De facto a concepção de uma forma visual é sempre uma concepção de conjunto, nesse conjunto podemos detectar as suas partes constituintes, mas ao modificarmos uma só dessas partes, o todo alterar-se-á” (CALADO, 1994: 24). A percepção de uma imagem é influenciada por múltiplos factores como a aprendizagem, a memória, experiências passadas, motivações, emoções e expectativas que cada pessoa. Tal como Fernando Pessoa apontou: “Nada existe, não existe a realidade, mas apenas sensações. As ideias são sensações, mas de coisas não colocadas no espaço e, por vezes, nem mesmo no tempo. A lógica, o lugar das ideias, é outra espécie de espaço.” (1915)

Na primeira parte do trabalho falamos da importância dos sentidos na percepção dos sentidos para o observador, nesta segunda parte vamos falar do contributo destes para a construção da imagem mental. Factores como a exposição solar, a temperatura, o clima e a própria fisionomia do local pode condicionar os nossos sentidos. As construções de mapas mentais, ou seja, representações do real observado, são elaboradas através de percepções que a visão, a audição, o olfacto, recordações e experiências vividas oferecem ao cérebro do indivíduo. O emprego da luz é muito importante para o estabelecimento de sensações no observador. Se a deambulação aos espaços rurais for efectuada num dia de sol com temperaturas amenas, as sensações serão bastante divergentes das que o observador terá num dia chuvoso ou num dia extremamente húmido, com temperaturas elevadas. A posição do sol e a incidência que este tem sobre os objectos também é bastante importante na construção de imagens mentais. A distância entre o observador e a cena observada pode também causar



impactos perceptivos sobretudo se tivermos a percepção e representação da cena toda como numa pintura ou só parte dessa cena. “ O espaço rural é muito mais do que o conjunto de edifícios dispostos por ruas, ou uma povoação rústica onde podem ou não existir edifícios com qualidade reconhecida pelos órgãos de decisores centrais, mas onde invariavelmente a natureza existe como característica dominante”. (JANEIRO, 2004: 5)

A pintura tem um grande impacto na mente das pessoas, sobretudo para que nunca viveu ou conectou com um espaço rural, pois “olhamos para a paisagem com os olhos da Pintura, formulando imagens, efabulando narrativas, procurando aquilo que vemos diante de nós a confirmação daquilo que imaginámos ou que nos foi mostrado nas telas”. (idem, ibidem: 6) Deste modo, podemos afirmar que as percepções influenciam o comportamento do observador.

Para alguns autores, como Locke, algumas percepções que temos do mundo exterior podem ser mais subjectivas do que outras. Deste modo, este autor “distinguiu as qualidades primárias (qualidades reais, efectivamente presentes nos objectos) das qualidades secundárias (que resultam de um poder de um objecto para produzir várias sensações em nós). Entre as qualidades primárias contavam-se o volume, o número, o movimento e a forma dos objectos; entre as qualidades secundárias de Locke contavam-se a cor, som, gosto e cheiro dos objectos. De acordo com esta concepção, podemos acreditar que as qualidades primárias reflectem rigorosamente a natureza dos objectos do mundo real, mas devemos ser prudentes ou cépticos quanto se trata de confiar do mesmo modo nas qualidades secundárias.” (Sekuler e Blake, 1994: 10)

Os espaços rurais e, particularmente, os espaços de montanha, transmitem sensações ao observador de evasão, de poder, de nostalgia, de medo ou desconforto. Segundo Besse, a concepção mental de uma paisagem real que o observador depreende é produto de sistemas cognitivos e perceptivos do mesmo e de experiências, conexões e da afectividade que este tem com o lugar. Deste modo, as percepções da paisagem real de um indivíduo que durante toda a sua vida teve uma ligação próxima e afectiva com um espaço rural irá certamente divergir da concepção visual de uma visitante que presencia pela primeira vez uma paisagem rural.

É, especificamente, sobre as diferentes percepções visuais que cada indivíduo depreende de um espaço que se irá tratar neste ponto do trabalho.

## 12.2 Análise do caso de estudo. O que subsiste.

As aldeias do Pessegueiro e do Esquio são aldeias de pequenas dimensões. A primeira possui no total 66 imóveis públicos e privados e a segunda 67. Grande parte das estruturas edificadas são habitações.

O isolamento, a pobreza, a ruína e essencialmente o esquecimento são adjectivos que caracterizam estes territórios marginalizados localizados na Serra do Espinhal.

Como se referiu, estas duas aldeias encontram-se abandonadas há mais de uma década. Esta situação provocou uma rápida e acentuada degradação dos imóveis. No caso particular da aldeia do Pessegueiro, alguns proprietários chegaram a realizar obras estruturais, com revestimentos e cimento e ampliação dos imóveis, com a construção de anexos como casas de banho, quartos, cozinhas, fornos, galinheiros e capoeiras. Muitas destas habitações evidenciam a não conclusão dessas mesmas obras. No Pessegueiro existem duas habitações que evidenciam um esforço por parte do proprietário de restauro e melhoramento de infra-estruturas para posterior venda da mesma. Estes imóveis revelam já uma certa dissonância, por possuírem elementos discordantes em relação ao traçado arquitectónico da aldeia.

A nível de salubridade e estado de conservação de infra-estruturas, duas décadas de um isolamento profundo, trouxeram várias problemáticas que afectaram directamente estas aldeias. A expressão do abandono está exposta na degradação dos imóveis, sobretudo na aldeia do Esquio a primeira aldeia a ser abandonada. Devido a este abandono tão precoce, estes imóveis e aldeias não foram dotados de infra-estruturas básicas para os parâmetros de conforto actuais como por exemplo equipamento de saneamento básico, rede de abastecimento de água potável, escoamento de águas pluviais e vias de acesso. A maioria das habitações não possui casas-de-banho, contêm divisões muito pequenas, com janelas extremamente reduzidas que impedem a entrada de luz natural no interior de cada divisão, ventilação e conforto térmico.

As principais evidências que apontam a má conservação dos edifícios são o desmoronamento de coberturas, de paredes interior e exteriores e de alguns acabamentos como caixilharias exteriores e interiores, portas e janelas.

Para avaliar o estado de conservação de cada um dos imóveis<sup>27</sup> de cada aldeia, foi efectuado um levantamento exaustivo de todas as habitações, agrupando-as de

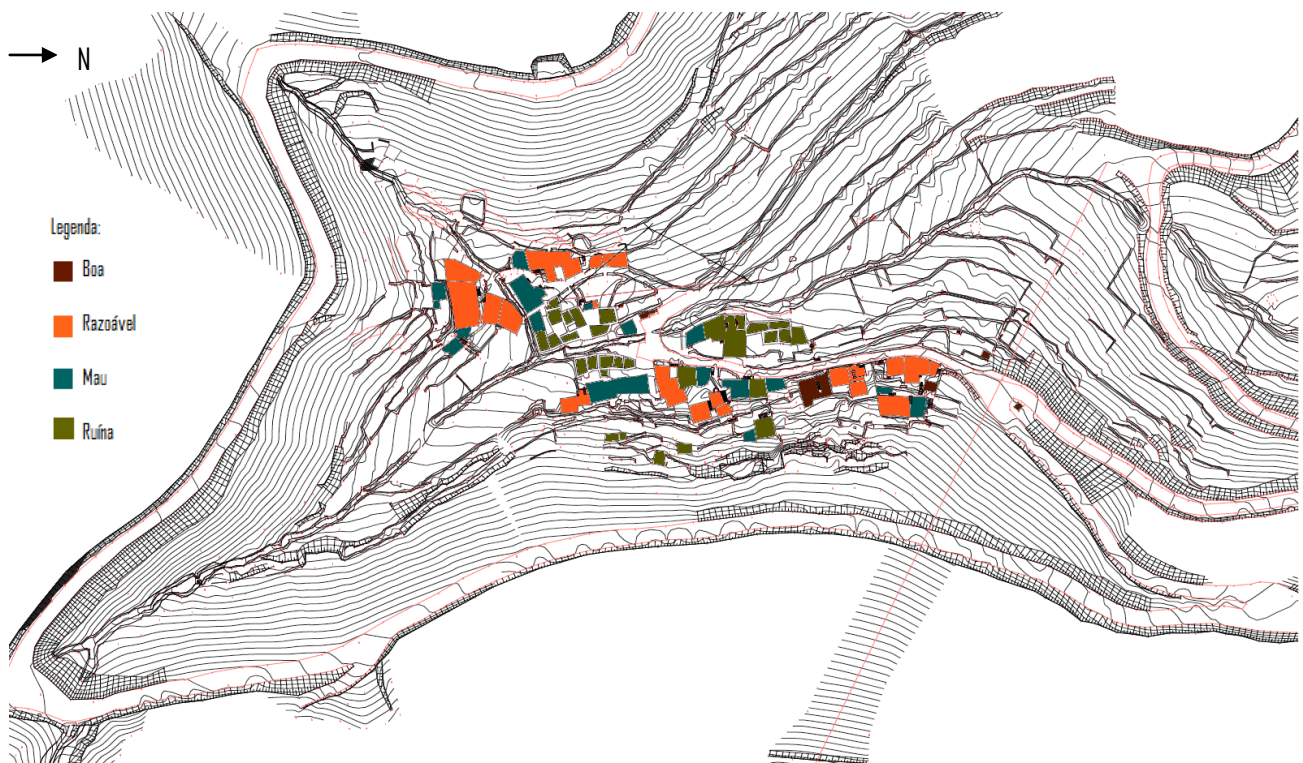
---

<sup>27</sup> Caracterização dos imóveis público e privados apresentado em Anexo - fig.8

seguida em quatro categorias e apresentados os resultados nas plantas em baixo (fig.10 e 11):

- Boa: em bom estado de conservação com reduzidos ou inexistentes problemas estruturais;
- Razoável: em razoável estado de conservação, com pequenos problemas estruturais como pequenas fissurações localizadas e deformações em algumas zonas, pequenas danificações nas janelas, caixilharias, portas e coberturas;
- Mau: em mau estado de conservação, grandes fissurações e deformações de paredes e infra-estruturas adjacentes, mas sem ruína total ou parcial das mesmas, estruturas de cobertura bastante fragilizadas;
- Ruína: ruína parcial ou total de paredes, pisos e coberturas. Apresentam graves deficiências a nível de segurança.

Deste modo, o nível de conservação da aldeia do Pessegueiro (ver figura 11 e 12) é superior que a aldeia do Esquio, apresentando 24% dos imóveis em razoável estado de conservação, mas apenas 8% estão em bom estado de conservação a maior parte desses imóveis eram destinados para uso público, por isso, são construções mais recentes, já em cimento. Em mau estado de conservação estão 36% dos imóveis e em ruína 42%. A aldeia do Esquio possui 57% dos imóveis em ruína, 34% de avançado estado de degradação e apenas 6% em razoável estado e conservação e 3% em bom estado de conservação.



**FIGURA 11: Estado de conservação de imóveis públicos e privados aldeia do Pessegueiro.**



**FIGURA 12: Estado de conservação de imóveis públicos e privados aldeia do Esquio**

Fonte: Elaboração própria

Para além dos problemas estruturais de infra-estruturas das aldeias, existem ainda outros problemas adjacentes que afectam directamente as mesmas. O abandono e o isolamento a nível da segurança. A falta de limpeza dos acessos as aldeias e das matas em redor aumentam o risco de incêndios e a propagação de plantas de crescimento rápido como o eucalipto e o feto. Acções de furto e vandalismo também estão patentes nestas aldeias. Em muitos imóveis, é visível o lixo provocado pelo vandalismo constante às habitações (móveis destruídos ou profanados, roupas e tecidos incendiados), entre o lixo deixados pelos usurpadores estão na sua maioria garrafas de vinho e de cerveja. De entre as peças roubadas estão materiais de construção como telhas e louças sanitárias, electrodomésticos e mobiliário.

### **12.3 Análise metodológica da investigação**

Assim, face ao problema de investigação que estudamos, é importante descrevermos o desenho que mais se adequa ao nosso trabalho tendo em conta o objecto e os objectivos da investigação, as limitações espaço-temporais e o valor da informação recolhida. Neste sentido, situamos o nosso estudo no âmbito de uma abordagem multifactorial tendo em consideração o número de variáveis em causa.

Neste ponto pretendemos enunciar as directrizes que orientaram esta investigação, esclarecendo os procedimentos por nós utilizados, de modo a conhecer os mercados potenciais para as aldeias do Pessegueiro e do Esquio, o que os visitantes procuram nestes espaços e o porquê de visitar estes lugares.

Focaremos também o contexto geográfico da pesquisa e a caracterização da amostra sobre a qual incidiu o trabalho de campo. Serão também descritos os recursos estatísticos por nós utilizados.

#### **12.3.1 Objectivos gerais**

- Caracterizar os pontos fortes destes espaços, os seus recursos e potencialidades, e a sua influência na dinamização, promoção e revitalização destes locais;
- Avaliar os principais problemas e ameaças destes locais, e a sua influência no abandono, despovoamento e desinteresse geral pela comunidade;
- Conhecer o perfil do consumidor deste território.

### 12.3.2 População alvo e amostra do estudo

A população alvo foi constituída por indivíduos do sexo masculino e feminino, de nacionalidade portuguesa, com idade  $\geq 18$  anos. Uma abordagem com esta abrangência tornar-se-ia, na prática, muito difícil devido às limitações de que dispomos, sobretudo a nível de recursos humanos, e a nível temporal. Deste modo, optámos pelo estudo de um subconjunto da população. Tendo em conta o tipo de estudo e a necessidade de obtermos uma amostra significativa, optámos pelo método de amostragem não probabilística por redes.<sup>28</sup> Foram seleccionados três grupos distintos de indivíduos constituídos por jovens (com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos), por jovens adultos (entre os 30 e os 40 anos) e adultos (com mais de 45 anos). Todos os inquiridos possuíam diferentes graus de instrução e de formação. Este pareceu-nos o melhor método de selecção, pois deste modo poderemos traçar com maior rigor o perfil de turista que melhor coaduna com o objecto de estudo.

A amostra do pré-teste foi constituída por 5 indivíduos, com idades  $\geq 18$  anos.<sup>29</sup> A amostra do estudo foi constituída por 50 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos.<sup>30</sup>

### 12.3.3 Material e Métodos

O presente estudo é de natureza quantitativa e qualitativo, nível II estudo descritivo<sup>31</sup>, cujo objectivo é a caracterização de um fenómeno e a descoberta de novos conhecimentos no domínio escolhido. Este tipo de estudo permite explorar e descrever ou caracterizar um fenómeno. A metodologia é de natureza quantitativa e qualitativa, tendo em vista tornar os dados válidos e assegurar uma representação da realidade.

---

28 A amostragem não probabilística “é um procedimento de selecção segundo o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra. A amostragem não probabilística tem o risco de ser menos representativa.” (FORTIN, 1996: 208)

A amostragem por redes é um tipo de amostragem não probabilística que consiste “em escolher sujeitos que seriam difíceis de encontrar de outra forma, segundo critérios determinados. Toma-se por bases as redes sociais as amizades e o facto de que os amigos têm tendência a possuir características comuns.” (FORTIN, 1996: 209)

29 Para a realização do pré-teste, que decorreu na última quinzena do mês de Maio de 2010, participaram indivíduos de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos, assegurando-se assim que o pré-teste abrangia uma população com características idênticas às da amostra final. Serviu para determinar que o tempo de preenchimento seria de cerca de 5 minutos para o inquérito número I e 15 minutos para o inquérito número II.

30 Os inquéritos foram realizados entre o mês de Maio e Julho de 2010.

31 “Um investigador descreve factores ou variáveis e detecta relações entre estas variáveis ou factores.” (FORTIN, 1996: 240)

Um dos instrumentos de pesquisa mais adequados a este tipo de estudo é o questionário<sup>32</sup>.

#### **12.3.4 Instrumentos de colheita de dados utilizados**

Dentro das limitações espaço-temporais de que dispúnhamos para levar a cabo a presente investigação e tendo em consideração os objectivos do nosso estudo optámos pela utilização do Questionário como método de recolha de informação. Tivemos em consideração diversos estudos que, utilizando diferentes técnicas de colheita de dados para, numa linha epistemológica, estudar os mercados potenciais para as aldeias em estudo, ressaltam a validade dos questionários estruturados.

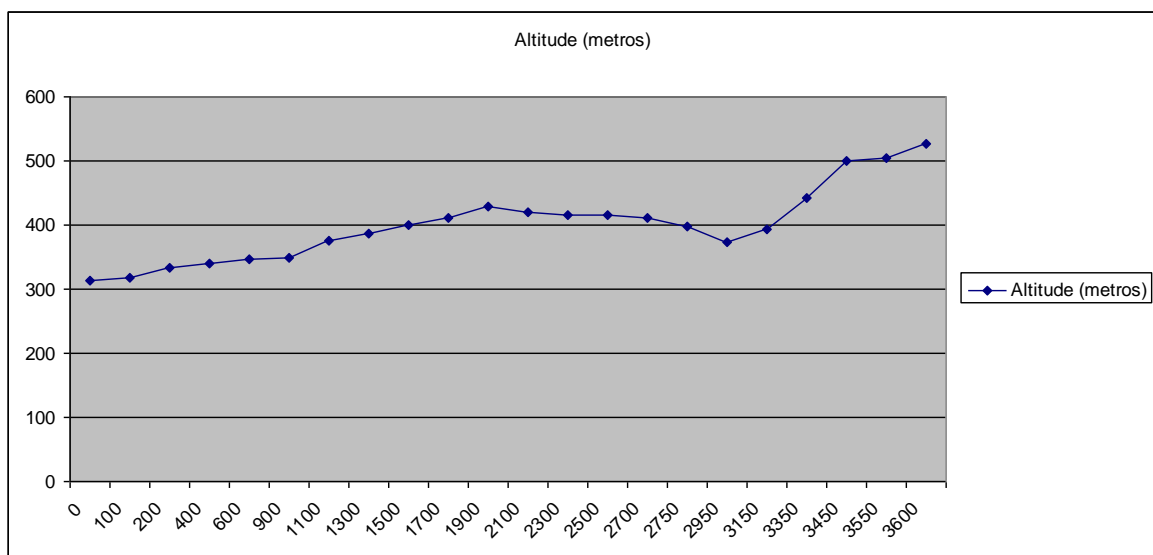
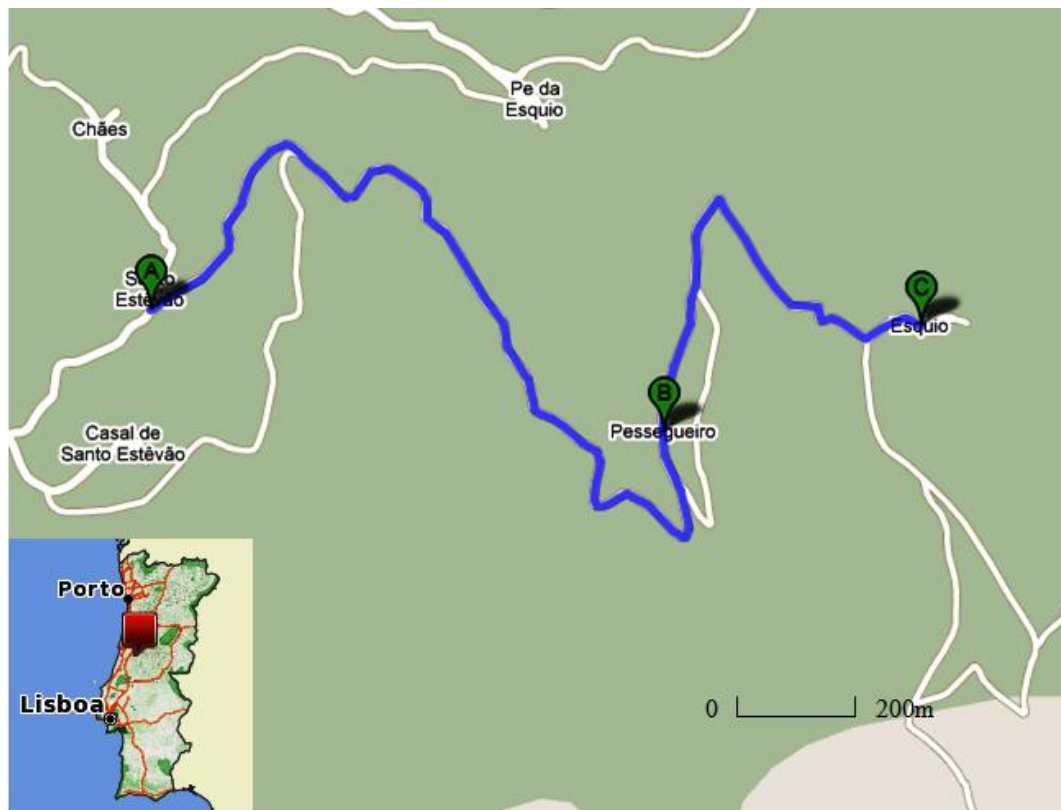
#### **12.3.5 Colheita de dados**

Foi efectuado um percurso de 3.5 quilómetros, desde a aldeia de Santo Estêvão, com uma paragem na aldeia do Pessegueiro, terminando na aldeia do Esquio. Este percurso foi efectuado na íntegra a pé, numa estimativa de 50 minutos. Da aldeia de Santo Estêvão até ao primeiro ponto de paragem, a aldeia do Pessegueiro distam 2,3 km, percorridos em média em 32 minutos. Neste primeiro ponto foi efectuado o inquérito número I. Da aldeia do Pessegueiro à aldeia do Esquio distam 1, 2 km percorridos em média em 17 minutos onde foi efectuado o inquérito número II.

É um percurso linear com um grau de dificuldade média com desnível de 374 metros e uma altitude máxima de 526 metros.

---

32 “É fundamental conhecer os diversos instrumentos de medida disponíveis, bem como qual o mais adequado, vantagens e inconvenientes de cada um e respectivas propriedades psicométricas. Normalmente, os instrumentos utilizados neste tipo de estudos são as observações (onde se recorre com frequência ao registo audiovisual), entrevistas (não estruturadas ou estruturadas), questionários, testes e escalas [...]. O termo questionário é utilizado no senso comum como sendo um conjunto de questões. Muitas vezes, os questionários são também designados por testes, inventários, escalas, etc. Embora existam algumas semelhanças, a verdade é que também existem grandes diferenças. As escalas, por exemplo, poderão ser entendidas como questionários, uma vez que se apresentam como um conjunto de questões, no entanto, as técnicas de avaliação são diferentes, pois nas escalas é necessário que os itens que as compõem estejam relacionados e pertençam à mesma família [...]. Os testes são mais utilizados na avaliação psicológica” (Massano Cardoso; I., 2003:32-34). O termo teste também se aplica a um conjunto de questões que visam avaliar determinado tipo de conhecimentos. No nosso estudo, o instrumento utilizado é composto por um questionário e por uma escala tipo Likert. A utilização de um questionário permite colher a informação mais rapidamente e com menos custos e abranger uma maior amostra, e devido ao seu anonimato, permitir maior liberdade de resposta e obter respostas mais precisas (Fortin, M. -F., 1999).



**FIGURA 13: Mapa e Perfil do percurso realizado**

Fonte: Elaboração própria

Os questionários, sob a forma de auto-relato escrito, foram aplicados pelo investigador, nos vários pontos de paragem do itinerário. O tempo médio de resposta variou entre os 5 minutos (questionário número I) e 15 minutos (questionário número II).

Posteriormente, foi pedido a um grupo de 7 pessoas de todas as faixas etárias que tirasse fotografias aos pontos mais marcantes das duas aldeias.



### 12.3.6 Tratamento Estatístico

Para a realização do tratamento estatístico, recorreremos ao programa SPSS versão 11.5 for Windows (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Ao nível da estatística descritiva recorreremos ao cálculo das medidas resumo adequadas bem como às distribuições de frequências que foram apresentadas nos quadros sempre que se mostrou adequado.

Para o estudo das questões de investigação recorreremos aos testes *U de Mann-Whitney*<sup>33</sup>, *H de Kruskal-Wallis*<sup>34</sup>, *coeficiente de Correlação ró de Spearman*<sup>35</sup> e *teste do sinal*<sup>36</sup>.

### 12.3.7 Apresentação e análise dos resultados

Este sub-ponto da dissertação tem como finalidade apresentar, descrever e analisar os resultados obtidos após a aplicação dos instrumentos de colheita de dados.

A apresentação será efectuada através de quadros, acompanhados da análise e interpretação dos resultados observados.

Neste capítulo iremos proceder à apresentação e análise estatística dos dados recolhidos. O mesmo está estruturado no sentido de dar resposta às questões de investigação e testar as hipóteses formuladas.

### 12.3.8 Análise Descritiva

#### 12.3.8.1 Caracterização sócio-demográfica

Aplicámos questionários a 50 indivíduos, com idades  $\geq 18$  anos e extraímos a respectiva caracterização sócio-demográfica, que mostrou as seguintes características:

---

<sup>33</sup> O teste de Mann-Whitney “é um teste paramétrico t que compara o centro de localização de duas amostras independentes, como forma de detectar diferenças entre as duas populações correspondentes. Este teste é preferível ao teste t quando há violação da normalidade, ou quando os n’s são pequenos, ou quando as variáveis são de nível pelo menos ordinal. (PESTANA e GAGEIRO, 2005: 444)

<sup>34</sup> O teste de Kruskal-Wallis “é um teste não paramétrico aplicado a variáveis de nível pelo menos ordinal, e é também uma alternativa ao One-Way Anova utilizado quando não se encontram reunidos os pressupostos deste último, ou seja, a normalidade e a igualdade das variâncias. Este teste usa-se para testar hipóteses de igualdade no que se refere a um parâmetro de localização. Permite ver se existem diferenças entre três ou mais condições experimentais. (PESTANA e GAGEIRO, 2005:455)

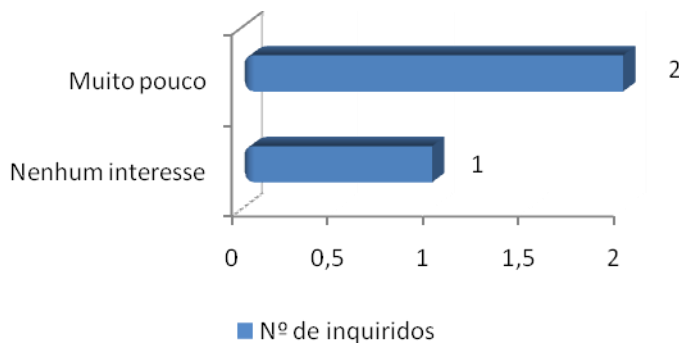
<sup>35</sup> “O coeficiente de Correlação ró de Spearman mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais. Usa-se em vez do valor nele observado, apenas a ordem das observações.” (PESTANA e GAGEIRO, 2005:176)

<sup>36</sup> O testado sinal “aplica-se para analisar diferenças préteste-pósteste no mesmo grupo de sujeitos, em variáveis de nível ordinal ou superior, sendo igualmente uma alternativa ao teste t para amostras emparelhadas quando não se verificam os pressupostos deste último teste” (PESTANA e GAGEIRO:473)

**a) Género**

Relativamente ao género, a amostra em análise é constituída na maioria por elementos do género masculino (n=28), com a frequência de 56%. Em relação ao género feminino (n=22), com a frequência de 44%, como se pode constatar no gráfico 7.

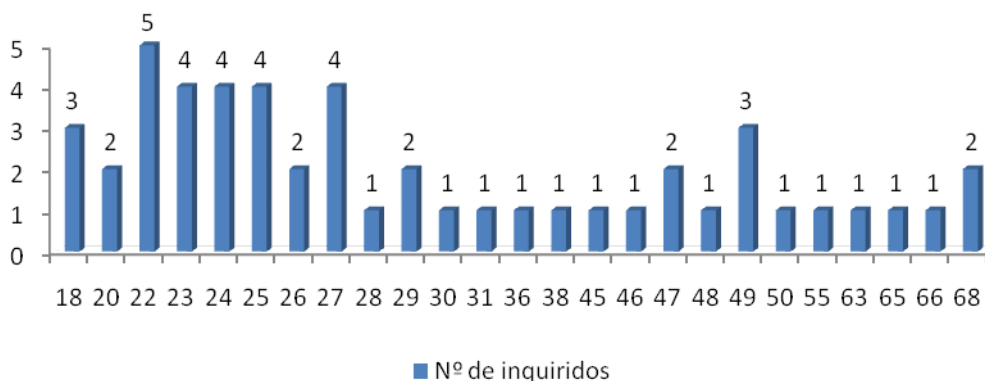
**Gráfico 7 - Distribuição da amostra segundo o género sexual**



**b) Idade**

O gráfico 8 permite-nos verificar que os indivíduos que constituem a amostra apresentam idades compreendidas entre o mínimo de 18 anos (n=3) e o máximo de 68 anos (n=2), numa amplitude de variação de 30 anos. A idade mais representativa é a de 22 anos (n=5), com a frequência de 10%, constituindo a moda da amostra, seguida das idades de 23, 24, 25 e 27 anos (n=4), com 8%. Dos 18 aos 27 anos encontram-se 56% dos elementos. A média de idades é de 33,76 anos, sendo o valor da mediana 27, moda de 22 anos e o desvio padrão de 14,880. Sendo a média maior do que a mediana e esta maior que a moda, a curva de frequências reflecte ligeira assimetria positiva e desvio para a direita na distribuição das idades.

**Gráfico 8 – Distribuição da amostra segundo a variável idade**

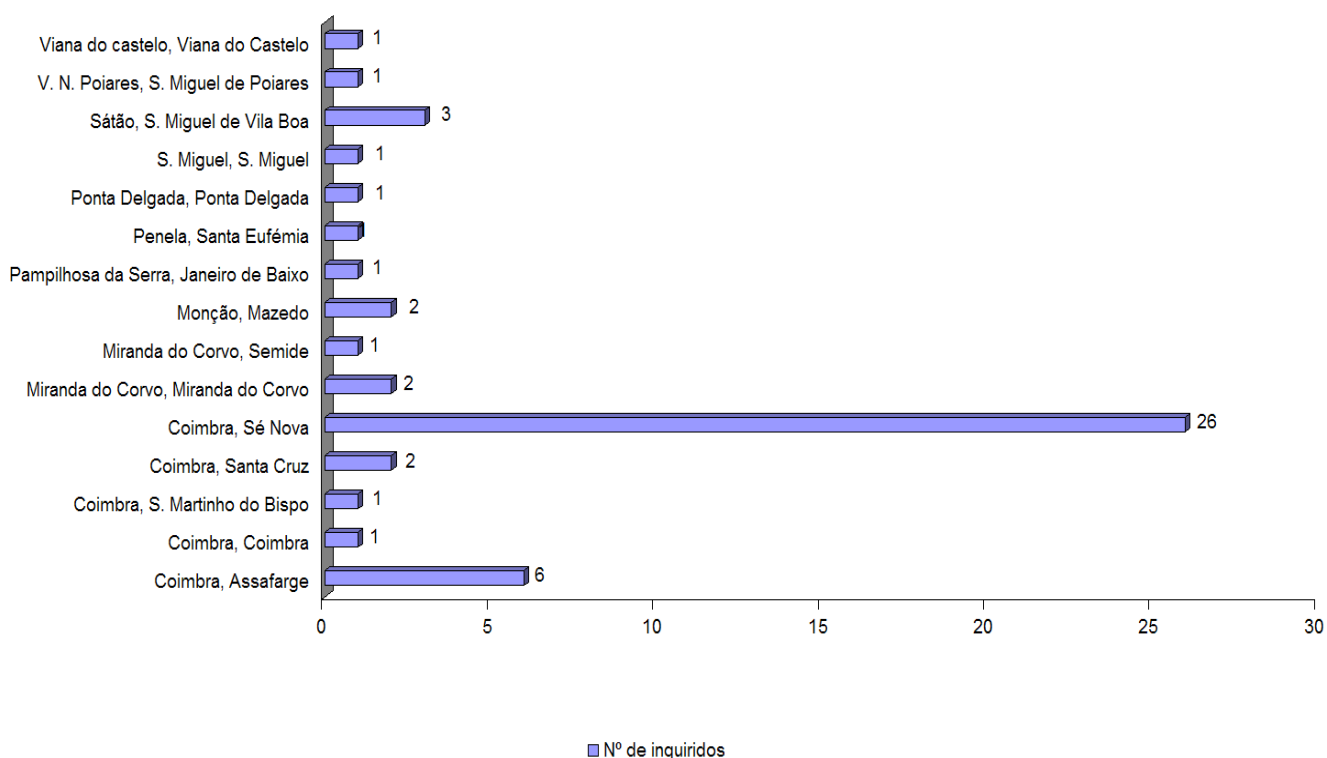


### c) Naturalidade

A variável “Naturalidade” foi operacionalizada, tendo em consideração o concelho e a freguesia onde os inquiridos nasceram.

A observação do gráfico 9, permite constatar que o concelho de Coimbra é o mais representado, com 72% dos inquiridos da amostra, seguido por Miranda do Corvo e Sátão com respectivamente 6% e Monção com 4%.

**Gráfico 9** – Distribuição da amostra segundo a naturalidade

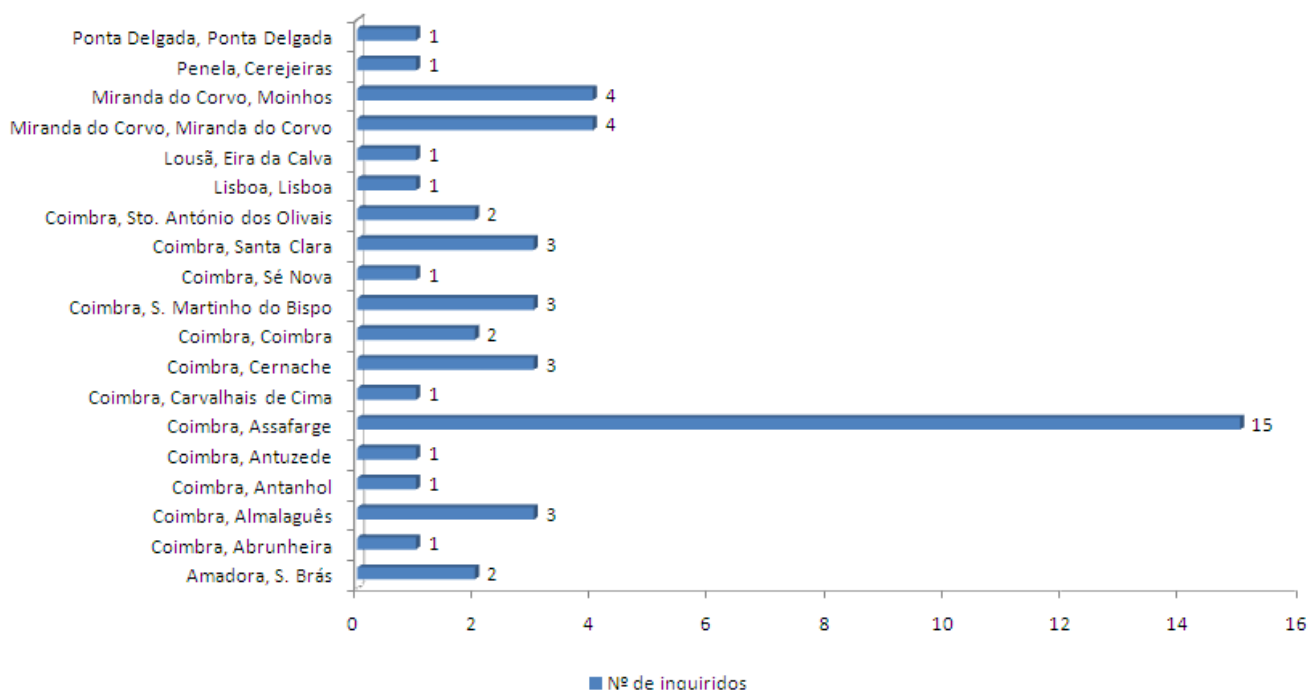


### d) Residência

A variável “residência” foi operacionalizada, tendo em consideração o concelho e a freguesia onde os inquiridos residem.

A observação do gráfico 10, permite constatar que o concelho de Coimbra é o mais representado, com 72% dos inquiridos da amostra, seguido por Miranda do Corvo (16%) e Amadora (4%) e Lisboa, Lousã, Penela, Ponta Delgada (2%), respectivamente.

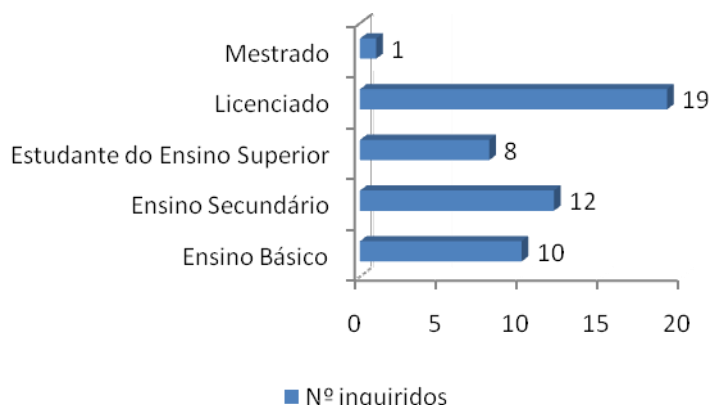
**Gráfico 10** – Distribuição da amostra segundo a Residência (Concelho e Freguesia)



**e) Habilitações Literárias**

A observação do gráfico 11, permite constatar que a maioria dos inquiridos não possuem algum grau de ensino superior (80%), 16% são estudantes do ensino superior, 38% dos inquiridos possuem uma licenciatura e apenas 2 % dos inquiridos possuem um mestrado.

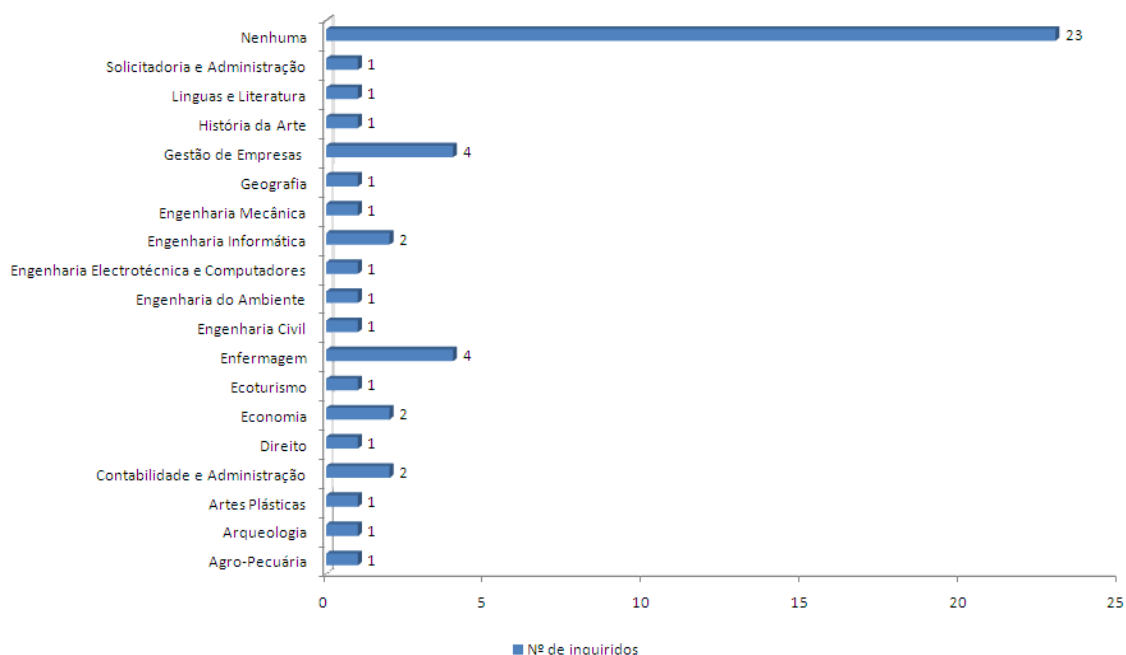
**Gráfico 11** – Distribuição da amostra segundo as Habilitações Literárias



### f) Área de formação

A maioria dos inquiridos não possui nenhuma formação específica (46%). Contudo, analisando as qualificações estruturadas nas diferentes áreas disciplinares podemos verificar que 18% dos inquiridos integram uma formação na área da Economia, 12% na área das Engenharias, seguidos pela área das Humanidades e da Saúde com respectivamente 8%. (ver gráfico 12)

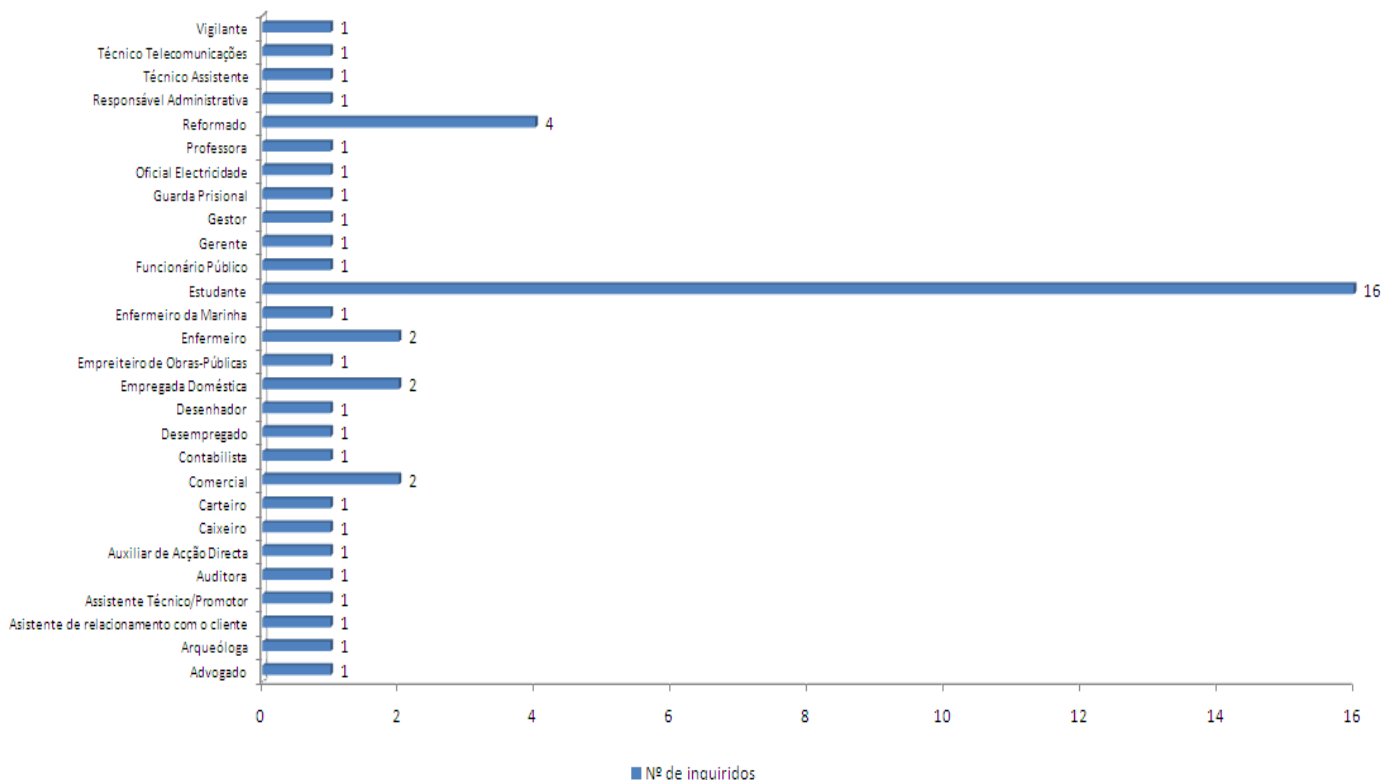
**Gráfico 12** – Distribuição da amostra segundo a área de formação



### g) Profissão

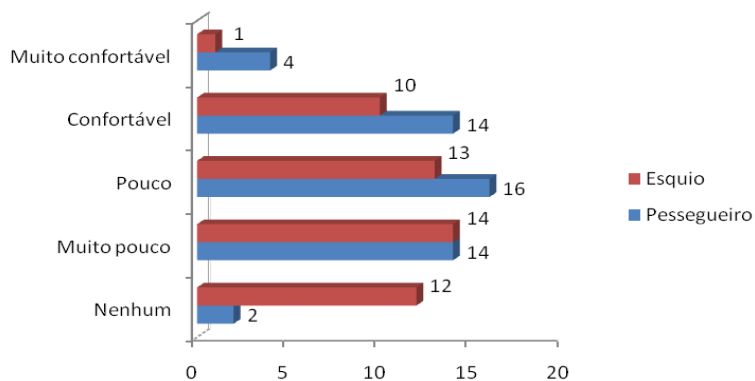
A maioria dos inquiridos são estudantes (16%) e reformados (8%). A classe profissional com maior representatividade estatística é dos enfermeiros (6%), seguidos dos comerciais e empregadas domésticas com respectivamente 4%. (ver gráfico 13)

**Gráfico 13** – Distribuição da amostra segundo a profissão



**h) Grau de conforto no percurso pedestre**

**Gráfico 14** – Distribuição da amostra segundo grau de conforto



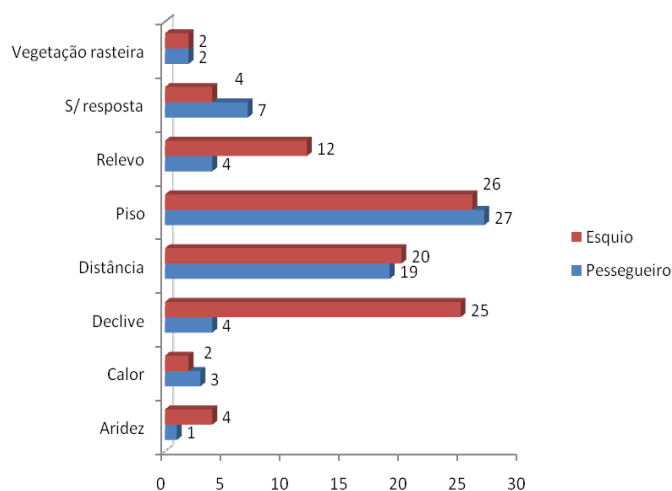
À pergunta “Qual o grau de conforto até esta parte do percurso”, a maioria dos inquiridos sentiu-se pouco confortável tanto na aldeia do Pessegueiro como na aldeia do Esquio. Contudo, verifica-se um maior grau de desconforto na aldeia do Esquio. (ver gráfico 14)

### i) Factores de desconforto

À pergunta “Caso tenha sentido algum desconforto, indique a razão (ou razões) que o justifiquem”, a maioria dos inquiridos apontou como factor de maior desconforto no trajecto até à aldeia do Pessegueiro o piso (54%), seguido da distância (38%), enquanto que 14% dos inquiridos não respondeu.

À pergunta “Caso tenha sentido algum desconforto, indique a razão (ou razões) que o justifiquem”, a maioria dos inquiridos apontou como factor de maior desconforto no trajecto até à aldeia do Esquio o piso (52%), seguido do declive (50%), seguido da distância (40%) e do relevo (24%). (ver gráfico 15)

**Gráfico 15** – Distribuição da amostra segundo o grau de desconforto Pessegueiro e Esquio

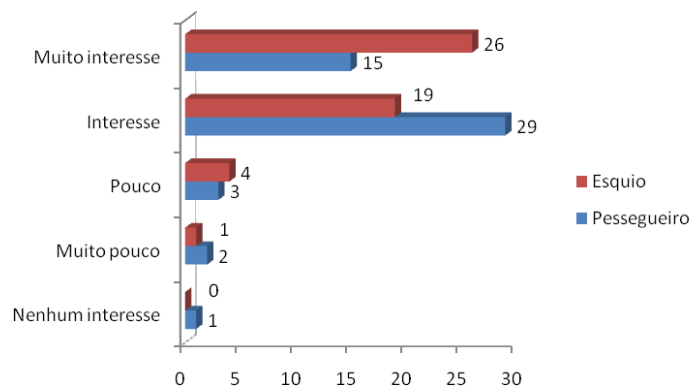


### j) Interesse pela paisagem

Relativamente à aldeia do Pessegueiro, à pergunta “Sentiu interesse pela paisagem?”, a maioria dos inquiridos aludiu que sentiu interesse pela paisagem (58%). Algumas pessoas acharam a paisagem muito interessante (30%). Apenas 6% achou a paisagem pouco interessante.

Relativamente à aldeia do Esquio, à pergunta “Sentiu interesse pela paisagem?”, a maioria dos inquiridos aludiu que sentiu muito interesse pela paisagem (52%) e interessante (19%). Apenas 8% achou a paisagem pouco interessante. (ver gráfico 16)

**Gráfico 16** – Distribuição da amostra segundo o grau de interesse Pessegueiro e Esquio

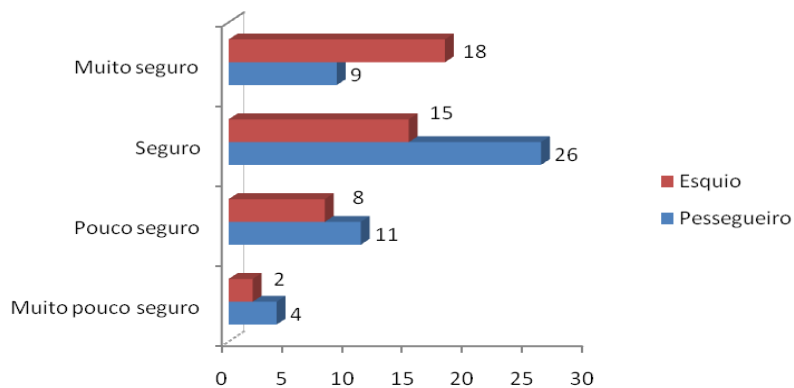


**k) Grau de segurança**

À pergunta “Sentiu-se seguro?”, relativamente à aldeia do Pessegueiro, a maioria dos inquiridos sentiu-se seguro (52%), 22% sentiu-se pouco seguro. Contudo, 18% dos inquiridos sentiu total segurando neste espaço.

À pergunta “Sentiu-se seguro?”, relativamente à aldeia do Esquio, 36% dos inquiridos sentiu-se seguro, 30% sentiu-se pouco seguro e 16% sentiu-se muito pouco seguro. (ver gráfico 17)

**Gráfico 17** – Distribuição da amostra segundo o grau de segurança Pessegueiro e Esquio



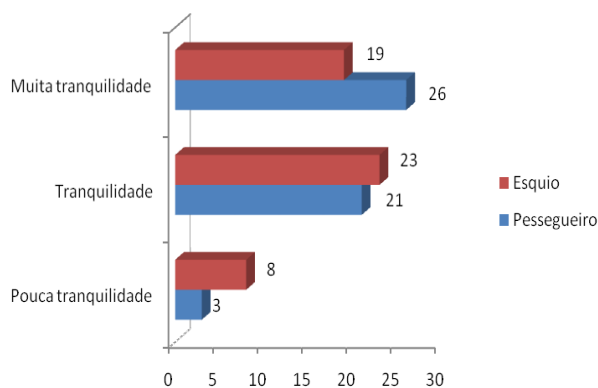
**l) Tranquilidade**

À pergunta “Sentiu tranquilidade?”, relativamente à aldeia do Pessegueiro, 52% dos inquiridos sentiu muita tranquilidade, 42% sentiu tranquilidade e apenas 6% sentiu pouca tranquilidade.



À pergunta “Sentiu tranquilidade?”, relativamente à aldeia do Esquio, 46% dos inquiridos sentiu tranquilidade, 38% muita tranquilidade e 16% pouca tranquilidade. (ver gráfico 18)

**Gráfico 18** – Distribuição da amostra segundo o grau de tranquilidade Pessegueiro e Esquio

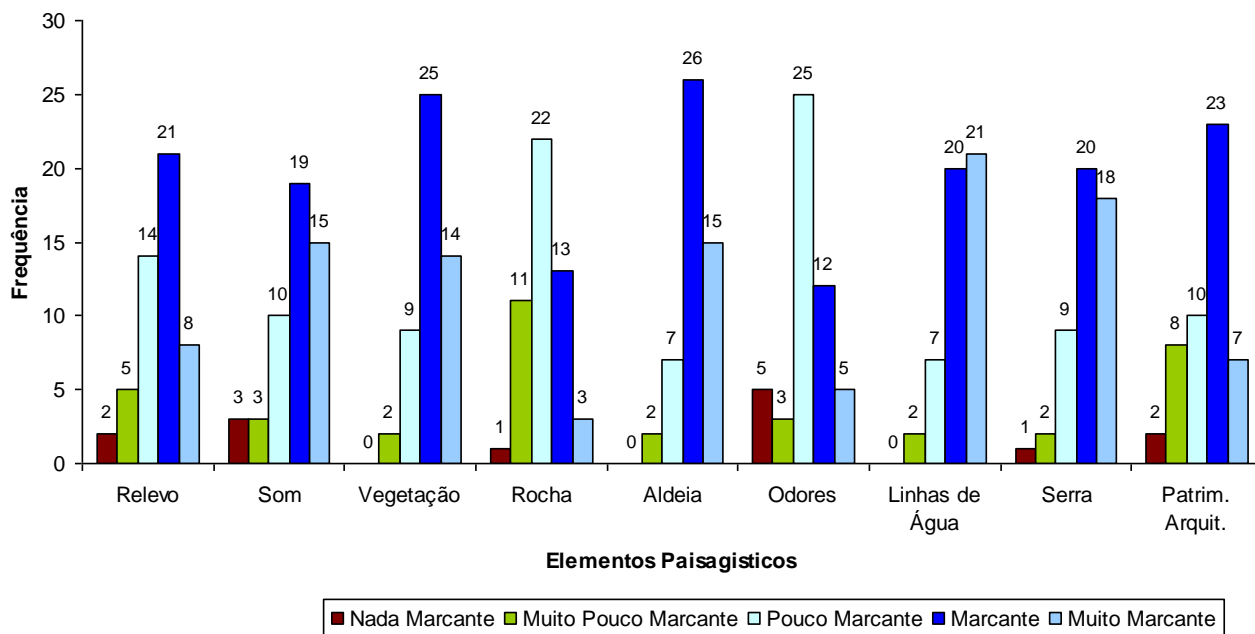


#### J) Elementos marcantes na aldeia do Pessegueiro e do Esquio

Para os elementos paisagísticos marcantes destes espaços rurais, escolhemos 10 variáveis: relevo, som, vegetação rocha, aldeia, odores, linhas de água, serra, património arquitectónico e outros. Para cada uma destas variáveis foi utilizada uma escala de Likert, sendo 1- nada marcante, 2- muito pouco marcante, 3- pouco marcante, 4- Marcante, 5- Muito marcante.

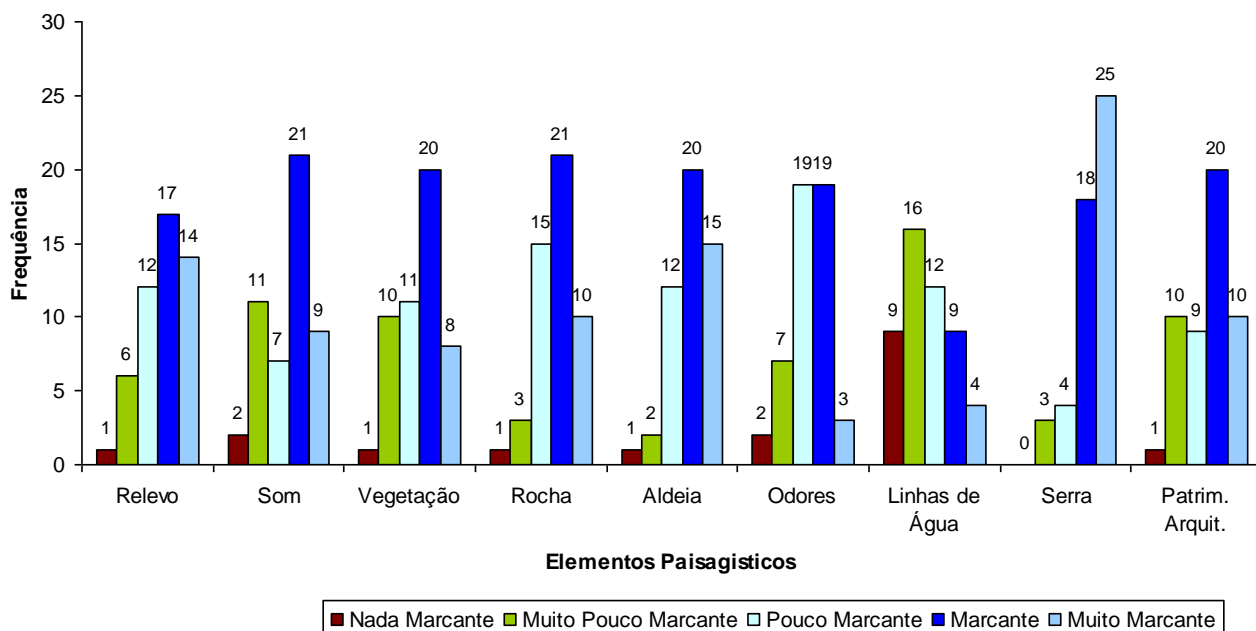
Em relação à aldeia do Pessegueiro, a maioria dos inquiridos apontou que o relevo é marcante neste espaço rural (42%), assim como o som (38%), a vegetação (50%), a serra (40%) e o património arquitectónico (46%). Contudo, a maioria dos inquiridos acha que a rocha é pouco marcante na aldeia (44%) assim como odores (50%). A maioria dos inquiridos acha que todo o traçado da aldeia é marcante (52%). O elemento mais marcante nesta aldeia são as linhas de água (42%). (ver gráfico 19)

**Gráfico 19** – Distribuição da amostra segundo os elementos paisagísticos mais marcantes Pessegueiro



Em relação à aldeia do Esquio, a maioria dos inquiridos apontou que o relevo (34%), o som (42%), a vegetação (40%), a rocha (42%), a aldeia (40%) e o património arquitectónico (40%) como elementos marcantes. Contudo, a maioria dos inquiridos acha que as linhas de águas são muito pouco marcantes (32%). Quanto ao elemento odores, a opinião dos inquiridos não foi conclusiva ao classificar como pouco marcante e marcante (38%). O elemento mais marcante nesta aldeia é a serra (50%). (ver gráfico 20)

**Gráfico 20** – Distribuição da amostra segundo os elementos paisagísticos mais marcantes Esquio



### 12.3.9 – Análise Inferencial

Após a análise descritiva dos dados obtidos, apresentada anteriormente, passaremos de seguida à abordagem inferencial dos mesmos, através da estatística analítica. Procedemos assim à verificação da validade das hipóteses, associando algumas das variáveis independentes em estudo à nossa variável dependente.

Para a elaboração das hipóteses na associação acima referida, utilizámos variáveis independentes que caracterizam a nossa amostra:

- Género;
- Grau de conforto;
- Segurança;
- Tranquilidade;
- Residência;
- Interesse paisagístico;
- Área de residência;
- Naturalidade.

Tendo em consideração que  $n$  é superior a 30 foi aplicado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov verificando-se que a nossa amostra não tem distribuição normal.

O que nos levou a testar as questões formuladas, por testes não paramétricos, foi o facto de as variáveis não apresentarem distribuição normal. Os testes paramétricos aconselham que se realizem com um  $n$  superior a 25 casos (mais de 25 inquiridos a analisar), que a variável dependente tenha uma distribuição semelhante à normal e que as variâncias sejam homogéneas. Desta forma realizámos o teste não paramétrico de Kolmogorov-Smirnov, com correcção de Lilliefors, para verificar se a amostra apresenta uma distribuição normal e o teste de Levenne.

**a) Existe relação entre a Idade e Grau de conforto durante o percurso**

Como podemos observar pela tabela, verificamos que existe uma associação linear moderada e negativa entre as variáveis Idade e Grau de conforto em relação ao percurso à aldeia do Pessegueiro e do Esquio a qual é estatisticamente significativa.

A presença do sinal negativo das correlações significa que com o aumento da idade diminui o grau de conforto no percurso até à aldeia do Pessegueiro ( $r_s = -0,526$ ;  $p=0,000$ ) e à aldeia do Esquio ( $r_s = -0,416$ ;  $p=0,003$ ).

			Grau de Conforto até à aldeia do Pessegueiro	Grau de Conforto até à aldeia do Esquio
Spearman's rho	Idade	Correlation Coefficient	-,526	-,416
		Sig. (2-tailed)	,000	,003
		N	50	50

**b) Existe correlação entre o Género e o Grau de conforto**

Para testar a questão de que o grau de conforto no percurso até à aldeia do Pessegueiro e do Esquio é diferente consoante o género, procedeu-se ao cálculo do teste U de Mann-Whitney. As diferenças observadas nas médias dos postos em ambas as aldeias não se revelaram estatisticamente significativas (Aldeia do Pessegueiro,  $z = -1,037$ ;  $p=0,300$ ) (Aldeia do Esquio,  $z=-1,089$ ;  $p=0,276$ ), deste modo o grau de conforto em relação ao percurso é diferente consoante o género, conforme se observa no quadro seguinte.

Deste modo, embora apesar de se ter observado valores mais elevados de Grau de conforto em relação à aldeia do Pessegueiro nos homens, tal diferença não é estatisticamente significativa.

Género (Pessegueiro)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	27,32		
Feminino	22	23,18			

Género (Esquio)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	27,43		
Feminino	22	23,05			

U de Mann-Whitney

### c) Existe relação entre a Residência e o Interesse paisagístico

Para testarmos se existe relação entre a residência e o interesse paisagístico em ambas as aldeias utilizámos o teste de *H Kruskal Wallis*, através do quadro seguinte, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas a área de residência e o interesse paisagístico na aldeia do Pessegueiro ( $\chi^2_{(2)} = 5,130$ ;  $p = 0,077$ ) e na aldeia do Esquio ( $\chi^2_{(2)} = 0,328$ ;  $p = 0,849$ ).

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	P
Interesse paisagístico (Pessegueiro)	Cidade	8	34,75	5,130	0,077
	Aldeia	38	24,03		
	Vila	4	21,00		
	<b>Total</b>	50			

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	P
Interesse paisagístico (Esquio)	Cidade	8	27,63	0,328	0,849
	Aldeia	38	25,28		
	Vila	4	23,38		
	<b>Total</b>	50			

H de Kruskal-Wallis

### d) Existe relação entre a variável Género e Segurança

Para testar a questão procedeu-se ao cálculo do teste U de Mann-Whitney. Observam-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (Aldeia do Pessegueiro  $z = -2,267$ ;  $p = 0,023$ ) e (Aldeia do Esquio  $z = -2,598$ ;  $p = 0,009$ ), sendo que as pontuações mais baixas obtidas na escala reportam a indivíduos do género feminino, os indivíduos do género masculino sentem-se mais seguros em ambas aldeias do que os do género feminino.

Género (Pessegueiro)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	29,30		
Feminino	22	20,66			

Género (Esquio)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	30,05		
Feminino	22	19,70			

U de Mann-Whitney

#### e) Existe relação entre a variável Género e Tranquilidade

Para testar a hipótese procedeu-se ao cálculo do teste U de Mann-Whitney. Observam-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (Aldeia do Pessegueiro  $z=-1,963$ ;  $p=0,050$ ) (Aldeia do Esquio  $z=-2,649$ ;  $p=0,008$ ), sendo que as pontuações mais baixas obtidas na escala reportam a indivíduos do género feminino, os indivíduos do género masculino sentem-se mais tranquilos em ambas as aldeias do que os do género feminino.

Género (Pessegueiro)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	29,95		
Feminino	22	19,84			

Género (Esquio)		N	Média postos	z	p
	Masculino	28	28,68		
Feminino	22	21,45			

U de Mann-Whitney

#### f) Existe relação entre a variável Residência e Segurança

Para testar a hipótese procedeu-se ao cálculo do teste *H de Kruskal Wallis*, observam-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (Aldeia do Pessegueiro  $z=6,490$ ;  $p=0,039$ ) (Aldeia do Esquio  $z=7,263$ ;  $p=0,026$ ), sendo que as pontuações mais baixas obtidas na escala reportam a indivíduos que moram em Vilas e as mais altas a indivíduos que moram em Aldeias. Os indivíduos que moram nas aldeias sentiram-se mais seguros em ambas as aldeias do que os que moram na cidade e em vilas.

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	P
Segurança (Pessegueiro)	Cidade	8	27,80	6,490	0,039
	Aldeia	38	10,88		
	Vila	4	21,88		
	<b>Total</b>	50			

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	P
Segurança (Esquio)	Cidade	8	28,05	7,263	0,026
	Aldeia	38	9,38		
	Vila	4	21,44		
	<b>Total</b>	50			

*H de Kruskal-Wallis*

**g) Existe relação entre a variável Residência e Tranquilidade**

Através da aplicação do teste de H de Kruskal Wallis, verificamos que apenas existem diferenças estatisticamente significativas entre a área de residência e a tranquilidade sentida na aldeia do Esquio ( $z=7,066$ ;  $p=0,029$ ). Sendo que as pontuações mais baixas obtidas na escala reportam aos indivíduos que moram na Vila e Cidade. Os indivíduos que moram nas aldeias sentiram-se mais tranquilos na aldeia do esquio.

Em relação à aldeia do Pessegueiro não se observaram diferenças estatisticamente significativas ( $z=5,536$ ;  $p=0,063$ ).

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Tranquilidade (Pessegueiro)	Cidade	8	28,17	7,066	0,029
	Aldeia	38	12,25		
	Vila	4	19,44		
	<b>Total</b>	50			

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Tranquilidade (Esquio)	Cidade	8	27,91	5,536	0,063
	Aldeia	38	16,88		
	Vila	4	18,38		
	<b>Total</b>	50			

a) *H de Kruskal-Wallis*

**h) Existe relação entre a variável Habilitações Literárias e interesse pela paisagem**

De modo a verificarmos se existe relação entre as habilitações literárias de cada indivíduo que compõe a nossa amostra e o interesse pela paisagem aplicámos o teste de *H de Kruskal Wallis*, observámos que não existem diferenças estaticamente significativas em ambos os grupos.

Variável	Habilitações Literárias	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Interesse pela paisagem (Pessegueiro)	Ensino Básico	10	21,20	3,140	0,535
	Ensino secundário	12	23,13		
	Ensino Superior	8	27,61		
	Licenciado	19	21,00		
	Mestrado				

Variável	Habilitações Literárias	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Interesse pela paisagem (Esquio)	Ensino Básico	10	22,60	1,854	0,763
	Ensino secundário	12	24,33		
	Ensino Superior	8	27,63		
	Licenciado	19	27,42		
	Mestrado		15,00		

b) *H de Kruskal-Wallis*

### i) Existe relação entre a variável Paisagem e Local onde nasceu

Através da aplicação do teste *H Kruskal Wallis*, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas ( $p > 0,05$ ) entre a área de residência e o interesse paisagístico em ambas as aldeias.

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Interesse pela paisagem (Pessegueiro)	Cidade	8	28,25	3,318	0,450
	Aldeia	38	11,00		
	Vila	4	25,03		
	<b>Total</b>	50			

Variável	Área de residência	N	Média dos postos	$\chi^2$	p
Interesse pela paisagem (Esquio)	Cidade	8	24,55	0,460	0,794
	Aldeia	38	20,50		
	Vila	4	26,23		
	<b>Total</b>	50			

c) *H de Kruskal-Wallis*

### j) O interesse pela paisagem varia consoante a aldeia

Pela aplicação do teste dos Sinais não se observam diferenças estatisticamente significativas ( $p = 0,137$ ) no modo como as aldeias são percebidas relativamente ao interesse pela paisagem. 42% dos inquiridos mantêm a opinião relativamente às aldeias no que respeita ao interesse paisagísticos, contudo, ainda assim, observa-se que 38% (19) apresentam maior interesse pela paisagem da Aldeia do Esquio do que da Aldeia do Pessegueiro. (ver quadro 13)



**Quadro 13:** Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável - interesse pela paisagem consoante a aldeia

Esquio- Pessegueiro	N	%
Diferenças negativas (<)	10	20
Diferenças positivas (>)	19	38
Mantêm a opinião (=)	21	42
Teste dos sinais: 0,137		

Através do teste dos sinais verificamos que (44%) da população da nossa amostra mantém a opinião relativamente à segurança em ambas as aldeias. Esta diferença é estatisticamente significativa ( $p=0,014$ ). Ainda assim observa-se que 21 (42%) sentem-se mais seguros na aldeia do Pessegueiro do que na Aldeia do Esquio. (ver quadro 14)

**Quadro 14:** Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável segurança consoante a aldeia

Esquio- Pessegueiro	N	%
Diferenças negativas (<)	21	42
Diferenças positivas (>)	7	14
Mantêm a opinião (=)	22	44
Teste dos sinais: 0,014		

Através do teste dos sinais verificamos que 26 (52%) dos elementos da nossa população sentiram maior grau de conforto na Aldeia do Pessegueiro do que na Aldeia do Esquio. Esta diferença é estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ). Ainda assim 21 (42%) mantêm a opinião relativamente ao grau de conforto em ambas as aldeias.

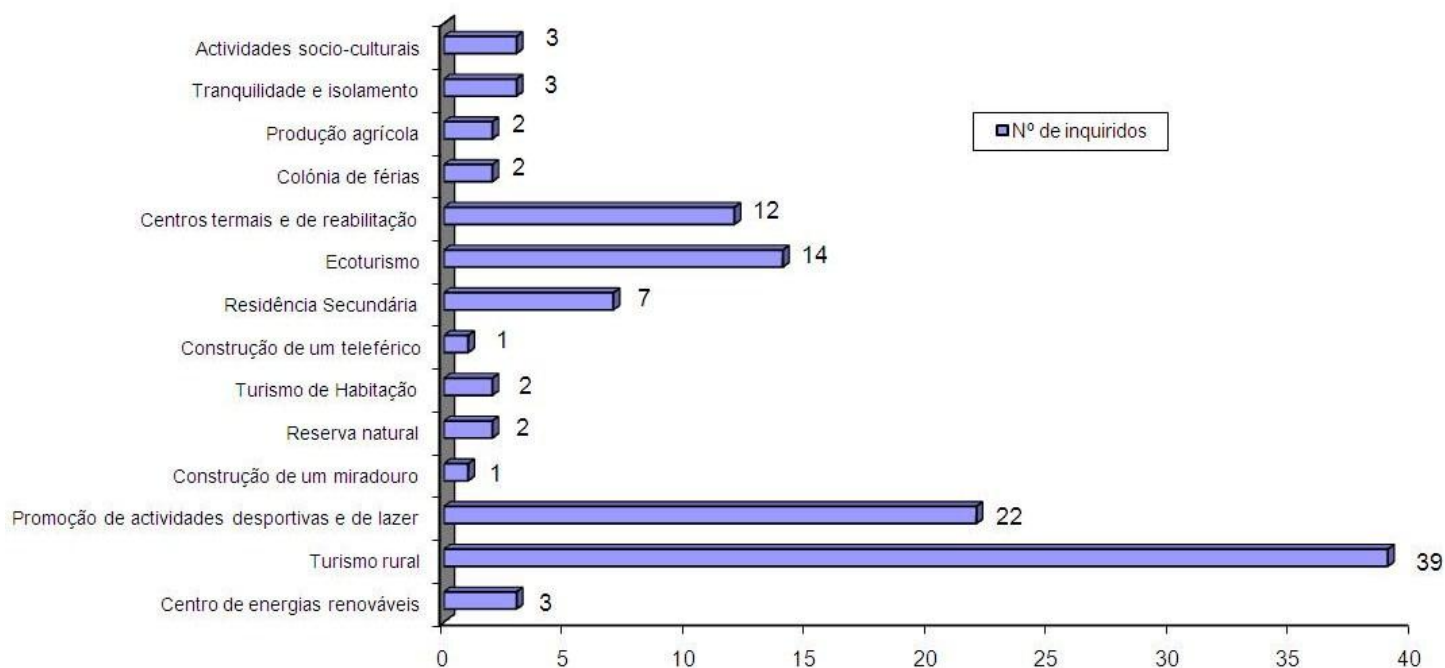
**Quadro 15:** Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável grau de conforto consoante a aldeia

Esquio- Pessegueiro	N	%
Diferenças negativas (<)	26	52
Diferenças positivas (>)	3	6
Mantêm a opinião (=)	21	42
Teste dos sinais: 0,000		

k) À questão “Relativamente às aldeias do Esquio e do Pessegueiro, quais as principais potencialidades que lhe associa?”, a maioria dos inquiridos responderam turismo rural (78%), seguido de promoção de actividades desportivas e de lazer (44%) e do ecoturismo (28%). (ver gráfico 21)

Segundo a opinião de alguns inquiridos:

- “O sossego, a tranquilidade e o próprio isolamento conferem a estas aldeias excelentes condições para apostar no turismo rural, ecoturismo e sectores similares. A orografia do terreno, nomeadamente o relevo, a altitude, etc., reúne potencialidades para a prática de desportos radicais, actividades lúdicas e de lazer. O contacto com a natureza e a harmonia e bem-estar que esta proporciona fornece a construção de um centro de reabilitação, recuperação e reintegração de pessoas com problemas pessoais, saúde, doença, deficiência, etc.. Apostar na inovação tecnológica, nomeadamente nas energias alternativas será sem dúvida uma aposta no futuro.”
- “ A calma, a tranquilidade, a paisagem, o meio ambiente puro e saudável proporciona potencialidades para passeios pedestres, actividades desportivas não poluentes e sócio-culturais, colónia de férias com pacotes de actividades.”
- “ Poderiam tornar-se duas aldeias viradas para o turismo rural sem que se tornassem muito frequentadas para que a natureza que as envolve não possam ser irreversivelmente danificadas pelo progresso”.
- “O sossego e a tranquilidade destas localidades associado ao ambiente puro e saudável são propícios à criação de termas, lares de idosos, centros de recuperação e reabilitação. Fortes potencialidades para o turismo rural”.
- “Fortes potencialidades ano nível do turismo e empreendedorismo, sobretudo para a classe mais jovem, onde a zona tem fortes possibilidades de se tornar um ponto de encontro para a prática de actividades desportivas e socio-culturais”.

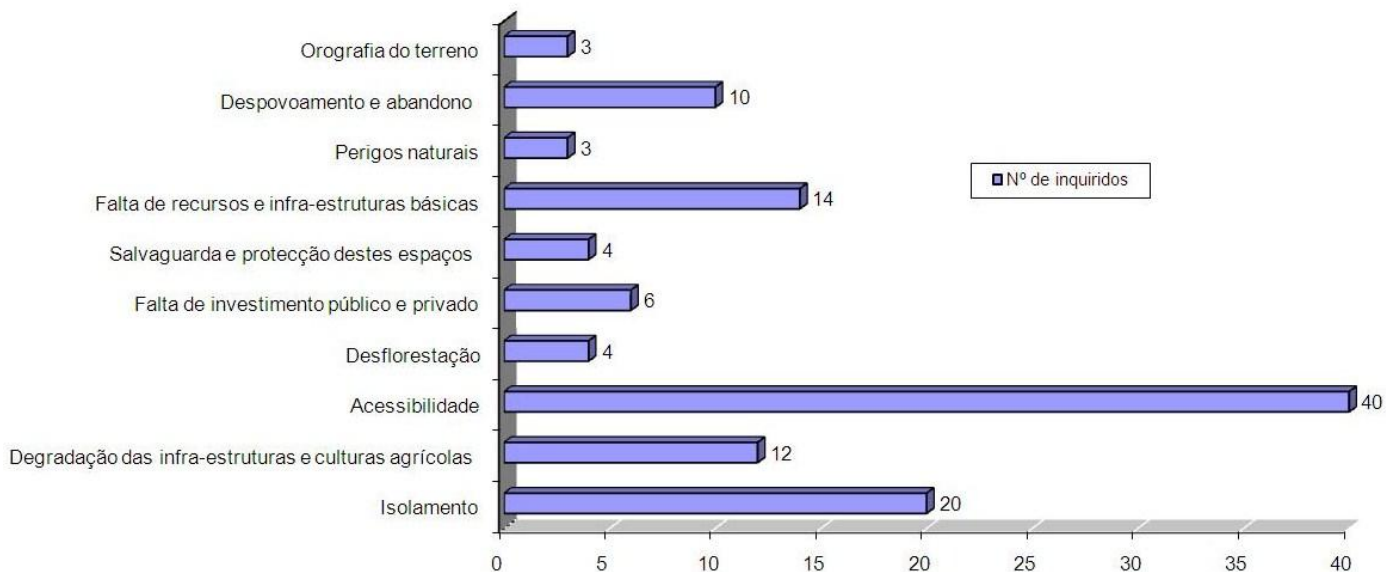


**Gráfico 21** – Distribuição da amostra segundo as potencialidades da aldeia do Esquio e do Pessegueiro

I) À questão “Relativamente às aldeias do Esquio e do Pessegueiro, quais os principais problemas lhes associa?”, a maioria dos inquiridos responderam que o principal problema eram as acessibilidades (80%), seguido do isolamento (40%) e da falta de recursos e infra-estruturas básicas (28%). (ver gráfico 22)

Algumas das respostas dos inquiridos foram:

- “Os principais problemas pautam-se pela ausência de investimento, pelas entidades competentes, no turismo rural e o desinteresse e desconhecimento generalizado das vantagens e potencialidades deste sector tanto no tecido económico, como na preservação, salvaguarda e sustentabilidade dos ecossistemas”.
- “Os principais problemas destas duas aldeias são as acessibilidades, com o crescimento de vegetação rasteira nas bermas que dificulta a circulação. O estado de conservação das habitações, agravados por visíveis actos de vandalismo ocorridos. Distância de pontos de interesse.”
- “Grande parte dos problemas advém da distância e acessos às próprias aldeias, bem como a divulgação das mesmas, pela entidades locais, sobretudo numa região com grande atractivos turístico.”



**Gráfico 22** – Distribuição da amostra segundo os problemas da aldeia do Esquio e do Pessegueiro

m) À questão “Relativamente às aldeias do Esquio e do Pessegueiro que acontecimentos sugerem estes espaços rurais? Que memórias evocam?”, a maioria dos inquiridos responderam que as principais memórias evocadas são a vida rural (cultural e social) (66%), seguido da infância e da nostalgia respectivamente (28%) e a calma e tranquilidade (16%). (ver gráfico 23)

Algumas das respostas dos inquiridos foram:

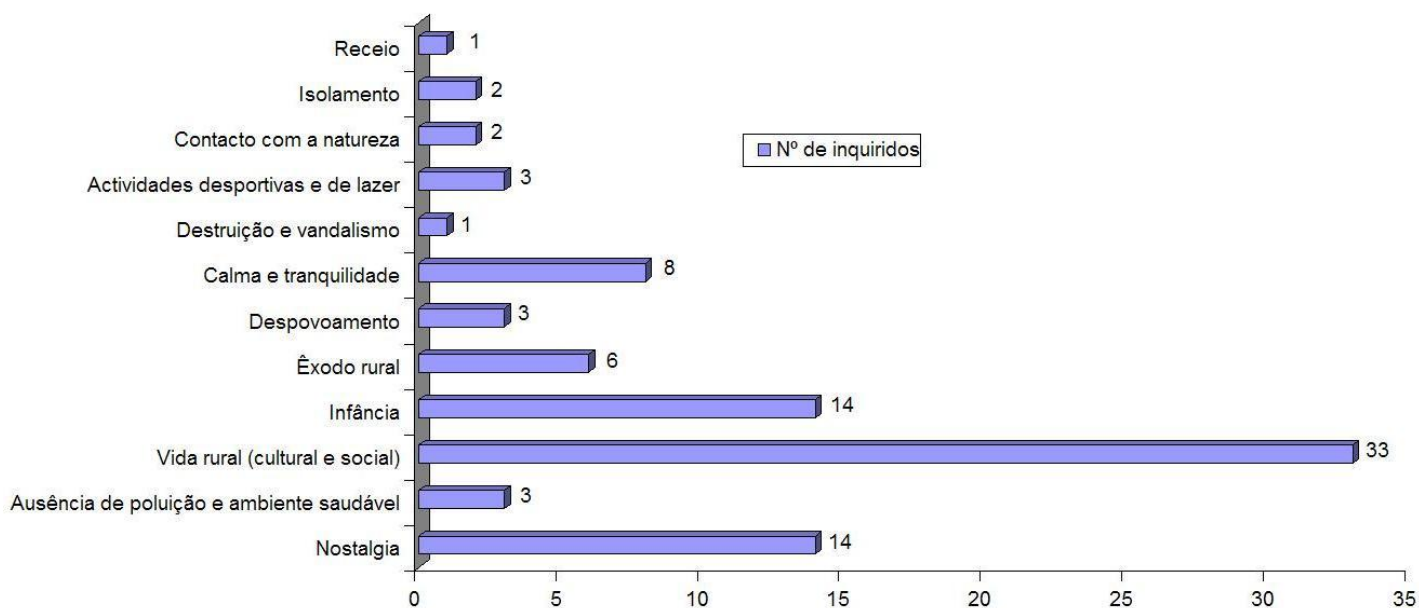
- “Nostalgia, ausência de poluição, vida saudável, ambiente puro e tranquilo. As pessoas que viviam no meio rural eram mais genuínas, verdadeiras, honestas e afáveis. Havia sentimento de partilha, sentimento de integração naquela comunidade – família. Naquele tempo criavam-se raízes mais profundas e fortes. Não havia tantos roubos, tanta desconfiança e egoísmo. Havia um sentimento de maior segurança e conforto.”
- “A vida difícil e árdua de outros tempos. Pessoas com poucos recursos monetários que dedicavam-se quase exclusivamente à vida doméstica e ao trabalho no campo (agricultura de subsistência). O despovoamento destes locais sugerem igualmente o êxodo rural e a procura de melhores condições de vida nos meios urbanos.”
- “Despovoamento, calma e tranquilidade de uma aldeia entre a natureza.”
- “Admiração por estes locais. A vontade de ter vivido e contactado com estes espaços.”
- “Faz-me lembrar a minha infância, há quarenta anos atrás, quando vivia numa pequena aldeia, toda a noite com as portas abertas e sem medos. Também me faz recuar ao

tempo em que tinha de ir buscar água à fonte, quando lavava roupa no ribeiro, quando trabalhava a terra com animais. Relembro os tempos em que não existia electricidade ou água canalizada e nem casa de banho. Relembro os tempos de festa na aldeia, os bailes e o convívio com a mocidade.

Por outro lado, lembra-me os tempos em que as pessoas tiveram de abandonar as suas aldeias em busca de uma vida melhor.”

- “Estes espaços rurais sugerem campismo, descanso e prática de desportos de orientação. Evocam os meus tempos de juventude em que explorava aldeias rurais e inacessíveis.”

- “Vida ligada à agricultura de subsistência, agro-pecuária; vida mais difícil relativamente aos meios disponíveis às pessoas em relação a serviços e assistência média, por exemplo; dificuldade de deslocação das pessoas até meios urbanos mais próximos.

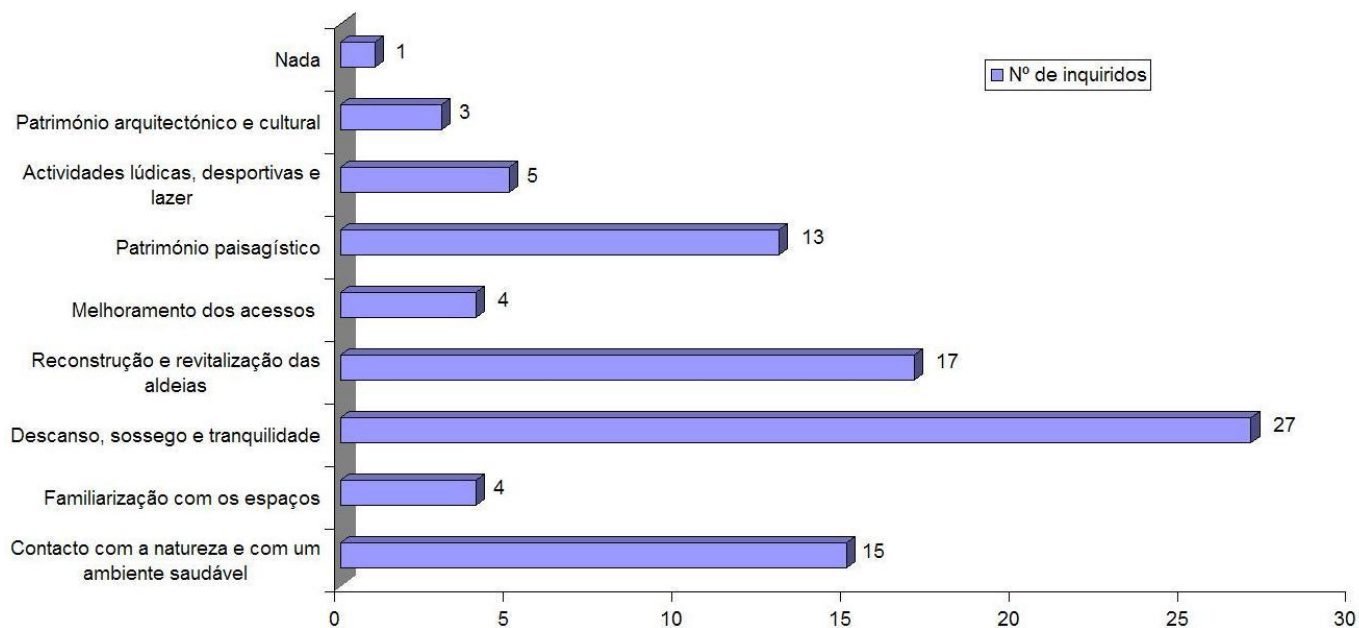


**Gráfico 23** – Distribuição da amostra segundo os acontecimentos que sugerem aldeia do Esquio e do Pessegueiro

n) À questão “O que faria voltar a estes espaços” a maioria dos inquiridos responderam que voltariam às aldeias pelo descanso, o sossego e a tranquilidade que estas proporcionam (54%). Por outro lado, alguns inquiridos afirmam que só voltariam depois da reconstrução e revitalização das aldeias (34%) . Finalmente, alguns inquiridos voltariam a estes espaços rurais pelo contacto com a natureza e pelo ambiente saudável que as envolve (30%). (ver gráfico 24)

Algumas das respostas dos inquiridos foram:

- “O sossego, o contacto com a natureza, o património e a paisagem envolvente.”
- “Busca pela tranquilidade, pela paz, contacto com a natureza e connosco próprios. Busca pela calma.”
- “O melhoramento dos acessos e a revitalização das aldeias, de modo a quebrar o completo isolamento e dificuldades de acesso.”
- “Depois de recuperadas as habitações para turismo rural, seria interessante passar um fim-de-semana com a família ou com os amigos aproveitando a paisagem e a tranquilidade da serra.”
- “Ambiente mais puro e limpo, ar mais saudável, paz, tranquilidade, calma, passividade das gentes, contacto com a natureza e animais.”
- “O que me faria voltar à aldeia do Pessegueiro é a presença de água, com pequenas quedas de água, e a vegetação que faz com que este seja um local calmo, fresco e agradável, enquanto que na aldeia do Esquio o único factor que me poderia levar a voltar a este local é a paisagem, o som dos pássaros, a fauna abundante de borboletas, o cheiro dos eucaliptos.”
- “Estes espaços, só por si, como estão actualmente, já me fariam regressar novamente. Contudo, é de esperar que a reconstrução e a revitalização destas aldeias atraiam novamente as pessoas. Não vejo com bons olhos o melhoramento dos acessos. Acho que é o isolamento e a acessibilidade difícil que torna estes locais genuínos.”



**Gráfico 24** – Distribuição da amostra o que faria voltar à aldeia do Esquio e do Pessegueiro

#### 12.4 Discussão dos resultados

Após a apresentação e descrição dos resultados, iremos proceder à discussão dos mesmos, tendo em consideração a fundamentação teórica.

A aldeia do Pessegueiro e do Esquio possui trechos de observação de grande interesse paisagístico. Foram esses vários pontos que nos propusemos a estudar e explorar, através de inquéritos e de narrativas pessoais, de modo a provar qual o seu valor turístico.

Este estudo baseou-se sobretudo nas sensações que estas aldeias e sua envolvente provocam ao observador. Como qualquer estudo que tem como ferramenta de estudo emoções e percepções apresenta grande subjectividade.

Procedendo à análise dos resultados obtidos, percebemos que a maioria dos inquiridos manifestaram desconforto na realização do percurso para as duas aldeias. O clima, o piso e a distância foram os principais factores apontados. As condições climáticas dificultaram a realização do trajecto, existindo um elevado índice de humidade no ar e com temperaturas que rondavam os 32°. Do mesmo modo, o piso apresentava-se em péssimo estado, ostentando diversos obstáculos ao longo do caminho: buracos com vários metros de diâmetro que formavam grandes poças de água, árvores e arbustos caídos e vegetação rasteira em abundância. O grau de desconforto foi

superior no percurso até à aldeia do Esquio devido ao declive do terreno com cerca de 200 metros de altitude. Observamos, ainda que o grau de desconforto aumenta consoante a idade avança, provando que este percurso não é aconselhado (nas condições que actualmente se encontra) a pessoas idosas, sobretudo, por ser inexecutável a circulação automóvel até às aldeias.

Grande parte das pessoas inquiridas expressaram interesse pela paisagem dos espaços observados. Todo o ambiente calmo e relaxante que estes espaços proporcionam, como sons da fauna existente, tornam-se também elementos marcantes para as duas aldeias, bem como todo o espaço envolvente onde predominam o verde da sua vasta flora e dos campos agrícolas. Os elementos naturais (geomorfológicos, vegetais, hidrológicos) são os que acolheram maior preferência, seguidos dos elementos humanos e sensoriais. As duas aldeias, devido ao longo período de despovoamento, possuem uma vegetação rasteira bastante abundante, que preenche os pequenos caminhos que atravessam estes locais. Deste modo, é natural que os inquiridos tivessem classificado para as duas aldeias como elemento marcante da paisagem a vegetação.

A aldeia do Pessegueiro possui várias linhas de água, com um pequeno ribeiro que atravessa a aldeia e pequenas quedas de água nas proximidades. Este facto transparece na opinião dos inquiridos, classificando este como o elemento mais marcante do espaço. Este espaço, por se localizar num vale, possui muitos pontos de sombra, que proporcionam momentos de frescura, bastante aprazível para os inquiridos. É nesta aldeia que os elementos sensoriais físicos como o som se destacam. O coberto vegetal que envolve a aldeia confere uma grande variedade de sons de aves.

A aldeia do Esquio por se localizar a uma cota superior, é apelidada por alguns dos inquiridos como um “miradouro natural” com vista sobre a Serra da Lousã e sobre a vila do Espinhal. Por esse motivo, a maioria dos indivíduos salientou a serra como o elemento mais marcante deste espaço. Do mesmo modo, a presença de rocha é bastante significativa e muito marcante, sobretudo pelo facto de algumas habitações terem sido construídas sobre as mesmas. Neste espaço predomina uma vegetação rasteira que lhe confere uma aparência ou pouco agreste, mas que, no entanto, deixa de transparecer um horizonte visual de maior amplitude.

Algumas pessoas manifestaram sensações de depressão pelo elevado estado de ruína da quase totalidade das edificações, sobretudo na aldeia do Esquio, e pelos actos de furto e vandalismo que estas sofreram após o seu abandono. Do mesmo modo,



alguns inquiridos apontaram que o isolamento profundo, o silêncio e a imensidão da serra provocavam sentimentos de medo, insegurança e de hostilidade.

Os inquiridos sentiram maior segurança no Pessegueiro, talvez por esta aldeia estar rodeada por um grande manto vegetal, onde os montes em redor conferem maior protecção. A aldeia do Esquio devido à distância e más acessibilidades, aliado a um maior estado de degradação e abandono aldeia pode ter proporcionado este grau de insegurança. Paralelamente, o facto de esta última aldeia se situar no cume da montanha, podendo o inquirido observar o município de Penela, pode transmitir algum poder mas também alguma insegurança e receio. Do mesmo modo, toda a paisagem de longo alcance que se pode presenciar na aldeia do Esquio pode ter propiciado no observador um maior interesse paisagístico nesta aldeia.

A maior parte dos inquiridos sentiu um maior grau de tranquilidade na aldeia do Pessegueiro. A ausência de árvores na aldeia do Esquio pode provocar sentimentos de indefesa, de insegurança e de desamparado. A vegetação abundante pode ser um elemento de camuflagem para o indivíduo, transmissor de protecção e confiança. Verificamos, ainda, um maior grau de segurança e tranquilidade nas pessoas residentes em aldeias, devido, sobretudo, a uma maior identificação com estes espaços.

Através da análise do espólio fotográfico<sup>37</sup> obtidos por alguns inquiridos de diferentes grupos etários demonstrou uma clara tendência para focar a paisagem envolvente e os pontos, apontados pelos inquiridos, de maior beleza paisagística, na faixa estaria mais jovem. Contudo, a faixa etária entre os 30 e os 50 anos evidenciou o estado de degradação das aldeias e dos imóveis, revelando um certo desalento pela destruição deste património.

Ao correlacionar a análise de conteúdo do espólio fotográfico obtido com as perguntas dos inquiridos, apreendemos que a faixa etária mais jovem, sobretudo do género masculino, sente-se bastante confortável nestas aldeias, despertando sentimentos de evasão e aventura, demonstrando interesse por novas descobertas. Evidenciam, também um elevado grau de segurança e tranquilidade nestes espaços aprazíveis para caminhadas, desportos radicais ou para realizar acampamentos ou outras actividades em grupo. Testemunham uma preocupação acrescida pela sustentabilidade destes espaços e pela preservação dos ecossistemas que ali existem, numa aposta de tecnologia não poluente.

---

<sup>37</sup> Fotografias apresentadas em Anexo – fig.9

Na faixa etária jovem adulta e adulta denota-se uma certa familiaridade com estes espaços, revivendo a infância ou férias passadas no campo ou, ainda, identificando-as com o local de residência. As fotografias e os relatos analisados demonstram grande nostalgia relembrando a sua infância, do espírito de comunidade e de entreajuda existente no seio da aldeia, aludindo a tempos difíceis mas felizes e genuínos, de melancolia e pesar pela destruição que estes espaços revelam. Denunciam a falta de investimento das entidades públicas locais nestes espaços demonstrando um maior interesse pela revitalização dos mesmos do que a faixa etária jovem. Privilegiam, ainda o sossego e a passividade que estes locais proporcionam.

Como vimos na primeira parte da dissertação, as aldeias serranas analisadas compartilham problemas e potencialidades das áreas rurais de montanha em geral. De um modo geral, verificamos que, independentemente do local de residência ou das habilitações literárias dos inquiridos, estes espaços de baixas densidades possuem fortes potencialidades turísticas, devido aos seus recursos naturais e patrimoniais. Denota-se, ainda, em geral uma maior consciencialização pela protecção, preservação e salvaguarda destes espaços.

Através do inquérito e dos resultados apontados, podemos perceber o enquadramento e ordenamento territorial das aldeias em estudo e apontar as suas potencialidades turísticas. Era também objectivo deste trabalho avaliar o impacto paisagístico e cultural destas zonas rurais e perceber se estas poderiam contribuir para o desenvolvimento regional e serem inseridas nas rotas turísticas já definidas para o concelho de Penela. Neste ponto do capítulo pretende-se, ainda, analisar o perfil de turista que se adequará a estas aldeias e toda a região envolvente e quais as articulações com os lugares de proximidade se poderão projectar.

#### **12.4.1 Potencialidades das aldeias do Pessegueiro e do Esquio e perfil do turista**

De acordo com os resultados dos inquéritos o principal produto turístico que se poderá adaptar nestas duas aldeias é o lazer. O mercado alvo será famílias e/ amigos. Devido às acessibilidades precárias destas zonas, os turistas e visitantes, teriam que se deslocar a pé, podendo ser criado um circuito pedestre que envolvesse outras aldeias da serra do Espinhal. Devido ao intenso esforço físico que este trajecto apresenta a faixa etária que se enquadra no perfil do turista que poderá visitar estas aldeias será dos 18 aos 55 anos. Ao observarmos as correlações entre a variável Idade e Grau de conforto, observamos que com o aumento da idade o grau de conforto diminui.

As motivações que levará turistas e visitantes a estes locais são diversas. Ao analisarmos os questionários verificamos que a principal motivação apontada foi o descanso, o sossego e a tranquilidade, ou seja, a fuga, ao stress e ruído das áreas urbanas. Contudo, podemos apontar ainda a familiaridade com os espaços sendo, sobretudo, um regresso às origens; contacto com o mundo rural e absorver a sua cultura e tradições; contacto com a natureza e com um ambiente saudável para fins terapêuticos; aquisição de residências secundárias; prática de actividades lúdicas e desportivas; ligação com a paisagem envolvente e todo o misticismo que esta oferece; desejo de novas aventuras e experiências. Deste modo, a modalidade de turismo a adoptar para estes locais será o Turismo Rural e o Turismo de Natureza.

Estes espaços são aprazíveis e apreciados por jovens e adultos. Para uma faixa etária mais jovem e jovem adulta poderá apostar-se no turismo activo, com grande aposta em actividades ao ar livre e desportivas. Este tipo de turismo é ainda um pequeno nicho de mercado mas em rápida expansão. A orografia do terreno, abundância de linhas de água que caracterizam estas zonas montanhosas é propícia para a sua implementação. Cerca 22% dos inquiridos apontou como principal potencialidade destas aldeias e zona envolvente actividades ao ar livre e prática de desportos. As actividades com maior dinamismo em áreas de montanha são: BTT, passeios pedestres, Rafting, kayaking, actividades equestres (ver quadro 16). O público-alvo deste tipo de actividades são maioritariamente jovens e jovens adultos do sexo masculino, classe média/ alta, que procura aventura e contacto com a natureza.

Actividades de Turismo Activo	
Classificação de acordo com repertório “Turismo Activo” (DINT/ICED, s.d.)	
- Aluguer de barcos;	- Montanhismo;
- Aluguer de motas de água;	- Observação de aves;
- Aluguer de motas e bicicletas;	- Observação de golfinhos e baleias;
- Asa delta e parapente;	- Orientação;
- Balonismo;	- Paintball;
- Bicicletas Todo Terreno (BTT);	- Paraquedismo;
- Caça;	- Parasciling;
- Canyonning, Hydrospeed, Kayak;	- Passeios pedestres;
- Canoagem;	- Pesca desportiva;
- Cruzeiros e passeios de barco;	- Rafting;

- Equitação;	- Rappel e Slide;
- Escalada;	- Surf, Windsurf e Bodyboard;
- Espeleologia;	- Ténis;
- Karting;	- Tiro ao alvo;
- Mergulho;	- Todo-o-Terreno (TT);
	- Vela.

**Quadro 16:** Actividades de Turismo Activo

Fonte: (JACINTO et RIBEIRO, 2001: 14)

Devido às condições propícias que o concelho de Penela dispõe, criou-se uma empresa vocacionada para este tipo de actividades. A **Go Outdoor** com sede na vila de Penela, contempla várias actividades ao ar livre, como BTT, caminhadas e travessias de kayak, promovendo diversos workshops com o objectivo de fomentar o contacto da natureza e a educação ambiental, com várias rotas e circuitos pré-definidos.

Outra iniciativa de enorme interesse e importância para a região é o **CISED – Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça**. O sistema espeleológico do Dueça é um dos maiores sistemas subterrâneos do país, localizado na serra de Sicó. Constituído por nove quilómetros de galerias, estão acessíveis através de um poço artificial recorrendo a técnicas de mergulho subterrâneo. Os principais objectivos do CISED são: “apoiar a exploração espeleológica no território; estimular a investigação científica; incentivar a cooperação entre as diferentes entidades que trabalham nos vários domínios disciplinares do território envolvente; divulgar nos meios científicos, técnicos e administrativos os conhecimentos entretanto adquiridos sobre o território; implementar, através do conhecimento científico adquirido, a realização de acções de Educação Ambiental; organizar reuniões científicas para apresentação, discussão e divulgação do conhecimento adquirido e das respectivas estratégias de desenvolvimento; promover o turismo ambiental no território; contribuir para uma atitude crítica das populações e agentes regionais e para uma visão ambientalmente sustentável do desenvolvimento regional”<sup>38</sup>.

O centro de BTT da Ferraria de S. João dispõe de vários percursos e rotas pré-definidas com diferentes níveis de dificuldade. São vários trilhos percorridos em terrenos montanhosos entre a aldeia do Gondramaz e várias aldeias da serra da Lousã. Este centro está equipado com uma estação de serviço que permite a lavagem e manutenção de bicicletas, e uma oficina disponível 24 horas. Para os desportistas está

<sup>38</sup> Site [www.cm-penela.pt/cised.php](http://www.cm-penela.pt/cised.php)

disponível wc's com duches. Este projecto está integrado no programa "Aldeias de Xisto".

As características físicas das aldeias em questão apresentam fortes potencialidades para a implementação de turismo de aldeia e turismo rural. Uma das razões que fariam voltar os inquiridos às aldeias seria a recuperação das habitações, mantendo a matriz arquitectónica que as caracteriza. Como actividades complementares podia-se integrar este projecto a percursos já pré-definidos, sobretudo, percursos pedestres, como:

- O percurso pedestre Pedra da Ferida é um trajecto de 2600 metros que se desenvolve ao longo do curso de água da Ribeira da Azenha, desde a aldeia do calvário até à cascata da Pedra da Ferida. Este constitui um dos percursos mais apreciados pelos visitantes que afluem à Vila do Espinhal.
- Grande Rota das Aldeias de Xisto: Ferraria de S. João – Casal de São Simão.

Foi feita uma análise SWOT (ver quadro 17) com o intuito de caracterizar as potencialidades turísticas da área envolvente, caracterizando e enquadrando o património edificado (monumentos e casas patrimoniais), o património ecológico (natural e paisagístico) e o património cultural e tradicional (eventos culturais e tradicionais, património gastronómico e produtos locais). Procedeu-se à análise dos Pontos Fracos (infra-estruturas existentes na região), Pontos Fracos (infra-estruturas deficientes ou inexistentes), Potencialidades (características e singularidades que o território possui e que podem ser aproveitadas) e Ameaças (obstáculos).

Os serviços de administração municipal do concelho de Penela apostam sobretudo no turismo e, sobretudo, no turismo rural, que tem contribuído para a divulgação, dinamização e desenvolvimento deste território de baixas densidades. O concelho de Penela possui uma localização privilegiada, situando-se a 30 km de Coimbra, uma dos principais centros urbanos da Região Centro, servidos por boas redes viárias como a A1 e a IC3. Esta região de Penela possui uma grande mancha florestal e sendo o sector primário o principal sector económico é abundante em paisagens agrícolas. Possui também vários recursos naturais de interesse público como a Cascata da Pedra Ferida localizada na Serra do Espinhal; as Represas Naturais da Louçainha localizadas, igualmente, na Serra do Espinhal, possuindo um complexo de piscinas naturais com Bandeira Azul desde 2007; o Vale do Rabaçal apreciado pela sua paisagem árida onde predomina o calcário e vegetação rasteira, extraído-se neste local a erva de Sta. Maria usada na confecção do Queijo do Rabaçal; Monte de Vez onde se

pode observar um moinho de vento e uma pequena capela; a serra do Espinho atravessada por diversas linhas de água, com uma grande variedade de fauna e flora e várias aldeias rústicas.

A nível do património arquitectónico os pontos de maior interesse turístico são: o castelo de Penela, monumento nacional (decreto 16/6/1910), datado do século XI; Igreja de S. Miguel datada do século XVI; pelourinho de Penela da época medieval; Igreja da Misericórdia datado da segunda metade do século XVI; Igreja de Santa Eufémia reformado na época renascentista; pelourinho manuelino de Podentes; Igreja Matriz de Podentes reformada no século XIX; Igreja Matriz do Rabaçal reformada no século XVIII; Villa Romana do Rabaçal datada do século IV dC.; castelo do Germanelo construído no tempo da reconquista cristã; Convento de Santo António datado se 1578 e reformado no século XVIII; Igreja Matriz da Cumieira datada do século XV; Aldeia de Ferraria de S. João situada na freguesia da Cumieira, totalmente requalificada e recuperada parte integrante do Programa Aldeias de Xisto; Capela de S. João do Deserto localizada no ponto de maior altitude da Serra do Espinho; Igreja Matriz do Espinho datada do século XV.

A indústria com maior representatividade económica e a agro-alimentar. O produto com maior destaque nesta região é o queijo Rabaçal de fabrico artesanal, seguido do vinho das Terras de Sicó e da noz. Para a promoção dos produtos endógenos da região realiza-se anualmente a Feira das Nozes na vila de Penela e a Feira do Mel na vila do Espinho.

O concelho de Penela promove vários eventos e workshops para promoção do turismo cultural. São exemplos: Curso de Verão Património e sustentabilidade no Maciço Sicó; Curso de Fotografia Digital – Do calcário ao Xisto por Terra de Penela; Adesão ao projecto Foro Ibérico de Ciudades Amuralhadas; Programa “Sons do Património; trabalhos arqueológicos que se realizam anualmente no Verão na Villa Romana do Rabaçal, com voluntários nacionais e estrangeiros; Feira Medieval realizada anualmente.

A nível de infra-estruturas de apoio, o concelho de Penela possui vários estabelecimentos de Turismo Rural como a Casa do Zé Sapateiro, a Quinta do Espanhol e a Quinta do Couço. O concelho é dotado de boa sinalética dos pontos turísticos de maior interesse, com informação complementar. Pode-se ainda contemplar e admirar a beleza paisagística através de vários miradouros espalhados no concelho.

A aposta no Turismo Sustentável constitui outra mais-valia destes espaços. O município de Penela integra a rede europeia de “Living Labs” desde Abril de 2010, com o projecto Município de Penela *Smart Rural Living Lab*. Este projecto tem como principais objectivos promover junto da comunidade a inovação, a criatividade e o espírito empreendedor, que permitam o surgimento de novos produtos, serviços e oportunidades de negócio, tendo em vista a protecção ambiental, florestal e patrimonial.

Por último, podemos apontar como ponto forte, o associativismo entre várias associações de cariz regional:

- **Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte:** promove o “desenvolvimento sustentado e integrado do Pinhal Interior Norte, propondo-se a potencializar os seus recursos endógenos, esbater assimetrias e a interioridade, valorizar o seu património cultural, gastronómico e ambiental, bem como criar sinergias impulsionadoras dum bem-estar económico e social dos seus habitantes.”<sup>39</sup> Os principais objectivos desta associação é a promoção de iniciativas de desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões abrangidas, articulação com os vários órgãos municipais, participação em programas de desenvolvimento como o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), parcerias com várias entidades públicas de carácter supra-municipal.

- **Associação de desenvolvimento do Ceira (Dueceira):** com forte implementação na potencialização do Turismo de Natureza, desenvolvimento rural, ensino e formação profissional, floresta e energias alternativas.

- **Associação de desenvolvimento Terras de Sicó – Adsicó:** formada em 1995, tem como principal objectivo o desenvolvimento local (social, económico e culturalmente) apoiando-se no marketing para a promoção de produtos turísticos e implementação de estratégias para alcançar novos mercados.<sup>40</sup>

Relativamente aos pontos fracos do concelho, importa referir em primeiro lugar a situação socioeconómica e demográfica da região, com baixo nível de instrução/qualificação, o que leva a uma deficiente cultura científica e técnica dos cidadãos com reflexos na capacidade de adaptação e aplicação de determinadas tecnologias. Indústria fortemente dependente de mão-de-obra pouco qualidade e oriunda do sector primário. Existe predominantemente uma população envelhecida, com fracos

---

<sup>39</sup> Site [www.cimpin.pt](http://www.cimpin.pt), consultado a 22 de Julho de 2010

<sup>40</sup> Site [www.terrasdesico.pt](http://www.terrasdesico.pt), consultado a 22 de Julho de 2010

recursos económicos. É um dos concelhos do distrito de Coimbra com menor densidade populacional. Apesar dos crescentes esforços de investimento na inovação e promoção do empreendedorismo, estes são ainda insuficientes, apesar de se começar a observar sinais positivos.

Subsiste um desajustamento entre as qualificações adquiridas pela camada mais jovem do município e os sectores estratégicos do município como a agricultura, a floresta e o turismo.

Predomínio de áreas florestais abandonadas, que desta forma colocam em risco a protecção do ecossistema vegetal, representando um elevado risco de incêndio.

Na área do turismo, apesar dos esforços das entidades locais na promoção e desenvolvimento o seu património, ainda existe pouca contribuição activa para a conservação do património natural e cultural. Como consequência, muitos edifícios de grande valor arquitectónico estão em péssimo estado de conservação e condenadas à extinção.

As empresas de actividades ligadas ao sector turístico são de âmbito local e de reduzida dimensão. Paralelamente, existe ainda uma incipiente valorização comercial das produções locais.

Este concelho carece de infra-estruturas de apoio aos turistas e visitantes. Existe freguesias não servidas por transporte público regular ou dependente do calendário escolar. Má acessibilidade a alguns pontos turísticos da região, como é o caso das aldeias serranas em estudo. Apesar da existência de um posto de Turismo, este necessita de mais e melhor informação sobre o espaço e geografia do concelho bem como o conhecimento dos locais e pontos com potencial interesse. O concelho requer igualmente um maior número de instalações sanitárias para apoio aos turistas. A inexistência de um parque de campismo constitui outro ponto fraco, numa região que aposta sobretudo no turismo de natureza. Outro ponto a realçar é o número reduzido de parques de merenda e espaços de lazer. A rede de transportes públicos que faz a ligação entre Penela e os municípios periféricos é restrita e limitada com horários de funcionamento pouco alargados.

Permanece uma incapacidade de fixação de turistas e visitantes no município. A gestão do aproveitamento do potencial turístico oferecido pelo património histórico/cultural e natural da região é ainda inoperante.

No que respeita às potencialidades do concelho de Penela, o turismo rural e o de natureza/aventura constituem excelentes oportunidades de desenvolvimento e promoção



do território, por todas as razões já referenciadas anteriormente. O turismo é, actualmente, um sector de mercado com grande dinamismo, sendo responsável por trazer uma nova dinamização, vitalidade e um maior desenvolvimento económico a zonas de baixas densidades. Surgimento de novos empregos rurais em áreas como o turismo e o lazer, os produtos agro-alimentares, o artesanato, actividades respeitantes à protecção e salvaguarda do património natural e nos serviços ligados às novas telecomunicações.

Identificam-se novos nichos de mercado para estas zonas rurais que passam pela oferta de produtos, cuja base são os recursos locais naturais e culturais, a segmentos de mercado específicos. É exemplo o aumento da procura do lazer rural bem como o turismo sénior que tem visto aumentar consideravelmente a sua dimensão demográfica e económica.

A valorização nacional do património natural purifica a imagem da própria região e pode ser um factor proeminente de recuperação e restauro da auto-estima da população das áreas mais carenciadas.

Existe algum desenvolvimento do sector terciário hotelaria, restauração, serviços e comércio, podendo criar-se novas infra-estruturas como spa's e casas de refúgio. Paralelamente, existe uma crescente valorização e promoção dos produtos endógenos pelas entidades públicas locais e regionais.

Existência de rotas e circuitos turísticos de carácter, sobretudo, regional, que se podem enquadrar em rotas nacional:

- **Rota dos castelos:** Castelo de Penela – Castelo do Germanelo;
  - **Rota da Romanização:** Espaço – Museu – Estação Arqueológica do Rabaçal.
- Dinamização de eventos de promoção a uma escala nacional.

Quanto às ameaças é essencial voltar a referir as baixas densidades populacionais e a falta de formação específica no sector turístico da população do município. A proximidade de centros turísticos dinamizadores na Região Centro como Coimbra e Conímbriga.

Referindo-me agora, essencialmente, ao caso de estudo. A existência de um total desconhecimento das aldeias estudadas e da sua localização por parte das povoações vizinhas bastante próximas das mesmas, pode ser uma das principais ameaças à implementação de um projecto turístico no local. Será, portanto, necessário existir uma maior divulgação deste património cultural de modo a potencializar os espaços.

#### Pontos Fortes:

- Localização privilegiada, a 30 km de Coimbra;
- Forte aposta no Turismo Cultural;
- Recursos naturais:
  - Paisagem agrícola e florestal
  - Fauna e flora
  - Hidrografia: serra atravessada por diversas linhas de água
  - Património de natural de grande valor turístico;
- Recursos e valores culturais:
  - Sociedade ainda marcadamente rural
  - Património histórico edificado;
- Produtos endógenos;
- Eventos culturais:
  - Feira e exposições de produtos locais
  - Feiras e programas temáticos;
- Infra-estruturas de apoio:
  - Boa sinalética;
  - Alojamento de Turismo rural;
- Aposta no turismo sustentável.

#### Pontos Fracos:

- Baixa densidade populacional e baixos níveis de instrução;
- Dificuldade de executar os investimentos necessários ao desenvolvimento económico;
- Desajustamento de qualificações face às ofertas de mercado da região;
- Falta de infra-estruturas de apoio aos turistas ex. Parque de campismo:

#### Potencialidades:

- Turismo Cultural;
- Turismo de Natureza/Aventura;
- Integração do concelho em rotas turísticas a nível nacional;
- Implantação de casas de refúgio e SPA's ;
- Dinamização de eventos de promoção turística a nível nacional.

#### Ameaças:

- Territórios de baixas densidades;
- Proximidade a cidades muito dinâmicas;
- Ausência de conhecimento e divulgação da área em estudo.

**Quadro 17:** Quadro de análise SWOT ao município de Penela

Elaboração própria

### 13. Conclusão

Hoje, as áreas de montanha são procuradas para práticas desportivas, desfrutando da sua paisagem terapêutica, relaxante, do seu silêncio e qualidades ambientais.

São zonas conotadas como “uma parte importante do tesouro ecológico da Europa, fornecendo paisagens estéticas e recreativas, elevada biodiversidade de espécies e habitats enraizados em sistemas sustentados de uso do solo” (EEA, 1999: 377).

Na primeira parte do trabalho, seguindo uma metodologia de revisão bibliográfica, apontámos a evolução das políticas internacionais e nacionais específicas para as zonas rurais, podendo retirar algumas conclusões. As primeiras políticas rurais visavam o desenvolvimento económico destas zonas, fomentando a produção agrícola. Contudo, eram políticas que não previam a sustentabilidade ambiental.

Paulatinamente, ressurgem novas legislações contemplando a preservação e conservação do património cultural e natural das mesmas, denotando-se a existência de uma maior preocupação com a sustentabilidade destes espaços.

Observamos que existe, igualmente, uma maior consciencialização social de preservação e protecção dos habitats naturais, impulsionada, principalmente, pela crescente mediatização da cobertura dada pelos *mass media* aos problemas ambientais.

Apontámos as razões do despovoamento acelerado das zonas rurais após a década de sessenta, com um aumento dos fluxos migratórios e um intenso êxodo rural para os principais centros urbanos, na busca de melhores recursos económicos. Paralelamente, o abandono destes espaços vai originar problemas de sustentabilidade, modificando igualmente as paisagens agrícolas que os caracterizam.

Que novos rumos para o rural? As novas oportunidades de desenvolvimento passa por aproveitar o seu património cultural, o legado que o Homem deixou nesses espaços e sobretudo, aproveitar as suas paisagens naturais e qualidade ambiental. Deste modo, as antigas funções vinculadas ao sector primário vão ser substituídas por funções ligadas ao lazer, vinculados ao turismo.

Portugal possui características físicas e naturais para a implementação do turismo. Contudo, para a revitalização das áreas rurais é necessário abertura a novos segmentos turísticos ainda com fraca implementação no território nacional, como o turismo de Natureza e o Turismo Rural.

O tema de caso de estudo que nos propusemos analisar foram as aldeias do Pessegueiro e do Esquio situadas na Serra do Espinhal. Depois de feita a caracterização sócio-económica do concelho e de Penela e da freguesia do Espinhal, procedemos ao estudo da história local da aldeia do Espinhal, para apontarmos as causas da perda de centralidade deste local, verificando um acentuado declínio social e económica após a terceira invasão francesa que foi verdadeira destrutiva.

Através da exploração de narrativas pessoais a antigos habitantes da aldeia do Pessegueiro conseguimos reconstruir um pouco da história daquela comunidade. Analisamos também o estado de conservação dos imóveis de cada aldeia e verificamos que a aldeia do Pessegueiro por ter sido a última a ficar completamente despovoada, as habitações modificações estruturais recentes, apresentando-se em melhor estado de conservação que a aldeia do Esquio, cuja totalidade dos imóveis encontra-se em avançado estado de ruína.

Servindo de apoio à realização do trabalho elaborou-se um inquérito dividido em duas partes, uma primeira parte destinada a avaliar o potencial turístico e principais problemas da aldeia do Pessegueiro e a segunda parte destinada a avaliar os mesmos requisitos na aldeia do Esquio. Depois de reunida e analisada a informação concluiu-se que existe um segmento jovem com gosto e interesse pela prática de actividades desportivas e lúdicas e um segmento jovem adulto que apresentou como principais atractivos e potencialidades o lazer, a calma, tranquilidade e sossego.

Deste modo, analisou o perfil do turista e as actividades que podem se implementar nestes espaços. O turismo de Natureza aliado ao turismo rural poderá ser uma das possibilidades que se podem enquadrar na dinamização e revitalização dos mesmos.

Após a análise SWOT ao concelho de Penela pode-se extrair pontos fortes e pontos fracos para a realização de um projecto turísticos nestas aldeias. Concluímos, deste modo, quais as capacidades de inovação institucional para esta zona de baixas densidades:

- Laços de cooperação, associativismo e brainstorming;
- Benchmarking: procura continua de novas técnicas, métodos, práticas de gestão que se ajustem às necessidades e exigência do mercado, procurando uma melhoria contínua dos processos de desenvolvimento e inovação;
- Combater o desequilíbrio social, promovendo a formação em áreas de maior destaque e que oferecem maiores potencialidades na região;

- Destaca-se dois tipos de (re)orientação para fazer face às novas tendências:

- Mudança de paradigma - a concessão de subsídios deve ser substituída pela aposta em investimentos estratégicos que permitam desenvolver novas actividades (por exemplo, a aposta nas especificidades locais como uma forma de originar novas vantagens competitivas);

- Aumento da utilização de parcerias entre os sectores público, privado e voluntariado no desenvolvimento e implementação de políticas regionais e locais.

Pelo exposto ao longo desta dissertação, verificamos que “a capitalização das baixas densidades, a concepção de que mesmo em espaços geográficos com escasso poder polarizador se podem encontrar bases para um desenvolvimento alternativo, mais qualitativo, embora também conciliador com os paradigmas mais racionalistas, constituem plataformas de reflexão que abrem importantes interrogações e algumas esperanças para o futuro de alguns territórios e populações.” (CRAVIDÃO e FERNANDES, 2003: 418). Os espaços de montanha, inclusive as aldeias estudadas, oferecem uma alternativa de lazer, recreação e turismo. As qualidades intrínsecas a estes espaços de baixas densidades como o silêncio, ambiente saudável, património natural e cultural são recursos que devem ser aproveitados e explorados, de modo a não deixar cair no esquecimento e abandono preservando a memória das comunidades que aí residiram e do legados por estas deixado.

### Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, António Campar (1999): “A apreciação da paisagem na serra da Boa Viagem”. In *Actas do III Congresso da Geografia Portuguesa, Porto, Setembro de 1997*. Lisboa, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, pp.37-46;
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2003): “Um rural sem território”. In José Portela e João Castro Caldas (org.s). *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 47-66;
- BUTLER, Richard e HALL, C. Michael (1998): “Image and reimagining of rural areas”. In BUTLER, Richard, HALL, C. Michael e JENKING, John (1998): *Tourism and Recreation in Rural Areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp.115-122;
- CALADO, Isabel (1994): *A utilização educativa das Imagens*. Porto, Porto Editora, pp.23-31;
- CARDOSO, António (2001): “Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais”. In *Actas do Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política Rupturas*. Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- CARVALHO, João Manuel (1996): *Espinhil 800 anos de história*. Lousã, Câmara Municipal de Penela, pp. 35- 240;
- CARVALHO, João Manuel (1974): *A Freguesia do Espinhil do Concelho de Penela de 1812 a 1862 (Estudo de Demografia Histórica)*, Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 359 pp. (+ anexos);
- CAVACO, Carminda (2003): “Ambientes e usos do território: reflexões incómodas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 189-198;
- CAVACO, Carminda (2005): “As paisagens rurais: do ‘determinismo natural’ ao ‘determinismo político’?”. In *Finisterra* Vol. XL, nº 79. Lisboa, CEG- Centro de Estudos Geográficos, pp. 73-101;
- CAVACO, Carminda (2004): “Desafios de desenvolvimento rural. Notas de Leitura”. In *Finisterra* Vol. XXXIX, nº 78. Lisboa, CEG- Centro de Estudos Geográficos, pp. 99-112;
- CORREIA, Rui (2000): “Parque Natural de S. Mamede”. In *Actas Ciclo de Debates 2000. Turismo e Natureza perspectivas de intervenção*. Faro. IFT, pp. 41-53
- CRAVIDÃO, Fernanda e FERNANDES, João Luís (2003): “Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de "olhar" o território?”. In *Revista Portuguesa de História, tomo XXXVI, vol.2*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 417-429;
- CUNHA, Lúcio (2003): “A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp.175-191;
- FERNANDES, Gonçalo Poeta (2003): “Percepções e Significados dos Espaços de Montanha: Da Desarticulação Produtiva à Revalorização Eco-Cultural”. In *Actas do II Congresso de Estudos Rurais - Ilhas, Montanhas e outros territórios rurais*. Terceira, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- FERNANDES, Gonçalo Poeta (2009): “ Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território”. In *Actas do 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional*. Cabo Verde, UniPiaget, pp. 2969-2987;
- FERNANDES, João Luís (2001): “A sustentabilidade na rede nacional de pequenos e médios lugares”. In *O Correio de Pombal*. Pombal, 18 de Maio;
- FERNANDES, João Luís (2003): “Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG – Centro de Estudos Geográficos, pp. 56-57;

- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (2003): “Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG – Centro de Estudos Geográficos, pp. 193-217;
- FERRÃO, João (2003): “Mudança Económica em Áreas Rurais. Uma Visão Evolucionista”. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, vol.XIX*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.245-253;
- FIGUEIREDO, Elisabete (2001): “Rural ou natural? O papel-chave do ambiente (os casos da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho)”. In *Actas do Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política Rupturas*. Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003): “Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp.149-166;
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003): *Um Rural para Viver, Outro para Visitar – O Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro. 612pp. ;
- FORTIN, Marie (1999): *O processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures, Lusociência, pp.
- GALHANO, Fernando e OLIVEIRA, Ernesto (2000): *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 8-43;
- GALHANO, Fernando e OLIVEIRA, Ernesto (1959): *A região e a casa Gandaresa*. Porto, Imprensa Portuguesa;
- GAGNON, Christiane (1994): *La Recomposition des Territoires. Développement local viable : récits et pratiques d'acteurs sociaux dans une région québécoise*. Paris, Éditions L' Harmattan, pp. 6-75;
- GARRETT, Almeida (2003): *Viagens na minha terra*. Porto, Porto Editora, pp. 68;
- GASPAR, Jorge (2001): “O retorno da paisagem à geografia: Apontamentos místicos”. In *Finisterra*, Lisboa, 2001, nº 72, pp. 83-99;
- GUERREIRO, Sara (2008): *Contributo para a caracterização e gestão da vegetação da Serra da Arrábida*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 307 pp. (+ anexos);
- GRAÇA, Laura Larcher (2003): “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 373-385;
- JACINTO, Paulo e RIBEIRO, Manuela (2001): “O Turismo Activo como Oportunidade para o Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais em Zonas Rurais: uma Análise Exploratória a partir da região do Douro”. In *Actas do Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política Rupturas*. Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- JANEIRO, Pedro (2004): “Estudos Rurais: Valores e Contra-Valores da Paisagem Rural (um apontamento fenomenológico)”. In *Actas do II Congresso de Estudos Rurais*. Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), pp. 62-76;
- JOLY, Martine (1994): *Introdução à Análise da Imagem*. Lisboa, Edições 70, pp. 8-40;
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2005): “Migrações”, in Medeiros, Carlos Alberto (dir.), Barata Salgueiro, Teresa & Ferrão, João (eds.) – *Geografia de Portugal. Vol. 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades*, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 87-126;

- MASSANO-CARDOSO, I. M. M. (2003): *Validação e Aferição do Endler Multidimensional Anxiety Scales (EMAS) para a População Portuguesa Adolescente – Portugal Continental*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, 240 pp. (+ anexos);
- MOURA, Maria P. (2006) *Diacronia e memória de uma paisagem. Análise Visual da Paisagem do Planalto Superior da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra 140 pp. (+anexos);
- MOREIRA, Fernando (1994): *O turismo em espaço rural. Enquadramento e expressão geográfica no território português*. Lisboa, CEG-UL, pp. 65-69;
- NEVES, António Oliveira; MAGALHÃES, Andreia; RELVAS Sónia (2001): “A Competitividade das Áreas Rurais: uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing”. In *Actas do Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território*. Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- NUNES, Adélia (2007): *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana" : extensão, causas e efeitos ambientais*, Tese de doutoramento em Letras, área de Geografia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra 317 pp. (+anexos);
- PEIXOTO, Luciana (2008): *O Património Geomorfológico – Glaciário do Parque Nacional da Peneda do Gerês: Proposta de Estratégias de Geoconservação*”. Dissertação de mestrado em Património Geológico e Geoconstrução apresentada à Universidade do Minho. Minho, 183 pp. (+ anexos);
- PÉREZ, Xerardo (2003): “Patrimonialização do espaço social rural e o património edificado: algumas notas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 231-248;
- PESSOA, Fernando (1966): *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa, Ática, pp. 136-138;
- PIMENTA, Belisário (1931): “A Campanha de Massena em Portugal”. In *Revista Militar*, Lisboa;
- RODOFSKY, Bernard (1982): *Architecture without Architects*. Londres, Academy Edition;
- RODRIGO, Isabel (2001): “A questão ambiental no rural e nas agriculturas da União Europeia”. In *Actas do Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território*. Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom);
- SEKULER, Robert e BLAKE, Randolph (2001): *Perception*. U.S., MC Graw-Hill INC., pp.5-38;
- SILVA, Joaquim Lino (1986): “Notas de Etnografia do Barroso – A Casa Aldeã: Partes constituintes e planta”. In *Revista Lusitana série 3*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 117-153;
- SILVA, Maura Lina (2009): *Aldeias de Xisto: Construção das Imagens do Turismo. Caso de estudo – Gondramaz*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura à Universidade de Coimbra. Coimbra, 204 pp. (+ anexos);
- SIMÕES, J. Santos (2003): *Memórias: Vila do Espinhal: encruzilhada de caminhos sob o olhar de Coimbra*. Espinhal, Junta de Freguesia do Espinhal, pp. 8-36;
- SOARES, Luis Jorge (2002): “A Realidade Incontornável da Dispersão”. In *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais n°33*. Lisboa, Edições Afrontamento, pp.14-27;
- SOARES, Rodrigo (1869): *O Archivo Rural – Jornal de Agricultura Arte e Sciencias Correlativas, Volume XII*. Lisboa, Typographia Universal, pp. 487-491;
- SOBRAL, José (2004): “O Genuíno, O Espúrio e a Identidade Local”. In *Etnográfica, vol.VIII*. Lisboa, CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 243-271;
- TOMÁS, Paulo Carvalho (2005): *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra de Lousã*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra, 656 pp. (+ anexos);



- TOMÁS, Paulo Carvalho e CORREIA Juliana (2008): “Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão”. In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade do Algarve (publicação em CDrom);
- VEIGA, José (2007): “Que actores para o desenvolvimento rural?”: In *Periferias e Espaços Rurais: Comunicações do II Congresso de Estudos Rurais*. Estoril, Príncipeia, pp. 351-361;
- WTO (World Tourism Organization (2002): *Tourism and Poverty Alleviation. Sustainable tourism can be one of the few development opportunities for the poor. Let us use it wisely and soon!*. Johannesburg, World Tourism Organization, pp. 37 – 47.

### **Diplomas:**

- Boletim EU 1/2 – 2003, Relatório do Comité das Regiões relativo à política comunitária para as zonas de montanha;
- Comunicação 2000/C 139/05, Orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER +;
- Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março relativo ao novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;
- Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Directiva 75/268/CEE do Conselho, de 28 de Abril de 1975, sobre agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas;
- Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens;
- Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios;
- Regulamento (CEE) n.º 2082/92 do Conselho relativo aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios;
- Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006 relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1784/1999.

### **Projectos e instrumentos de gestão territorial:**

- IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) – Estudo de caracterização do turismo no espaço rural e do turismo de natureza em Portugal;
- INE (Instituto Nacional de Estatística) – Censos 1991 (XIII Recenseamento Geral da População);
- INE (Instituto Nacional de Estatística) – Censos 2001 (XIV Recenseamento Geral da População);
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA: Estudo Demográfico do Concelho de Penela;
- JUNTA DE FREGUESIA DO ESPINHAL: *Estudo Demográfico da Vila do Espinhal*;
- PEN - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (FEADER), revisão Novembro 2009;
- PenelaPDICE – Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o município de Penela, Dezembro 2006;
- TURISMO DE PORTUGAL (2006) – Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural: A oferta e a procura;

- TURISMO DE PORTUGAL (2007) – Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural: A oferta e a procura;

- TURISMO DE PORTUGAL (2009) – Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural: A oferta e a procura.

### **Estatísticas e base de dados:**

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2005): *Atlas das Cidades de Portugal – Volume II 2004, 01 de Abril de 2005.*

### **Fontes impressas:**

- *Revista Evasões*, Maio de 2009;

- *Revista Infante*, Junho de 2009

### **Páginas de Internet:**

- ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto) (2008): *Estatutos ADXTUR.*

(In [www.aldeiasdoxisto.pt](http://www.aldeiasdoxisto.pt); consultada a 12/01/2010).

- ROTEIRO TERRAS DE SICÓ (2005): Descrição do circuito 2 de Penela ao Rabaçal.

(In [terrassico.lac.pt](http://terrassico.lac.pt); consultada a 14/04/2010);

- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR NORTE

(in [www.cimpin.pt](http://www.cimpin.pt); consultado a 22 de Julho de 2010).

## Índice de quadros

	<b>Pág.</b>
- Quadro 1: Áreas Rurais: situações – tipo e principais trajectórias de evolução	14
- Quadro 2: Contributo para a economia local dos actores locais	28
- Quadro 3: Contributo dos actores não locais para a economia local	29
- Quadro 4: Turismo em espaço rural 2006/2007/2009	35
- Quadro 5: Capacidade de alojamento por NUTS II	36
- Quadro 6: População residente no Pinhal Interior Norte 1991 e 2001	54
- Quadro 7: Densidade populacional, taxa de crescimento efectivo e taxa de crescimento natural no Pinhal Interior Norte	56
- Quadro 8: População no concelho de Penela, nas freguesias e NUT III	58
- Quadro 9: População por grupo etário em 1991 e 2001	58
- Quadro 10: População residente no município de Penela empregada por nível de instrução	59
- Quadro 11: Evolução demográfica da freguesia do Espinhal 1875-2001	65
- Quadro 12: Densidade populacional na Aldeia do Pessegueiro e do Esquio 1991 e 2001	63
- Quadro 13: Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável interesse pela paisagem consoante a aldeia	104
- Quadro 14: Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável segurança consoante a aldeia	104
- Quadro 15: Resultados da aplicação do teste dos sinais à variável grau de conforto consoante a aldeia	104
- Quadro 16: Actividades de Turismo Activo	114
- Quadro 17: Quadro de análise SWOT ao município de Penela	121

## Índice de figuras

	<b>Pág.</b>
- Figura 1: Culturas agrícolas	18
- Figura 2: Espécies Florestais	18
- Figura 3: Variação da população residente 1981 – 1991	20
- Figura 4: Variação da população residente 1991-2001 por concelho	20
- Figura 5: Casa do Lavrador Abastado na Vila da Lousã	23
- Figura 6: Pequena capela na aldeia de Covelos, pertencente ao concelho de Lousã	23
- Figura 7: Mapa Hipsométrico de Portugal continental	46
- Figura 8: Caracterização geográfica Pinhal Interior Norte	55
- Figura 9 : Mapa de enquadramento geográfico do concelho de Penela	57
- Figura 10: Mapa de enquadramento geográfico da freguesia do Espinhal	60
- Figura 11: Estado de conservação de imóveis públicos e privados – aldeia do Pessegueiro	83
- Figura 12: Estado de conservação de imóveis públicos e privados – aldeia do Esquio	83

**Índice de gráficos;**

	<b>Pág.</b>
- Gráfico 1: Desenvolvimento sustentável: objectivos a incrementar pelas empresas turísticas	32
- Gráfico 2: Evolução do volume de viagens de turismo de natureza. Período 1997-2004	34
- Gráfico 3: Evolução anual do nº médio de hóspedes por estabelecimento	39
- Gráfico 4: O Marketing Territorial	41
- Gráfico 5: Apropriação e transformação da montanha a partir dos anos 60	49
- Gráfico 6: População empregada por sector de actividade no concelho e NUT III (em 1991 e 2001)	59
- Gráfico 7: Distribuição da amostra segundo o genro sexual	89
- Gráfico 8: Distribuição da amostra segundo a variável idade	89
- Gráfico 9: Distribuição da amostra segundo a naturalidade	90
- Gráfico 10: Distribuição da amostra segundo a residência (Concelho e Freguesia)	91
- Gráfico 11: Distribuição da amostra segundo as habilitações literárias	91
- Gráfico 12: Distribuição da amostra segundo a área de formação	92
- Gráfico 13: Distribuição da amostra segundo a profissão	93
- Gráfico 14: Distribuição da amostra segundo o grau de conforto	93
- Gráfico 15: Distribuição da amostra segundo o grau de desconforto Pessegueiro e Esquio	94
- Gráfico 16: Distribuição da amostra segundo o grau de interesse Pessegueiro e Esquio	95
- Gráfico 17: Distribuição da amostra segundo o grau de segurança Pessegueiro e Esquio	95
- Gráfico 18: Distribuição da amostra segundo o grau de tranquilidade Pessegueiro e Esquio	96

- Gráfico 19: Distribuição da amostra segundo os elementos paisagísticos mais marcantes Pessegueiro	97
- Gráfico 20: Distribuição da amostra segundo os elementos paisagístico mais marcantes Esquio	98
- Gráfico 21: Distribuição da amostra segundo as potencialidades da aldeia do Esquio e do Pessegueiro	106
- Gráfico 22: Distribuição da amostra segundo os problemas da aldeia do Pessegueiro e Esquio	107
- Gráfico 23: Distribuição da amostra segundo os acontecimentos que sugerem a aldeia do Pessegueiro e do Esquio	108
- Gráfico 24: Distribuição da amostra o que faria voltar à aldeia do Esquio e do Pessegueiro	109

**Índice de fotografias:**

	<b>Pág.</b>
- Fotografia 1: Capela de Santa Quitéria, aldeia do Esquio	68
- Fotografia 2: Alminhas na aldeia do Pessegueiro	69
- Fotografia 3: Habitação aldeia do Esquio	70
- Fotografia 4: Vista parcial da aldeia do Esquio	71

**Índice Geral:**

	Página
- Agradecimentos	1
- Resumo	2
- Abstract	3
<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
1.1 Temática e objectivos de investigação	6
1.2 Estrutura metodológica da dissertação	6
<b>2. Compressão do espaço-tempo e fruição do território</b>	<b>8</b>
<b>3. A marginalização dos espaços rurais</b>	<b>10</b>
<b>4. O caso português</b>	<b>12</b>
4.1 O despovoamento e a multifuncionalidade	12
4.2 Análise da conjuntura económica e social do espaço rural português	16
4.3 À redescoberta do rural: do regresso às origens à importância das paisagens rurais	20
<b>5. A política europeia. Os caminhos do nosso rural</b>	<b>25</b>
<b>6. Ambiente: uma questão social</b>	<b>30</b>
<b>7. Turismo rural</b>	<b>32</b>
7.1 Do ecoturismo ao Turismo de Natureza e Turismo Rural	32
7.2 O Turismo Rural em Portugal	34
<b>8. Paisagens multisensoriais, a imagem e o marketing territorial</b>	<b>40</b>
<b>9. Áreas de montanha – principais dinâmicas sócio-económicas</b>	<b>45</b>
<b>10. Dinâmica territoriais e assimetrias de desenvolvimento</b>	<b>54</b>
10.1 Pinhal Interior Norte – Localização	54



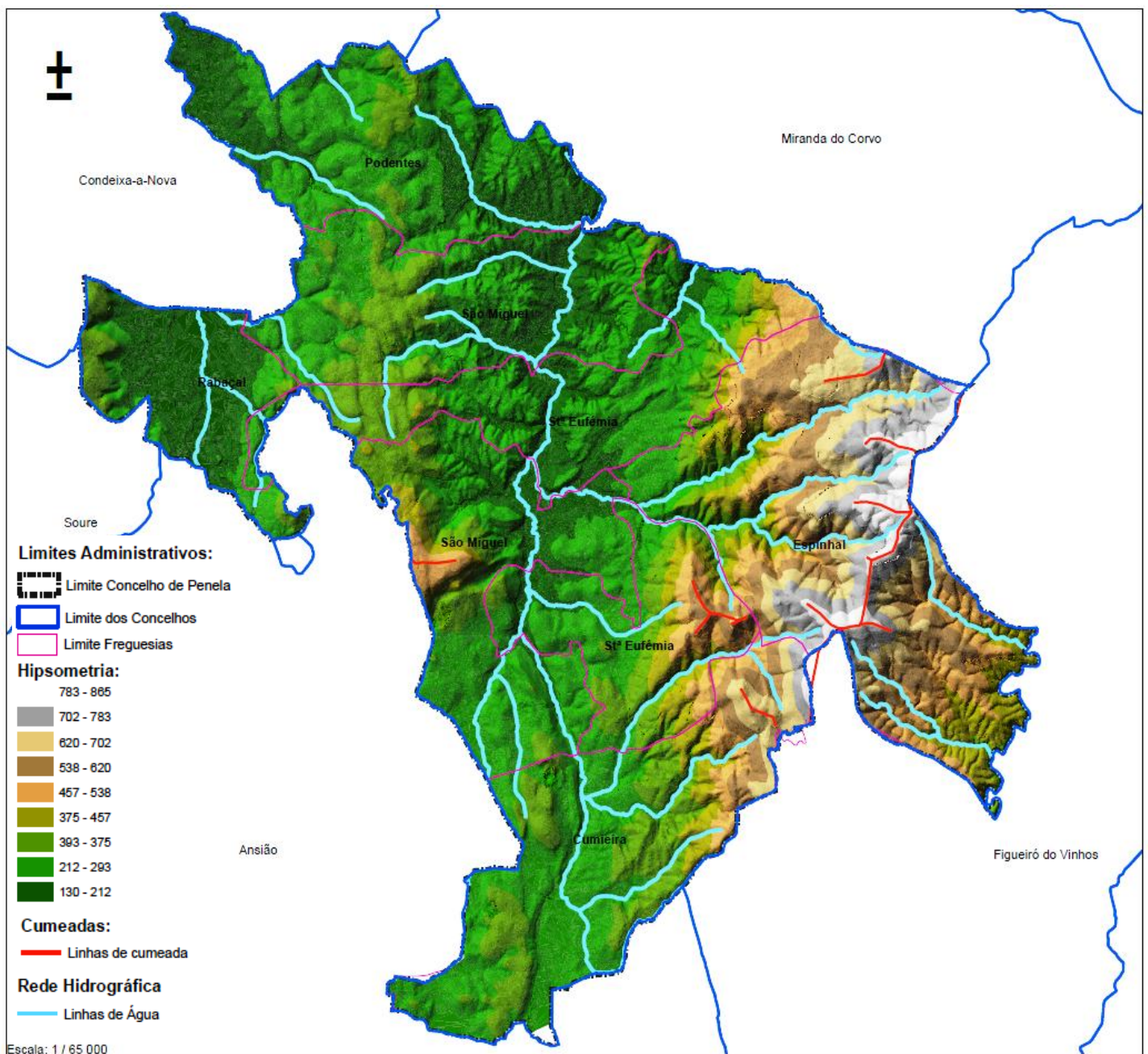
10.2 Concelho de Penela – Caracterização sócio-económica	56
10.3 A vila do Espinhal – Uma abordagem histórica	60
10.4 Aldeias do Pessegueiro e do esquio – Estrutura e organização interna/potencialidades	68
<b>11. Processos de privatização das aldeias rurais</b>	<b>76</b>
<b>12. Análise do caso de estudo</b>	<b>79</b>
12.1 Análise perceptiva. Contextualização metodológica	79
12.2 Caso de estudo. O que subsiste	81
12.3 Análise metodológica da investigação	84
12.3.1 Objectivos gerais	84
12.3.2 População alvo e amostra do estudo	85
12.3.3 Material e Métodos	85
12.3.4 Instrumentos de colheita de dados utilizados	86
12.3.5 Colheita de dados	86
12.3.6 Tratamento Estatístico	88
12.3.7 Apresentação e análise dos resultados	88
12.3.8 Análise Descritiva	88
12.3.8.1 Caracterização sócio-demográfica	88
12.3.9 Análise Inferencial	98
12.4 Discussão dos resultados	110
12.4.1 Potencialidades das aldeias do Pessegueiro e do Esquio- Perfil do Turista	113
<b>13. Conclusão</b>	<b>122</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>125</b>
<b>Índice de quadros</b>	<b>130</b>
<b>Índice de figuras</b>	<b>131</b>
<b>Índice de gráficos</b>	<b>132</b>

**Índice de fotografias**

**134**

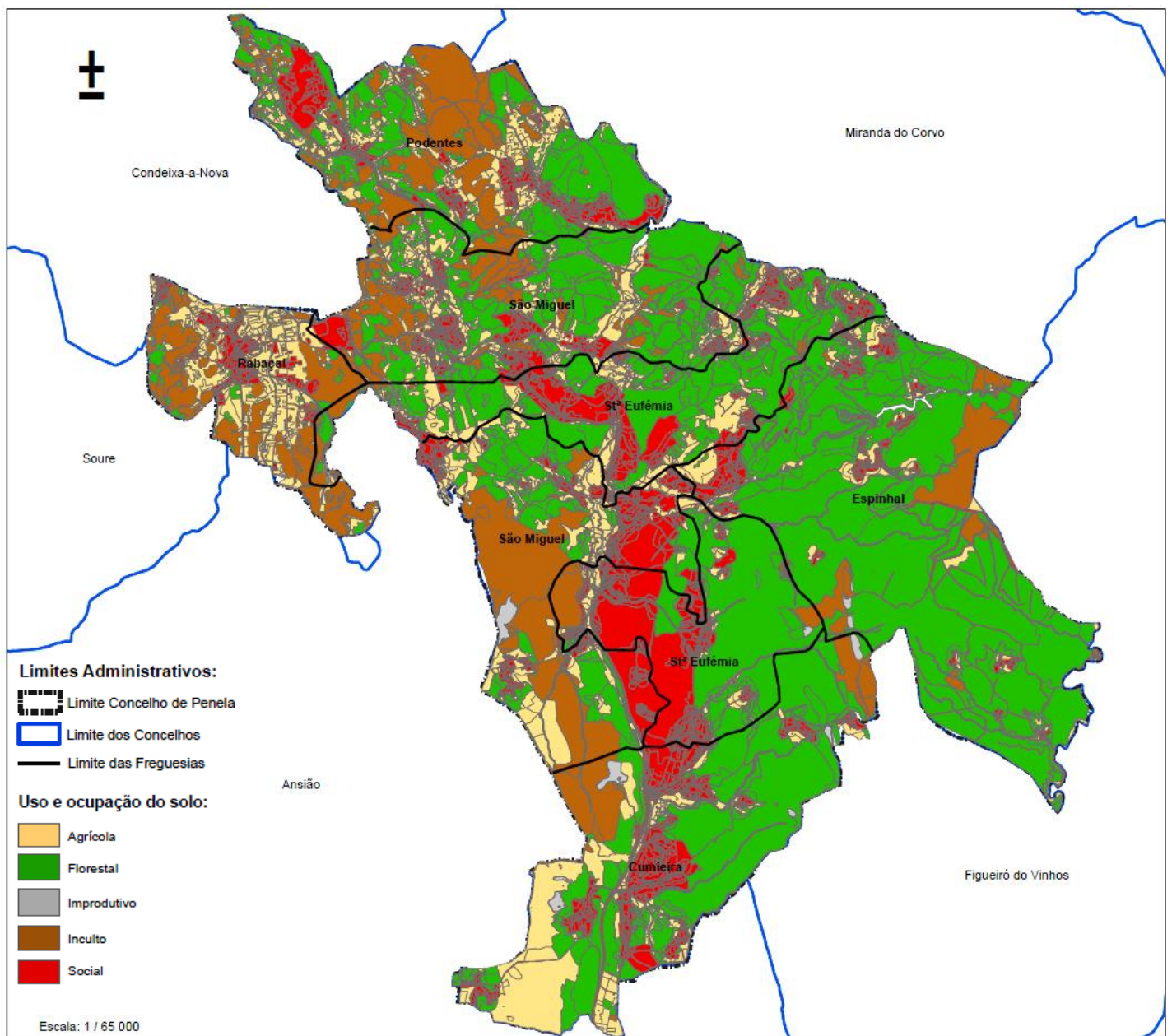
**Anexos**

## Anexos



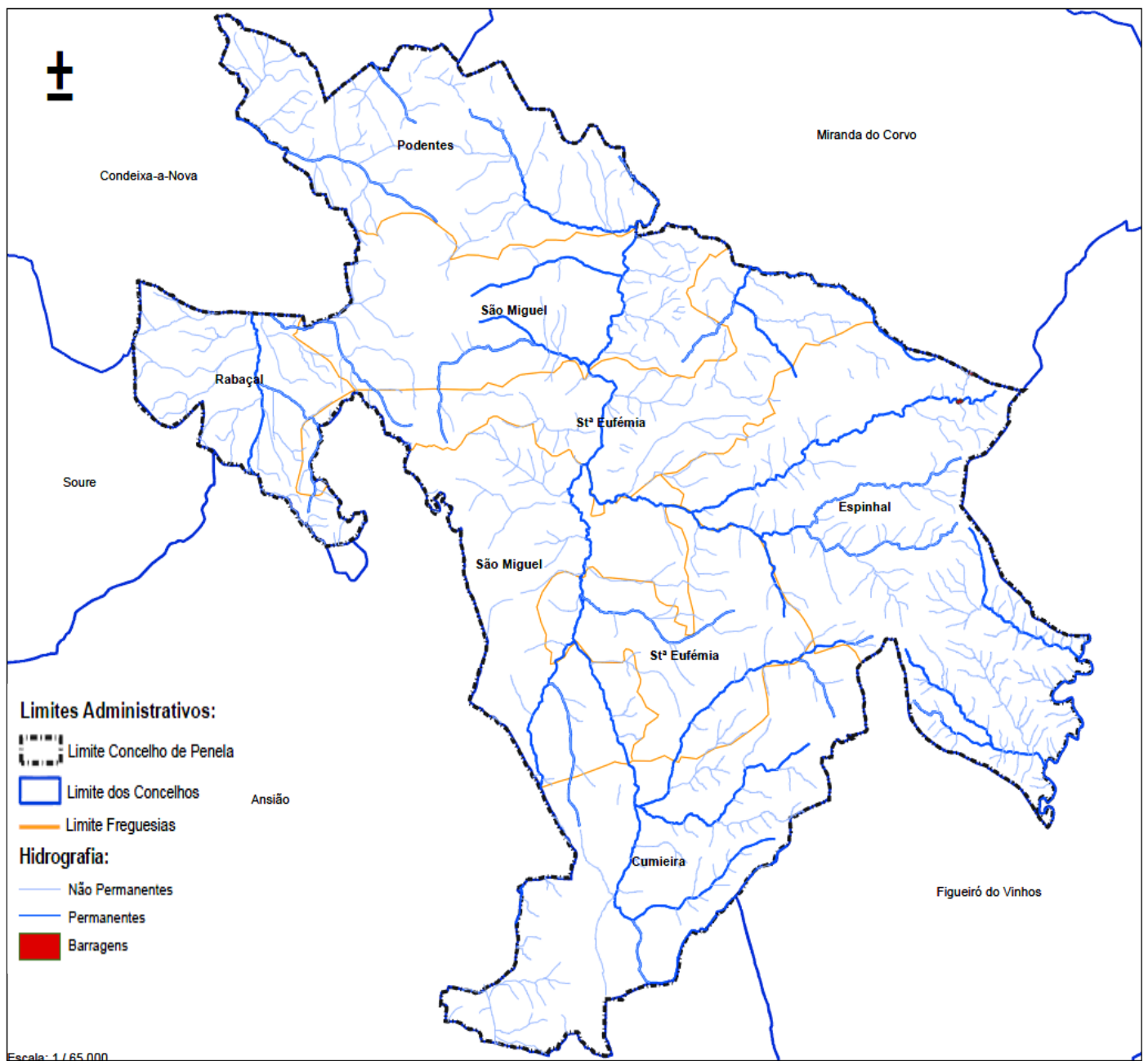
ANEXO 1: Mapa Hipsométrico do Concelho de Penela

Fonte: Câmara Municipal de Penela



## ANEXO 2: Mapa do Uso e Ocupação do Concelho de Penela

Fonte: Câmara Municipal de Penela



ANEXO 3: Mapa Hidrográfico do Concelho de Penela

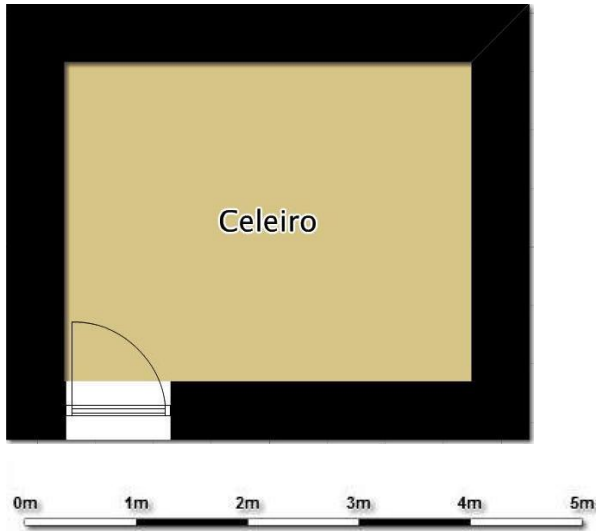
Fonte: Câmara Municipal de Penela

**ANEXO 4: Planta de habitação na aldeia do Pessegueiro**

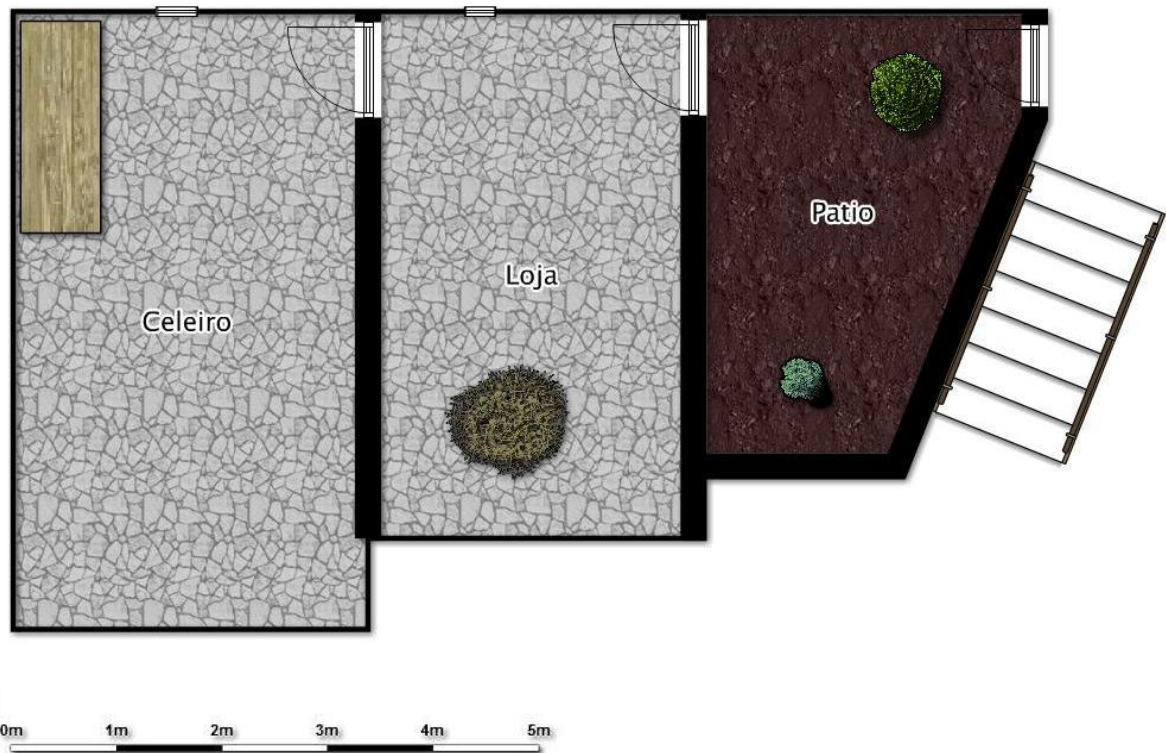
Fonte: Elaboração própria

Planta em 2D

a) Rés-do-Chão



b) 1º andar



c) 2º andar



Planta em 3D

a) Rés-do-chão



b) 1º andar



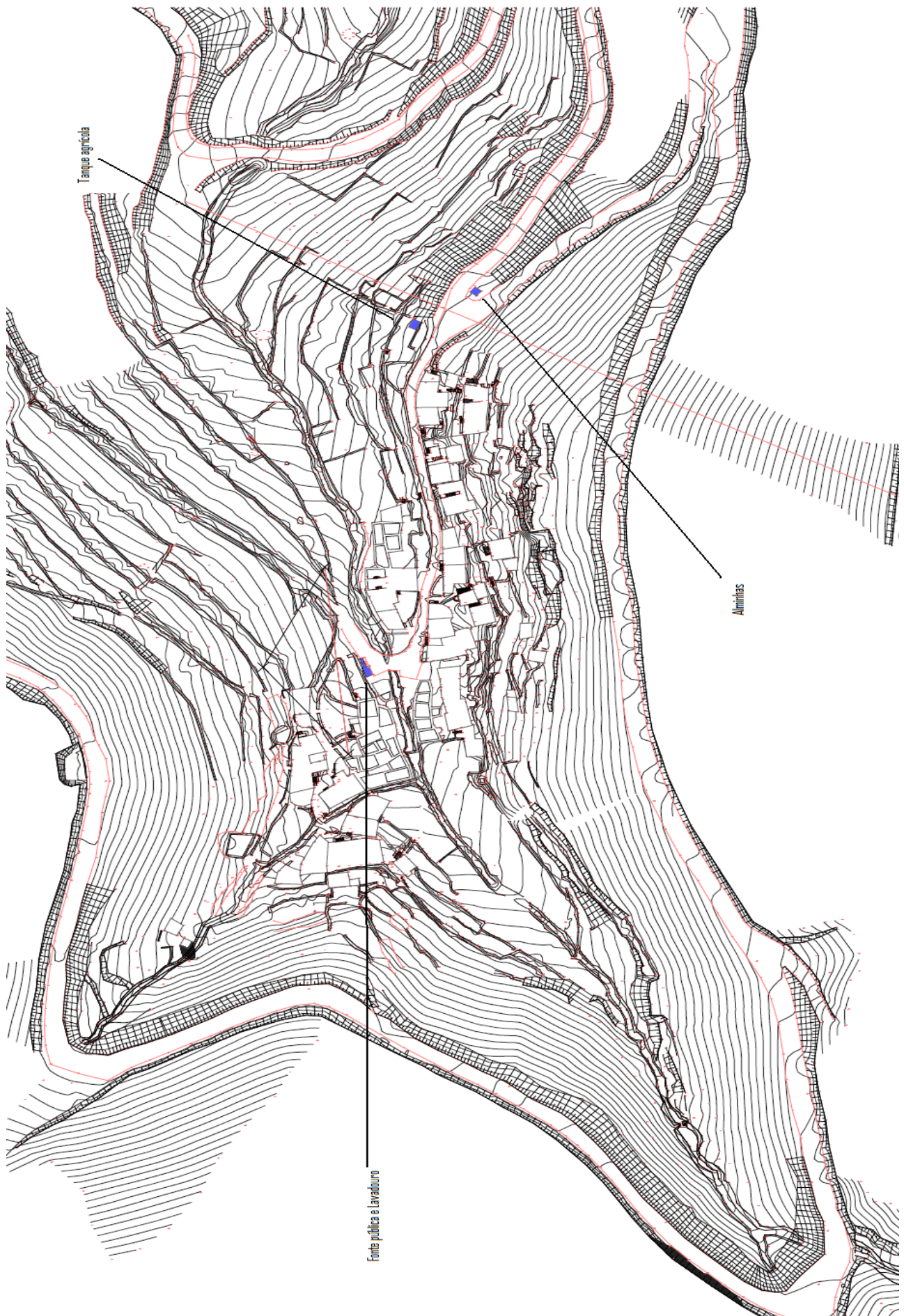
c) 2º andar





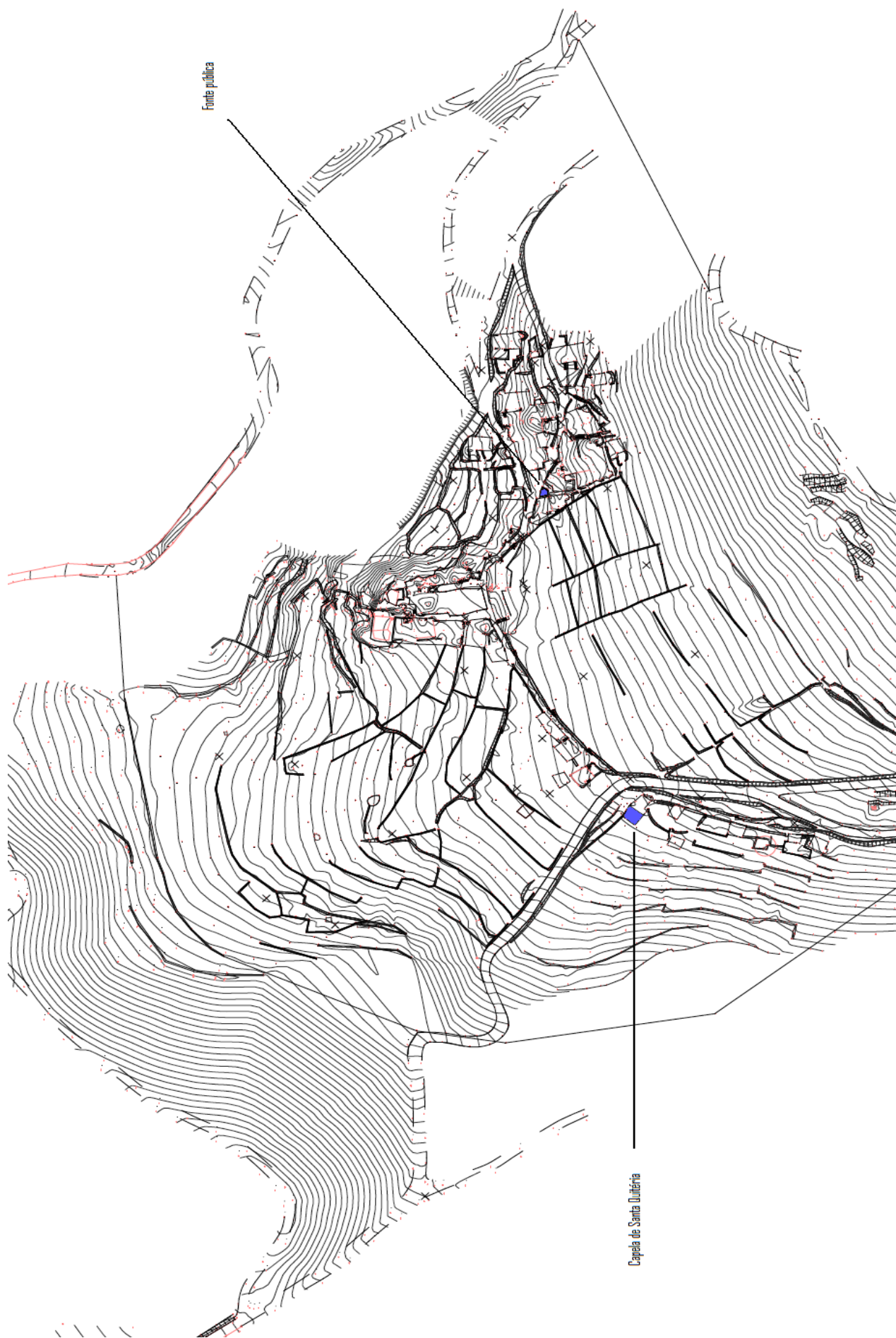
**ANEXO 5: Caracterização dos imóveis públicos da aldeia do Pessegueiro**

Fonte: Elaboração própria



**ANEXO 6: Caracterização dos imóveis públicos da aldeia do Esquio**

Fonte: Elaboração própria



**ANEXO 7: Espólio Fotográfico**

a) Faixa etária jovem





b) Faixa etária jovem adulta





c) Faixa etária adulta







**ANEXO 7: Inquéritos realizados**

**Inquérito 1- Aldeia do Pessegueiro**

O presente inquérito integra-se na investigação científica de uma dissertação de mestrado em *História da Arte, Património e Turismo Cultural* e tem como objectivo analisar os pontos de interesse turístico, as percepções e as sensações transmitidas aos visitantes das aldeias do Pessegueiro e do Esquio.

Peço a sua colaboração no sentido de responder a todas as perguntas com sinceridade. Este inquérito é anónimo e o tratamento dos dados será feito com a máxima confidencialidade.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

1. Idade: \_\_\_\_\_ Anos
2. Sexo: 2.1 Masculino   
2.2 Feminino
3. Nacionalidade: 3.1 Portuguesa  3.2 Outra  3.2.1 Qual? \_\_\_\_\_
4. Naturalidade (Concelho e Freguesia): \_\_\_\_\_
5. Residência (Concelho e Freguesia): \_\_\_\_\_
6. Habilitações Literárias:  
6.1 Ensino Básico  6.2 Ensino Secundário  6.3 Ensino Superior   
6.3.1 Bacharel  6.3.2 Licenciado  6.3.3 Mestre  6.3.4 Doutoramento   
6.4 Outro  6.4.1 Qual? \_\_\_\_\_
7. Profissão: \_\_\_\_\_

Responda às perguntas seguintes, utilizando uma escala, entre o 1 -nenhum(a) e o 5 – muito(a).

8. Qual o grau de conforto que sentiu até esta fase do percurso:

1      2      3      4      5  
           

8.1 Caso tenha sentido algum desconforto, indique a razão (ou razões) que o justifiquem:

Relevo   Declive   Aridez   Distância   Piso  
                       

Outro(s)  Qual (quais)? \_\_\_\_\_

9. Sentiu interesse pela paisagem?: 1 2 3 4 5  
 1  2  3  4  5
10. Sentiu-se seguro?:  
 1  2  3  4  5
11. Sentiu tranquilidade?:  
 1  2  3  4  5

12. Quais os elementos paisagísticos mais marcantes:

- |                                  | 1                        | 2                        | 3                        | 4                        | 5                        |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| i. Relevo                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| ii. Som                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| iii. Vegetação                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| iv. Rocha                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| v. Aldeia                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| vi. Odores                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| vii. Linhas de água              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| viii. Serra                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| ix. Património<br>Arquitectónico | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Outros: quais?

---

## Inquérito 2 – Aldeia do Esquio

O presente inquérito integra-se na investigação científica de uma dissertação de mestrado em *História da Arte, Património e Turismo Cultural* e tem como objectivo analisar os pontos de interesse turístico, as percepções e as sensações transmitidas aos visitantes das aldeias do Pessegueiro e do Esquio.

Peço a sua colaboração no sentido de responder a todas as perguntas com sinceridade. Este inquérito é anónimo e o tratamento dos dados será feito com a máxima confidencialidade.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

3. Idade: \_\_\_\_\_ Anos

4. Sexo: 2.1 Masculino

4.2 Feminino

3. Nacionalidade: 3.1 Portuguesa  3.2 Outra  3.2.1 Qual? \_\_\_\_\_

9. Naturalidade (Concelho e Freguesia): \_\_\_\_\_

10. Residência (Concelho e Freguesia): \_\_\_\_\_

11. Habilitações Literárias:

6.1 Ensino Básico  6.2 Ensino Secundário  6.3 Ensino Superior

6.3.1 Bacharel  6.3.2 Licenciado  6.3.3 Mestre  6.3.4 Doutoramento

6.4 Outro  6.4.1 Qual? \_\_\_\_\_

12. Profissão: \_\_\_\_\_

Responda às perguntas seguintes, utilizando uma escala, entre o 1 -nenhum(a) e o 5 – muito(a).

13. Qual o grau de conforto que sentiu até esta fase do percurso:

1      2      3      4      5  
           

8.1 Caso tenha sentido algum desconforto, indique a razão (ou razões) que o justifiquem:

Relevo   Declive   Aridez   Distância   Piso  
           

Outro(s)  Qual (quais)? \_\_\_\_\_

9. Sentiu interesse pela paisagem?: 1      2      3      4      5

10. Sentiu-se seguro?:  1  2  3  4  5

13. Sentiu tranquilidade?:  1  2  3  4  5

14. Quais os elementos paisagísticos mais marcantes:

- |                                  | 1                        | 2                        | 3                        | 4                        | 5                        |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| i. Relevo                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| ii. Som                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| iii. Vegetação                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| iv. Rocha                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| v. Aldeia                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| vi. Odores                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| vii. Linhas de água              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| viii. Serra                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| ix. Património<br>Arquitectónico | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Outros: quais?

---

14. Relativamente às Aldeias do Esquio e do Pessegueiro

9.1 Quais as principais potencialidades que lhe associa?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9.2 E quais os principais problemas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9.3 Que acontecimentos sugerem estes espaços rurais? Que memórias evocam?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9.4 O que o faria voltar a estes locais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---